CASSIELE ARANTES DE MORAES CHAGAS

**“A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região
Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITETURA E
URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO CLÁUDIO M. L. MOREIRA

SÃO PAULO

2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Moraes, Cassiele Arantes de

A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato / Cassiele Arantes de Moraes; orientador Antônio Cláudio M. L. Moreira. São Paulo, 2007.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós –Graduação em Arquitetura. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo.

1. pobreza urbana. 2. periferização. 3. reestruturação produtiva.
4. segregação

FOLHA DE APROVAÇÃO

CASSIELE ARANTES DE MORAES

**A PERIFERIZAÇÃO DA POBREZA E DA DEGRADAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, O CASO DE FRANCISCO MORATO**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de mestre.
Área de Concentração: Planejamento
Urbano e Regional

Aprovada em: 07 de maio de 2007

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Césa Endo

Instituição: Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. João Sette WhitakerFerreira

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Antônio Cláudio M. L. Moreira

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, resultado de
uma longa e difícil jornada, ao meu
amigo, marido e grande amor,
Henrique.
Muito Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Meu Muito Obrigado

Ao meu marido Henrique que me acompanhou e apoiou incondicionalmente em toda essa empreitada.

Aos meus pais Jessé e Palmira, pelo infinito amor e apóio.

À minha irmã Cássia, pelas trocas de idéias.

Aos amigos que estiveram ao meu lado quando precisei! Em especial ao Nelson Navarrete, á Cristiana Rodrigues, á Luciana Chakarian, ao Ricardo Dualde, ao Nelson Baltrusis, ao Luiz Gustavo, Gilberto Henrique, Patrícia Cezário e Marina Shibuya, ainda aos estimados amigos Keitty e Angélica que indiretamente contribuíram muito para que eu chegasse até aqui.

Aos colegas geógrafos que não me deixaram só na última hora, assim como aqueles colegas virtuais da lista da PGFAU.

Aos professores que me escutaram e me deram suas inestimáveis orientações, Paulo Endo, Roberto Braga, João Ferreira Antônio Cláudio Moreira, e Paulo César Xavier.

Ao pessoal da prefeitura de Francisco Morato e prefeitura de Osasco.

Àquelas pessoas tão maravilhosas que fizeram meus dias melhores dentro da USP, com carinho, com sorrisos e com amizade. Meu muito obrigado especial à bibliotecária Regiane.

Um agradecimento muito especial à FAPESP, que financiou essa pesquisa e contribuiu imensamente com a evolução do meu pensamento intelectual, não só me proporcionando dedicação exclusiva ao mestrado mas me possibilitando ter contato com o mundo do conhecimento, principalmente através de sua revista Pesquisa Fapesp. Hoje vejo também na vida profissional o quanto é valioso o apóio dessa instituição.

EPÍGRAFE

Mensagem à Poesia - Vinicius de Moraes

Não posso
Não é possível
Digam-lhe que é totalmente impossível
Agora não pode ser
É impossível
Não posso.
Digam-lhe que estou tristíssimo, mas não posso ir esta noite ao seu encontro.

Contem-lhe que há milhões de corpos a enterrar
Muitas cidades a reerguer, muita pobreza pelo mundo.
Contem-lhe que há uma criança chorando em alguma parte do mundo
E as mulheres estão ficando loucas, e há legiões delas carpindo
A saudade de seus homens; contem-lhe que há um vácuo
Nos olhos dos párias, e sua magreza é extrema; contem-lhe
Que a vergonha, a desonra, o suicídio rondam os lares, e é preciso
reconquistar a vida
Façam-lhe ver que é preciso eu estar alerta, voltado para todos os caminhos
Pronto a socorrer, a amar, a mentir, a morrer se for preciso.
Ponderem-lhe, com cuidado – não a magoem... – que se não vou
Não é porque não queira: ela sabe; é porque há um herói num cárcere
Há um lavrador que foi agredido, há um poça de sangue numa praça.
Contem-lhe, bem em segredo, que eu devo estar prestes, que meus
Ombros não se devem curvar, que meus olhos não se devem
Deixar intimidar, que eu levo nas costas a desgraça dos homens
E não é o momento de parar agora; digam-lhe, no entanto
Que sofro muito, mas não posso mostrar meu sofrimento
Aos homens perplexos; digam-lhe que me foi dada
A terrível participação, e que possivelmente
Deverei enganar, fingir, falar com palavras alheias
Porque sei que há, longínqua, a claridade de uma aurora.
Se ela não compreender, oh procurem convencê-la
Desse invencível dever que é o meu; mas digam-lhe
Que, no fundo, tudo o que estou dando é dela, e que me
Dói ter de despojá-la assim, neste poema; que por outro lado
Não devo usá-la em seu mistério: a hora é de esclarecimento
Nem debruçar-me sobre mim quando a meu lado
Há fome e mentira; e um pranto de criança sozinha numa estrada

Junto a um cadáver de mãe: digam-lhe que há
Um naufrago no meio do oceano, um tirano no poder, um homem
Arrependido; digam-lhe que há uma casa vazia
Com um relógio batendo horas; digam-lhe que há um grande
Aumento de abismos na terra, há súplicas, há vociferações
Há fantasmas que me visitam de noite
E que me cumpre receber, contem a ela da minha certeza
No amanhã
Que sinto um sorriso no rosto invisível da noite
Vivo em tensão ante a expectativa do milagre; por isso
Peçam-lhe que tenha paciência, que não me chame agora
Com a sua voz de sombra; que não me faça sentir covarde
De ter de abandoná-la neste instante, em sua imensurável
Solidão, peçam-lhe, oh peçam-lhe que se cale
Por um momento, que não me chame
Porque não posso ir
Não posso ir
Não posso.

Mas não a traí. Em meu coração
Vive a sua imagem pertencida, e nada direi que possa
Envergonhá-la. A minha ausência.
É também um sortilégio
Do seu amor por mim. Vivo do desejo de revê-la
Num mundo em paz. Minha paixão de homem
Resta comigo; minha solidão resta comigo; minha
Loucura resta comigo. Talvez eu deva
Morrer sem vê-la mais, sem sentir mais
O gosto de suas lágrimas, olhá-la correr
Livre e nua nas praias e nos céus
E nas ruas da minha insônia. Digam-lhe que é esse
O meu martírio; que às vezes
Pesa-me sobre a cabeça o tampo da eternidade e as poderosas
Forças da tragédia abastecem-se sobre mim, e me impelem para a treva
Mas que eu devo resistir, que é preciso...
Mas que a amo com toda a pureza da minha passada adolescência
Com toda a violência das antigas horas de contemplação extática
Num amor cheio de renúncia. Oh, peçam a ela
Que me perdoe, ao seu triste e inconstante amigo
A quem foi dado se perder de amor pelo seu semelhante
A quem foi dado se perder de amor por uma pequena casa
Por um jardim de frente, por uma menininha de vermelho
A quem foi dado se perder de amor pelo direito
De todos terem um pequena casa, um jardim de frente
E uma menininha de vermelho; e se perdendo
Ser-lhe doce perder-se...

Por isso convençam a ela, expliquem-lhe que é terrível
Peçam-lhe de joelhos que não me esqueça, que me ame
Que me espere, porque sou seu, apenas seu; mas que agora
É mais forte do que eu, não posso ir
Não é possível
Me é totalmente impossível
Não pode ser não
É impossível
Não posso.

Vinicius de Moraes, Mensagem à poesia. In Moras, V. "Antologia Poética", Editora do Autor - Rio de Janeiro, 1960, pág. 160.

RESUMO

MORAES, C.A. A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato. 2007. 142 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

A pesquisa busca mostrar, de forma geral, as causas do processo de periferização nos municípios do entorno da metrópole paulista, e como se dá a concentração da pobreza, que afeta o desenvolvimento local e da sociedade como um todo. Nesse contexto, a questão das desigualdades sócio - espaciais e da segregação social urbana serão muito discutidas, assim como os efeitos da exclusão social na formação do indivíduo, inserido na realidade das periferias empobrecidas.

Acredita-se que lugares socialmente degradados e ambientalmente problemáticos, sem amparo de políticas públicas específicas, são reprodutores dessas mesmas condições, e que este fato já não é mais suportado pelas cidades, pois não permite seu desenvolvimento econômico e social, tampouco o compromisso de fornecer uma qualidade de vida mínima para sua população. Além disso, a reprodução da pobreza e da desigualdade sócio espacial, afeta a sociedade como um todo, uma vez que se tornam crescentes os conflitos sociais e principalmente a violência urbana.

A partir dessa discussão, o município periférico de Francisco Morato passa então a ser o foco principal da pesquisa, que mostrará como o processo de empobrecimento e periferização afeta esse Município de 155 mil habitantes, crescente e desordenado, situado na região noroeste da Grande São Paulo. A intenção é ter Francisco Morato como exemplo do que acontece em diversos outros municípios empobrecidos da Região Metropolitana de São Paulo.

Francisco Morato é formado em grande parte por loteamentos de baixa renda, sendo um grande número deles irregulares. A cidade em geral é carente de diversas infra-estruturas, equipamentos urbanos, serviços e projetos sociais.

Nesta pesquisa, partimos do princípio que o modelo de urbanização atual tornou-se social e ambientalmente inviável para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, uma vez que o aumento da pobreza urbana prejudica o desenvolvimento da cidade, pois proporciona diversos tipos de problemas ambientais e sociais, tais como ocupação de áreas impróprias, desmatamentos, aumento da exclusão, da violência e geração de mais pobreza a partir da reprodução das relações sociais.

Esses problemas atingem toda a sociedade e devem ter seus efeitos considerados ao longo prazo. Trata-se da formação social, do indivíduo que estamos produzindo, inserido num contexto onde as desigualdades sociais, as indiferenças e a violência são crescentes.

Para as prefeituras das periferias empobrecidas, os problemas sócio-ambientais tornam-se um desafio cada vez maior, uma vez que essas instituições são em muitos casos carentes de instrumentos de gestão e recursos técnicos e financeiros. Essa é a realidade de Francisco Morato e de outros municípios de baixa renda.

O objetivo principal do trabalho é levantar os impactos causados, pelo aumento da pobreza urbana, no meio físico e social das cidades, tendo Francisco Morato como exemplo. Tentamos jogar luzes sobre a questão da reprodução dos espaços de pobreza, e entender se a partir da dinâmica capitalista excludente, aliada à ineficácia de políticas públicas, estamos criando uma sociedade socialmente mais desequilibrada, mais violenta e mais subdesenvolvida.

Talvez o resultado dessa pesquisa possa ajudar na formulação de políticas públicas sociais mais eficazes no combate à pobreza e à exclusão no município de Francisco Morato e em outros locais com situação semelhante.

Palavras – Chaves: segregação, pobreza urbana, exclusão social, precarização do trabalho.

ABSTRACT

MORAES, C.A. The poverty on the peripheral region and the social and enviromental degradation in the Metropolitan Region of São Paulo, the case of Francisco Morato. 2007. 142 P. Master's Degree Dissertation. College of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Paulo, 2007.

This search tries to focus the causes of the peripheral process in the cities around Sao Paulo metropolis as well as try to explain how the poverty concentration is done and how it can modify not only the local development but also the whole society. In this context, the question of the social-space inequalities and urban social segregation will be widely argued, as well the effects of the social exclusion in the individual formation, inserted into the peripheral poverty reality.

We believe that places socially and ambientally degraded and without any specific support from government are reproducers of these same conditions and this situation is not supported any more by the cities once it does not permit its economic and social development, worse than that, do not provide the minimum life quality for its population. Moreover, the reproduction of the poverty and social-spacial inequality affects the society as a whole, once the social problems and conflicts are growing up and mainly the urban violence.

From this point of the discussion ahead, the peripheral county of Francisco Morato begins to be the main focus of this search that will show how the impoverish process affects this disordered and increasing County of 155 thousands inhabitants, located at northwest of Sao Paulo City (Grande Sao Paulo). The intention is to have Francisco Morato as an example of what happens in several others poor counties around the region of São Paulo metropolis.

Francisco Morato has a lot of illegal and low income land divisions. The County is, in a general way, devoided of infrastructure, urban equipments, services and social projects.

In this search, we start from the principle that the current urbanization model became unsustainable for the environmental and economic-social development once the urban impoverishment harms the city development.

These problems affect society the society as a whole and must have its effects considered in long term. These is regarding to the social formation, to the individual that we are producing within a context where the social inequality, the indifference and violence are growing up.

To the City Halls of the poor periphery, the social-environmental problem is a big challenging because these institutions are most of the cases, deficient in managements, financial and technical resources. This is the reality of Francisco Morato and others poor income counties.

Having Francisco Morato as an example, the main objective of this work is to establish the impacts caused by the urban poverty into the environmental and social means of the cities. We try to clarify the questions about the reproduction of poverty spaces and understand if the dynamic of exclusionist capitalism, allied to inefficient public politics, are creating a society much more socially-unbalanced, more violent and more underdeveloped.

Perhaps the results of this search can help the formulation of more efficient public politics to reduce poverty and social-exclusion of the County of Francisco Morato as much as others countries with the same situation.

Keywords: Keywords: segregation, urban poverty, peripheral process.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO	17
1.1- A PERIFERIZAÇÃO NA HISTÓRIA	18
1.2- O PERÍODO DE TRANSIÇÃO PRODUTIVO-ECONÔMICO E O ACIRRAMENTO DOS PROBLEMAS SOCIAIS.	26
CAPÍTULO II – A SEGREGAÇÃO SÓCIO – ESPACIAL	42
2.1- O PAPEL DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS EMPOBRECIDAS.	43
2.2- A AÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO, PARALELO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, NA INTENSIFICAÇÃO DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL.	51
CAPÍTULO III - O MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO	56
3.1- BREVE CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE	57
3.2 - A PROBLEMÁTICA DOS LOTEAMENTOS IRREGULARES E DE BAIXA RENDA	65
3.3 – O CRESCIMENTO POPULACIONAL E A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA	76
3.4 - A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL COMO BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO.	107
CAPÍTULO IV – A POBREZA URBANA E A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	110
4.1 - POBREZA URBANA E FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	111
4.2- A CRIAÇÃO DO INDIVÍDUO EM UM MEIO DE EXCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL.	120
4.3 – A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL.	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS	143

Quando eu tinha 6 anos de idade minha mãe me levou em uma feirinha na praça da República, barulhenta, cheia de coisas brilhantes e coloridas e com muitas opções de comidas. Mas enquanto minha mãe me dava o pratinho com a comida escolhida, eu em meu mundo infantil, estava chocada com a cena que via ao meu lado: um homem pegando as comidas descartadas na lata do lixo. A expressão da cena foi tão forte aos meus olhos de criança que não entendi... mas minha mãe, após dar seu prato para o mendigo, me disse que ele iria alimentar-se da comida do lixo. Não me lembro dela ter me explicado mais a fundo a questão, mas naquele momento desconfiei que haviam coisas ininteligíveis nesse mundo no qual eu então estava inserida.

INTRODUÇÃO

A exclusão social, que faz parte da história do Brasil, tem se intensificado ao longo do tempo e deixado mais evidente sua concretização no espaço urbano.

A forma de urbanização e organização de nossas cidades tornou-se questionável. O rápido crescimento de bairros e cidades periféricas à metrópole, assim como o crescimento da periferia dessas cidades é preocupante, uma vez que o processo de periferização é, na forma atual, socialmente segregativo e causador de muitos danos, tanto à sociedade quanto ao meio ambiente. O aumento da violência urbana é um exemplo dos danos a que este trabalho se refere. Porém, a violência, a exclusão, a degradação ambiental, são socialmente produzidos, através de diferentes fatores agindo de forma conjunta. Já alertava Rolnik que “a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco” (ROLNIK, 1999: 100)

Para Santos, “os fatos históricos na formação da cidade tiveram forte impacto negativo no processo de formação da idéia de cidadania e da realidade do cidadão. Desruralização, migrações brutais e desenraizadoras, urbanização galopante e concentradora, expansão do consumo de massa, degradação do ensino e das condições de vida.” (SANTOS, 2000: 13)

Assim, as cidades apresentam novas dinâmicas e intensificação de velhas problemáticas. O espaço urbano sofre transformações, resultantes das transformações sociais que estamos vivendo, e que serão apresentadas nas próximas páginas.

“Na América Latina, o crescimento das cidades nas duas últimas décadas debateu-se entre o urbanismo espontâneo de habitats auto - construídos nas zonas marginais, interstícios e áreas abandonadas das cidades planejadas; e uma arquitetura de mercado, dedicada à busca de nichos de mercado. O resultado desse processo são as cidades duais onde se expressam simultaneamente a exclusão e o desamparo de uns ante os privilégios de outros” (HAMPF, 2004: 01)

Procuraremos mostrar neste trabalho como se deu o processo de periferização, como ele continua a acontecer, e como os indivíduos inseridos nas áreas excluídas e pauperizadas tendem a reproduzir a situação de pobreza em que estão inseridos.

“Esses fenômenos (empobrecimento e periferização) trabalham em conjunto, influenciando-se mutuamente e agravando a problemática urbana, cujas dimensões são multiplicadas pelas formas recentes de crescimento metropolitano: preferência pelos terrenos distantes para o estabelecimento de projetos habitacionais para as classes pobres, políticas privadas de criação e manipulação de loteamentos, políticas públicas de transportes ligadas à modernização do sistema viário, com localização seletiva das infra-estruturas, valorização diferencial dos terrenos, e expansão da especulação, com todas as consequências derivadas da superposição de medidas elaboradas para atender as preocupações particulares e interesses individualistas, agravando desse modo, a crise urbana e as dificuldades em que vive a maioria da população” (SANTOS, 1990: 16)

As dificuldades da população mais pobre e a discrepância social aumentaram quando da privatização da terra, e da importância da localização para geração de lucro, assim como a importância do trabalho precarizado para o mesmo fim.

“Sobre o uso da terra, afirmamos que a lógica capitalista a reduziu à mera condição de mercadoria, com as inúmeras implicações que esta visão acarreta para o sistema urbano e mesmo para o próprio sistema econômico. Esta visão despoja a terra de seu valor social intrínseco, alijando da proximidade dos empregos os mais necessitados, os operários e os assalariados de mais baixa renda.” (PAVIANI, 1987:37)

Para Antunes “é decisivo perceber que há um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações que vêm afetando a classe trabalhadora nesta fase de transformações no mundo produtivo dentro de um universo onde predominam elementos do neoliberalismo” (ANTUNES, 2000: 46)

As transformações do mundo produtivo afetam diretamente a sociedade. Veremos neste trabalho os impactos da reestruturação produtiva nas relações de trabalho e tentaremos discutir o que isso significa no espaço urbano e nas relações sociais, destacando a estrutura familiar e a manutenção da pobreza.

Escolhemos o Município de Francisco Morato para analisar as questões colocadas acima. A escolha se deu em função da realidade do município, pobre, e segregado da dinâmica econômica e de consumo da metrópole.

Capítulo I - O processo de periferização

1.1- A periferização na história

Neste capítulo procuraremos mostrar, de forma sucinta, como se deu o processo de periferização na cidade de São Paulo e o crescimento dos municípios periféricos em seu entorno. Essa introdução à questão torna-se importante para o trabalho à medida que busca fazer uma ponte entre o passado e a realidade do presente, onde então trataremos da crescente periferização na RMSP, concentradora de pontos de pobreza¹ e problemas sociais, problemas estes que serão discutidos no decorrer da pesquisa e que serão mostrados através de exemplos do município de Francisco Morato, cidade dormitório da periferia ao norte na Grande São Paulo e nosso estudo de caso. Destaca-se que a maioria dos problemas a serem mostrados a partir de Francisco Morato, é comum à maioria dos municípios da grande São Paulo, como tentaremos mostrar no decorrer do trabalho.

O objetivo deste capítulo é mostrar como se deu o início da periferização de São Paulo e seu entorno, para depois mostrarmos como as mudanças econômicas globais podem afetar o local, destacando então a cidade de São Paulo e com maior ênfase a cidade de Francisco Morato, integrante da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Sobre o processo de periferização podemos dizer que, em São Paulo, inicia-se na primeira metade do século XX, época que se iniciava o processo de industrialização do país. Nessa época as ações dos governos Federal e Estadual eram direcionadas à preparação da cidade para fazer dela um pólo industrial. Com essa visão, o Estado trabalhava com a transferência de renda do setor agrícola para a indústria, o comércio e os serviços. O interesse era investir em obras da construção civil, criando e modernizando o sistema de transportes e as vias de acesso à rede regional.

Com tantos incentivos assistimos a um expressivo crescimento da indústria e este setor rapidamente passou a demandar mais mão-de-obra. O resultado imediato dessa política foi um grande êxodo rural e a chegada de grande número de migrantes de diversas partes do país, e era essa nova população quem supriria a demanda da indústria por mão de obra.

¹ Uma citação de Marques define muito bem o que queremos mostrar com “pobreza” neste trabalho. A pobreza não é apenas a baixa renda, ela “não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não tem acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social” (MARQUES, 2005: 40)

Porém, o aumento populacional na cidade significou demanda por moradias e então por infra-estrutura e equipamentos urbanos. Mas, o foco dos investimentos governamentais estava voltado às ações que propiciassem melhores condições de desenvolvimento da indústria, sendo que uma dessas condições era criar um modelo de produção do espaço urbano que se fundasse na reprodução da força de trabalho e da mão-de-obra barata.

Desta forma, não se criou uma política, pensada e estruturada, para o recém surgido déficit habitacional, mas produziram-se condições para que a classe trabalhadora encontrasse por si mesma seus lugares para habitação, deixando de ser um problema imediato para o Governo. Isto foi, na oportunidade, a política habitacional que tivemos.

Até início dos anos 30, a população migrante recém chegada se acomodava em cortiços ou vilas de operários. Os loteamentos periféricos e a auto-construção só apareceriam com mais expressão após o advento do ônibus no início dos anos 30.

Para Oliveira,

“a industrialização brasileira foi sustentada em duas fortes vertentes: a primeira, a vertente estatal, através da qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E o segundo pé eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava seu custo de produção” (OLIVEIRA, 2004:2)

Além do desamparo urbano à classe trabalhadora, a mesma tinha seus salários extremamente baixos. Ferreira coloca que nessa época de industrialização do país, “estabelece-se um padrão de crescimento em que os baixos salários não eram apenas uma consequência da injustiça inerente ao sistema capitalista, mas a própria condição para a nossa industrialização” (FERREIRA, 2005: 13)

Além disso, na questão da falta de moradias, a não existência de programas habitacionais era proposital. A auto-construção era interessante às elites brasileiras, uma vez que a obtenção da casa própria, ou seja, a propriedade da terra por parte do trabalhador permitia que o custo de reprodução dessa força de trabalho fosse reduzido. Bonduki (1998) coloca em sua tese que na década de 30, no Estado Novo, estavam dados todos os elementos necessários para a construção de uma política habitacional consistente para o país, porém apesar das boas intenções do governo Vargas em desenvolver uma política habitacional eficaz, os interesses de alguns grupos e o clientelismo fizeram com que fosse perdida a chance de

consolidação de uma política voltada para a habitação popular no Brasil. Assim, a “política habitacional” que continuou sendo aplicada foi a produção da casa, pelo próprio trabalhador, em terreno periférico desprovido de serviços, infra-estrutura e sem nenhuma fiscalização urbanística. O autor coloca que a incapacidade do Estado em formular e implementar uma política habitacional consistente para o país foi uma das causas principais da formação, expansão e consolidação de soluções informais de produção da moradia, entre elas o padrão periférico de crescimento urbano em São Paulo.²

Na fase de desadensamento e espraiamento da mancha urbana, a partir de meados da década de 30, não houve fiscalização do Governo sobre a ocupação do solo urbano periférico, que aliada ao então déficit habitacional criou oportunidades para agentes imobiliários criarem loteamentos em áreas distantes do centro urbanizado para então vender à classe trabalhadora em inúmeras prestações. Porém, para baratear os custos dos loteamentos, estes além de serem estabelecidos em áreas distantes eram entregues à população sem qualquer infra-estrutura, sendo então, muitos deles, totalmente clandestinos.

Além dos loteamentos clandestinos, não havia outras opções de moradia para a população pobre, a não ser as favelas e os cortiços, e como coloca Ferreira, em relação à necessidade de provisão de habitação, “na maioria dos casos, o poder público pouco se empenhou para isso, em função da abundância de mão-de-obra ofertada (que reduzia seu poder de reivindicação) e de sua imiscuição com as elites dominantes, interessadas em manter baixos os níveis salariais e o custo da mão-de-obra.” (FERREIRA, 2001: 5). O mesmo autor diz que o resultado desse processo foi uma urbanização desigual.

O surgimento - e crescimento - do déficit habitacional, já aliado à espoliação³ da classe trabalhadora desqualificada, deu início ao processo de periferização urbana e esta foi apoiada pelo governo, assim como nos confirma Costa: “A periferização se dava através da implantação de loteamentos clandestinos, e o apoio do Estado se deu seja pela omissão da

² Podemos pensar também que o padrão periférico de crescimento urbano em São Paulo não se deu exatamente pela incapacidade do Estado em desenvolver políticas habitacionais consistentes, mas sim por uma negligência proposital, fazendo da auto-construção na periferia um dos instrumentos da política de reprodução da força de trabalho pelo próprio trabalhador.

³ Espoliação é um termo que significa privação de direitos. Esse termo é muito utilizado pelo autor Lúcio Kowarick que em suas obras sempre trata da “espoliação urbana” o que para ele significa: “somatória das extorções que se operam pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho.” (KOWARICK, 2000: 22)

fiscalização, seja pela política de anistia aos loteadores clandestinos através das regularizações” (COSTA,1984:114).

A partir de então, o crescimento urbano em São Paulo passou a basear-se na exploração imobiliária⁴, ou seja, no preço da terra-localização, e na superexploração da força de trabalho na forma da auto-construção. Essa política atravessou o tempo e ainda hoje está presente na formação e estruturação de nossas cidades, e de uma maneira ainda mais cruel pois o espaço passou a ser visto apenas como mercadoria e como novamente nos coloca Ferreira, a cidade transformou-se em uma “máquina de produzir renda” para a elite capitalista que comanda a transformação da cidade.

Através da desregulamentação nas áreas periféricas e da elevação do preço da terra nas áreas centrais e com maior infra-estrutura, estava iniciado o processo de crescimento desordenado da cidade⁵ e de transferência da classe trabalhadora para áreas destituídas de bens e serviços.

Desta forma, com a expansão territorial da ocupação urbana se dava também a ampliação das disparidades territoriais entre o centro e a periferia, estabelecendo assim uma maior segregação sócio-espacial, uma vez que diferente centro, as novas áreas destinadas à população de baixa renda eram desprovidas de equipamentos urbanos e serviços públicos.

Estar na periferia significava estar segregado, sem ter acesso ao lazer e à cultura (parques, centros culturais, teatros, bibliotecas etc), e a toda infra - estrutura que já existia nas áreas mais centrais e valorizadas de São Paulo.

Sobre isso, Ferreira coloca que com o aumento da massa operária nas cidades a segregação tornava-se mais visível, mas “as leis funcionariam mais do que nunca para demarcar os lugares de cada um, e as classes dominantes intensificariam ainda mais sua presença na máquina do Estado para garantir os novos espaços de alta valorização em que se implantavam” (FERREIRA, 2005: 9)

⁴ exploração imobiliária no sentido da terra com infra-estrutura ser vista como mercadoria com alto potencial de lucro

⁵ Entende-se por crescimento desordenado aquele que não segue padrões urbanísticos e legais para implantação de loteamentos e novas áreas de ocupação, se dando de forma desatrelada de quaisquer planos ou diretrizes para a organização territorial.

A ocupação das áreas distantes por populações de baixa renda através dos loteamentos clandestinos ampliou-se a partir da década de 1930 quando o bonde foi substituído pelo ônibus e o governo implantava uma política de expansão do sistema viário.

No âmbito dessas ações, a principal foi o Plano de Avenidas o qual proporcionou a transformação de uma cidade concentrada para uma cidade então espraiada.

Sobre os objetivos desse plano, Bógus e Pasternak podem nos dizer que:

“o Plano de Avenidas propunha grandes mudanças na área central, gastos vultosos com desapropriações e uma expansão que não se prendia aos ‘trilhos’ dos bondes elétricos ou à extensão das linhas ferroviárias. Propunha a renovação urbana da área central e a expansão da cidade a limites não previstos”. (BOGUS e PASTERNAK, 2003: 7).

Grostein complementa dizendo que no Plano de Avenidas

“alargaram-se vias, concluíram-se ligações viárias importantes que possibilitavam a anexação à estrutura urbana de novas áreas urbanizadas e sua ligação com o núcleo central, e idealizaram-se anéis circulares – avenidas perimetrais – que permitissem a circulação e expansão do núcleo central” (GROSTEIN, 1987:125)

Aqui podemos entender que os novos meios de locomoção aliados à crise habitacional, intensificada com a migração e a implantação de loteamentos populares, intensificaram a fuga em massa para a periferia recém instalada, e a esse processo de periferização aliava-se a precarização da qualidade de vida e moradia.

A política de expansão sem regras da cidade continuou na década de 40 e no período dos anos 50 e 60 essa política ficou conhecida como Laissez-Faire urbano, uma vez que tínhamos a omissão intencional dos governos quanto à ocupação desordenada do território e quanto à desobediência às leis urbanísticas existentes.

A política do Laissez-Faire urbano favoreceu os especuladores imobiliários e a explosão do número de loteamentos clandestinos na periferia paulistana. A justificativa da política era buscar o alívio à crise de escassez de moradias.

Sobre o cenário que estamos falando, Bonduki e Rolnik reforçam a crítica à política aplicada pelo Estado, onde este sobrepõe os interesses capitalistas aos interesses do desenvolvimento social, e nos colocam que:

“Apesar de não restar dúvida de que os loteamentos clandestinos apresentam maiores problemas aos seus moradores, além de provocar irreversíveis conseqüências nas condições gerais de urbanização da metrópole, não podemos atribuir a culpa pela existência dos clandestinos às más intenções dos empreendedores, mas às condições de remuneração da classe trabalhadora e à forma preponderante de atuação do Estado capitalista na cidade” (BONDUKI e ROLNIK, 1982: 127)

A partir dos anos 70, conforme nos conta Costa (1984), a questão das periferias volta a ser colocada nas discussões políticas e no discurso do poder público de forma mais intensa, após ter sido ignorada e mascarada durante décadas. O Estado foi obrigado a voltar-se para as questões da periferia para tentar sua reconstituição, pois as demandas da sociedade civil há tempos se avolumavam. Assim, a criação do BNH foi uma das formas desenvolvidas pelo Estado como tentativas de resolver a questão habitacional, porém o programa não foi suficiente para suprir uma demanda que avolumou-se no tempo e que ainda hoje é um desafio para a gestão pública.

Bonduki (1998) diz que a partir de 1930, no governo de Vargas, o qual procurava valorizar o trabalhador, a habitação dos trabalhadores tornou-se uma questão social e a questão da habitação tornou-se um aspecto importante das políticas públicas. Porém, os pontos que estavam amadurecendo e se desenvolvendo para consolidação de uma política habitacional na Era Vargas, foram abortados com o golpe em 1945 que depôs Getúlio do poder.

A ação do Estado na questão habitacional se deu principalmente nas políticas de regularização de loteamentos, mas o Estado parecia ter perdido o controle sobre a cidade, pois o número de regularizações era sempre menor que o número de novos loteamentos clandestinos implantados em alguma parte da periferia.

Grostein (1987), em sua tese, explica que a perda do controle se intensificou pela precariedade no acesso à informação pública sobre a ocupação dos setores da cidade, e sobre isso coloca que:

“A falta de informação contribuiu para que o quadro de clandestinidade e irregularidades existentes na ocupação do espaço urbano municipal assumisse graves proporções, entre outras razões porque, por longos períodos, por décadas seguidas, não existiram

informações públicas que denunciasses a cada momento como a irregularidade e a clandestinidade se multiplicavam”.(GROSTEIN, 1987: 47)

Porém, todo o tempo que o Estado esteve de olhos vendados para a ocupação do solo na periferia, sua atenção e suas ações estavam voltadas à construção de uma cidade que atendesse aos interesses e necessidades do setor industrial. O resultado foi que em meados da década de 70, ao contrário do social, a economia de São Paulo havia se desenvolvido bastante e a cidade concentrava a maior produção capitalista do país. Concentrando capital, força de trabalho e um alto índice de urbanização, São Paulo logo ganharia o título de metrópole. Esse desenvolvimento paulistano atrairia muitos investimentos nacionais e estrangeiros, fato que ampliaria as desigualdades inter-regionais no Brasil.

Já a década de 80, conhecida como década perdida, ou como “tragédia urbana” – como diz Ermínia Maricato - significou um período de intensa recessão, estagnação produtiva, desaquecimento da atividade industrial e ampliação das desigualdades sociais. A crise mundial de superprodução desestimulou a economia e aumentou as taxas de desemprego no mundo capitalista, fato que traria importantes reflexos nas sociedades desenvolvidas e também nos países da América Latina, como veremos adiante.

Esse cenário sócio-econômico na metrópole paulista que descrevemos até agora é caracterizado por Kowarick (1985) como “metrópole do subdesenvolvimento industrializado”, mostrando que São Paulo transformou-se em uma região de intensa industrialização e crescimento econômico, mas também numa região de intensa desigualdade social com concentração de renda, empobrecimento da classe trabalhadora e segregação sócio-espacial, abrigando em seu território capital e subdesenvolvimento social.

Porém, a formação de periferias não se restringia a São Paulo, o processo de periferização estava presente também nas outras áreas metropolitanas do país, mas de forma menos intensa. Bógus e Pasternak atentam para essa não exclusividade paulista e ressaltam que:

“Cabe lembrar que a expansão periférica não foi um fenômeno unicamente paulista, no que diz respeito às áreas urbano-metropolitanas, tendo se constituído numa das características mais

marcantes do processo de urbanização em todas as regiões brasileiras, até fins da década de 1980. Em todas elas as taxas de crescimento populacional dos municípios-núcleo nas áreas metropolitanas, que são também capitais estaduais, foram sistematicamente inferiores às dos demais municípios do entorno, produzindo regiões metropolitanas adensadas e com grandes contingentes de população pobre.” (BOGUS e PASTERNAK, 2002:1)

O crescimento demográfico e a valorização das áreas centrais⁶ de São Paulo, e demais núcleos já desenvolvidos, a partir do desenvolvimento econômico, impulsionou a periferação nas áreas metropolitanas, das regiões com pouca atividade industrial, uma vez que o elevado preço da terra e o alto custo de moradia nessas áreas dotadas de serviços e infra-estruturas fez com que os menos favorecidos economicamente procurassem áreas mais baratas para instalarem suas moradias.

A concentração de atividades nas zonas centrais e valorização do solo nessas áreas sempre foi um processo comum da urbanização brasileira, porém tornou-se problemático devido à falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social das áreas ao entorno das regiões metropolitanas⁷ denunciando uma política de sustentação dos interesses do capital em detrimento do desenvolvimento social do país.

Porém podemos pensar também que as políticas públicas daquela época consistiam em deixar que o próprio trabalhador encontrasse seus meios de suprir suas necessidades, pois assim o Estado ‘diminuía’ sua responsabilidade sobre a promoção do bem estar social.

⁶ Neste trabalho tratamos áreas centrais como sendo áreas de grande dinamismo econômico

⁷ Tratamos de metrópole, a área que desenvolve atividades vitais para a sobrevivência da região ao seu redor. Além disso, a metrópole significa o centro de decisão, onde estão concentradas as tecnologias e o capital, sendo assim um pólo estruturador de toda a região que mantém relações diretas com esse centro.

1.2-O período de transição produtivo-econômico e o acirramento dos problemas sociais.

Tentamos até agora mostrar como se deu o processo de formação das periferias paulistanas e nos próprios municípios da região metropolitana, destacando o problema da (des) organização espacial e formação de uma sociedade excludente e segregada. Veremos agora como as transformações na economia mundial interferiram na dinâmica da região metropolitana de São Paulo, acirrando os problemas sociais de toda a região e criando lugares de concentração de pobreza ao promover a concentração de investimentos em apenas alguns lugares de interesse à reprodução do capital. É nesse contexto que tentamos discutir o aumento da pobreza urbana, que apesar de estar espalhada por toda a região metropolitana, ainda se concentra com maior intensidade em alguns lugares, como o município de Francisco Morato, exemplo do local sofrendo influências dos processos globais.

O processo brasileiro de industrialização tem seu ápice no período entre 1968 a 1974, época do milagre econômico, caracterizado pela rapidez do crescimento do PIB devido aos pesados investimentos em infra-estrutura e também no setor industrial⁸. Esse período foi marcado pelo rápido crescimento econômico e desenvolvimento do país, e também pela rápida urbanização e crescimento populacional.

As ações do governo, principalmente no período de governo militar, voltavam-se todas para a transformação do Brasil em uma “potência emergente” e por isso havia a necessidade de preparar o espaço de modo que o mesmo se tornasse interessante para atrair investimentos externos, e então alavancar o crescimento interno do país. Porém, essas ações eram praticadas a partir de empréstimos internacionais e, mais tarde, os resultados dessa política seriam fortemente sentidos pela sociedade, como o aumento explosivo da dívida externa e dos problemas sócio-econômicos dentro do país.

Na década de 70 assistimos a duas crises do petróleo (1973 e 1978), e que segundo Schiffer “gerou uma retração das importações dos países centrais afetando as exportações brasileiras, desarticulando assim, um dos sustentáculos do milagre econômico” (SCHIFFER, 2004: 170). Nesta mesma década, houve também a alta internacional dos juros em 1979, a

⁸ Este crescimento ocorreu por conta dos investimentos públicos em infra-estrutura e em produção industrial, a custo de crescente endividamento externo.

qual a mesma autora coloca que prejudicou as empresas nacionais de bens de produção que haviam feito dívidas externas para compra de novos aparelhos, o que havia sido incentivado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Assistimos, além disso, à superacumulação mundial, e no Brasil o fim do milagre econômico - devido a impossibilidade de ampliar ainda mais o endividamento que financiava o crescimento econômico - e ao início da desconcentração industrial na região metropolitana de São Paulo que ocorreu por força da política pública federal de financiamento da expansão industrial apenas fora da Grande São Paulo.

Os anos seguintes ao milagre econômico foram marcados por forte recessão e estagnação na produção industrial nacional, entráramos nos anos 80, que ficou conhecida como década perdida.

Nos países industrializados, desde a década de 70 o cenário econômico mundial era de desaquecimento econômico devido à superprodução e saturação dos mercados desenvolvidos. Na realidade houve um esgotamento da capacidade de incorporação de novos mercados ao mercado capitalista. Nestas condições o crescimento das empresas dependia da capacidade de ocupação do mercado de seus concorrentes. Assim, a competição aumentou em ferocidade atuando principalmente através de preços dos produtos, o que fez com que os produtos não tivessem saída e ficassem acumulados. A saída era pensar em soluções que tornassem os produtos mais competitivos, ou seja, que a produção fosse barateada.

Assim, para que essa situação de superacumulação não se agravasse e fosse interrompida, uma reestruturação econômica e produtiva se apresentava gradativamente ao mercado mundial. Era a mudança do padrão fordista de produção para o então padrão flexível que aliava à produção de mercadorias tecnologias mais avançadas.

O padrão flexível trouxe uma grande reestruturação no setor produtivo e à comercialização dos produtos. Trata-se da intensificação do comércio entre países, que logo promoveria a formação de blocos econômicos e o acirramento da competitividade no comércio mundial. Essas mudanças afetariam também as dinâmicas locais de diversas partes do mundo, transformando lugares e sociedades, trazendo benefícios para alguns e malefícios para outros.

Essa nova forma capitalista de produção e distribuição de mercadorias só foi possível devido aos avanços na tecnologia, principalmente daquelas tecnologias poupadoras de mão de obra como automação e informática, das tecnologias que possibilitassem a administração a

distancia como telecomunicações, e das tecnologias redutoras de custos como o modelo just-in-time e também da terceirização.

Muitas são as transformações ocorridas após o advento de novas técnicas produtivas, da telemática e das mudanças nas relações mercadológicas ocorridas nos países desenvolvidos e então disseminadas pelo mundo capitalista, atingindo também as sociedades subdesenvolvidas.

A reestruturação dos sistemas de produção se deu a partir da aceleração do desenvolvimento tecnológico, desde a descoberta de novas técnicas no período do pós-guerra, que criou novas possibilidades de produção e consumo. As novas técnicas aliadas ao incremento da tecnologia no cotidiano moderno transformaram as relações sócio-econômicas até então existentes na esfera mundial. O advento da fluidez, da rapidez e da disseminação das informações e das mercadorias no espaço foram as principais transformações desse período, o que passou a ser fator diretamente transformador do espaço habitado, principalmente nos países em desenvolvimento, recém inseridos no mercado global.

A partir das novas necessidades e possibilidades criadas, promoveu-se uma integração, real e virtual, de diferentes espaços, expandindo a rede de relações mundiais, possibilitando novas formas de interação capitalista, ou seja, novas formas de comércio, distribuição, consumo e gestão. Trata-se da sociedade em rede como estuda Castells⁹.

As novas possibilidades apresentadas à economia mundial favoreceram a produção e a integração dos mercados mundiais, dinamizando e fortalecendo o processo de globalização da economia e da acumulação capitalista. Neste contexto, a corrida empresarial em busca da competitividade e da lucratividade, tanto nos mercados internos quanto nos externos, impôs e exigiu uma adequação empresarial aos novos moldes de produção, gestão e participação no comércio internacional.

Elias nos coloca que:

“com o desenvolvimento tecnológico, o homem pode reestruturar os tradicionais sistemas de produção, aumentando a produtividade e reduzindo custos, e, assim, organizar um novo modelo econômico, o qual intensificou e expandiu o modo de produção capitalista,

⁹ CASTELLS, M. A sociedade em rede, vol 1. São Paulo, Paz e Terra, 2000. 617p.

provocando inúmeras metamorfoses na sociedade e no espaço”. (ELIAS, 1996: 6)

Assim, as empresas se modernizaram e o espaço das cidades se modificou para entrar na nova era do meio “técnico-científico-informacional”.

No Brasil, ao final da década de 80 assistimos ao início do processo de abertura comercial de sua economia, onde o objetivo do governo era inserir o país nessa nova fase da economia internacional.

A liberalização comercial iniciou-se com as mudanças nas tarifas alfandegárias e aumento das importações e exportações de mercadorias e informação. Jaramillo e Cuervo esclarecem e destacam a entrada do capital internacional nas “novas” economias, colocando que,

“surtem novos fenômenos muito relevantes ao nível da rede geral de relações sociais, entre os quais destacaríamos a consolidação da grande empresa multinacional como protagonista da acumulação, a penetração do grande capital monopolista em esferas das quais se encontrava ausente, a emergência do Estado como agente decisivo nos processos de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho (...), a mudança técnica dos meios de transporte e comunicação, etc”. (JARAMILLO e CUERVO, 1990: 107)

Nessa nova fase de desenvolvimento capitalista nas economias subdesenvolvidas o Estado volta a agir na estruturação do espaço em função do capital, pois é na estruturação deste último que o país participará efetivamente da economia internacional e do processo de acumulação capitalista.

Sobre a importância do espaço para a realização da nova economia, reportando-se à São Paulo, Carlos coloca que:

“o capital financeiro para se realizar, atualmente, fá-lo por meio do espaço – isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Deste modo São Paulo, no plano local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial – um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político.” (CARLOS, 2004: 52).

Para complementar, a autora coloca ainda que “a reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico determinadas condições especiais para sua realização” (79). E acrescentamos que essas condições especiais para realização do processo de globalização se dão pela adaptação e reestruturação do espaço e da sociedade para inserir-se na economia da tecnologia e dos fluxos e da sociedade em rede. Tais mudanças são observadas de maneiras distintas tanto no âmbito regional como local. No caso de São Paulo é muito clara a produção de espaços que possuem todo o suporte para o desenvolvimento das relações capitalistas, as chamadas ‘centralidades’ que se constituem assim em locais valorizados e atraentes para novos investimentos. Em contrapartida, temos também no nível local, o município, a outra face da moeda: a concentração da pobreza, que também existe para dar suporte à reprodução do capital, através do baixo custo da reprodução da mão de obra barata, tão importante no âmbito do capitalismo. A produção de espaços de pobreza é resultado do mesmo processo e tem a mesma lógica da produção das centralidades das quais falamos. O objetivo é dar suporte à acumulação capitalista.

Neste contexto das mudanças econômicas globais, no Brasil é a partir de fins da década de 80 que se iniciam algumas mudanças, como a abertura comercial. Assim, no âmbito da reestruturação econômica, iniciava-se o processo de globalização recente¹⁰ do Brasil. Sobre isso, Ferreira nos fala sobre o interesse e as estratégias do país para inserir-se no processo de acumulação capitalista e coloca que:

“o Brasil e muitos outros países subdesenvolvidos aderiram à receita econômica neoliberal, visando atrair pela desregulação financeira, a abertura do mercado e a elevação das taxas de juros, o seu quinhão do enorme volume de capital financeiro internacional que perambula pelo mundo. ” (FERREIRA, 2001: 2).

Em fins de 80 já podíamos sentir os resultados da abertura comercial, pois, as primeiras transformações no espaço da metrópole já começavam a acontecer: acelerava-se o processo de reestruturação industrial na metrópole paulistana, que partindo para uma produção flexível proporcionou o crescimento das empresas prestadoras de serviços.

¹⁰ Chamamos de processo de globalização recente porque se trata do comércio mundial atual. Se buscarmos na história, veremos que desde seu descobrimento o Brasil já se inseria no processo de globalização, com as relações mercantilísticas que mantinha com Portugal e depois também com a Inglaterra.

Nessa nova fase da economia, o que assegurava a São Paulo um papel diretor na dinâmica sócio-econômica e espacial, não era mais apenas a função industrial, mas também o comando das atividades ligadas à produção e a gestão da informação. Essa tendência cresceu, se desenvolveu, modernizou a indústria e dinamizou o setor de serviços, fazendo de São Paulo a metrópole informacional.

Podemos observar que a década de 1980 foi um período de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade mais envolvida com o processo de globalização. A inserção do Brasil no processo de globalização da economia trouxe visíveis mudanças para a organização social e espacial do país sendo que, muitas dessas mudanças puderam ser observadas na modificação do uso do solo, principalmente de algumas partes da cidade de São Paulo, como Avenida Paulista e Avenida Luiz Carlos Berrini, que passaram então a abrigar os setores de comércio e serviços, inclusive instituições financeiras¹¹.

Nesse momento de mudanças, novas pequenas e médias empresas surgiam na metrópole, principalmente no setor de prestação de serviços, enquanto simultaneamente ocorria o enxugamento dos complexos industriais com a fragmentação da produção no espaço urbano, devido à reestruturação industrial.

Moreira coloca que alguns autores “consideram que realmente houve queda na participação da indústria na capital paulista mas alertam para o crescimento dos serviços ligados à indústria, que vem desconcentrando parte dos seus serviços, num processo de terceirização ligado a uma nova re-engenharia de produção. Assim, a terciarização da economia paulistana não seria devida a um aumento real dos serviços, mas à terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas” (MOREIRA baseando-se em Amitrano¹²)

Na década de 90 tivemos um processo de desconcentração industrial como resultado da reestruturação produtiva da indústria paulistana provocada pela abertura do mercado nacional

¹¹ Não há um consenso entre os pesquisadores sobre a temporalidade dessa mudança no uso do solo. Para Eduardo Nobre (NOBRE, E.A.C. Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros, tese de doutorado, FAUUSP. São Paulo, 2000) há uma nova centralidade, já para Moreira (MOREIRA, A.C.M.L. Territorialidades do Comércio. Pesquisa em andamento, FAPESP), o centro expandido – Av. Paulista, e o novo centro – Av. Luiz Carlos Berrini e Marginal do Tietê são anteriores ao processo de abertura de mercados brasileiros ao comércio internacional, ou seja, à globalização da economia.

¹² COMIN, A.A. e AMITRANO, C. Economia e emprego : a trajetória recente da região metropolitana de São Paulo Novos Estudos Cebrap, n. 66, p. 53-76, jul. 2003.

a produtos industriais importados, diferente da desconcentração ocorrida na década de 70, incentivada e promovida pelos poderes públicos estadual e federal.

“A partir de meados dos anos 1970 observa-se o início da transferência de plantas industriais da metrópole para o interior do próprio estado de São Paulo e também para novos pólos industriais localizados nas mais expressivas capitais regionais como Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre” (SCHIFFER, 2004: 168)

Sobre a desindustrialização mais recente, nos anos 90, Meyer coloca que:

“... uma parte significativa das instalações industriais localizadas nos diversos municípios metropolitanos está em processo de reestruturação funcional. Essa observação conduz a dois aspectos importantes da questão. Por um lado, constata-se o início de um processo de deslocamento funcional da atividade industrial para outras regiões do Estado de São Paulo. Tal processo tem sido induzido por políticas públicas voltadas para a descentralização industrial, mas também por agentes privados em busca de melhores resultados econômicos. Por outro lado, que podemos interpretar como uma decorrência do primeiro aspecto, observa-se o abandono de grandes complexos e uma gradual substituição e adaptação destes espaços por edificações comprometidas com as novas funções da metrópole, sobretudo aquelas identificadas com o setor terciário. Ao lado deste movimento mais novo, há ainda uma pequena presença na malha urbana metropolitana de instalações de pequeno porte disseminadas em antigos bairros industriais, que vem sofrendo um lento processo de substituição, regida quase sempre pelo mercado imobiliário” (MEYER, GROSTEIN E BIDERMAN. 2004: 165)¹³

Diversas obras tratam da questão da desindustrialização de São Paulo na década de 90¹⁴ e há as que divergem entre si sobre a questão. Moreira acredita que não houve uma desindustrialização mas que ao contrário disso a indústria continua vigorosa, porém com uma nova estrutura, e cita Feldman e Leme para salientar sua posição:

¹³ As colocações de Meyer não são corroboradas por Cano e outros estudiosos do processo de desindustrialização recente da Capital e da Região Metropolitana. (Tinoco, Revista Espaço e Debates nº 41, 2001.)

¹⁴ Ex: MOREIRA, A. C. L.M. Territorialidades da globalização, pesquisa em desenvolvimento pelo LABPLAN – FAUUSP com financiamento da FAPESP, 2006.
SCHIFFER S. A dinâmica urbana e sócio-econômica da RMSP, 1975 – 1995. In: SCHIFFER, S. 2004.

“... as evidências trazidas pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) revelam que no caso do Estado de São Paulo não houve nada que se aproximasse de alguns entendimentos que chegaram a ser levantados em meados dos anos 90 de que estaria havendo uma desindustrialização do Estado. Pelo contrário, houve um revigoramento da competitividade industrial, um reforço da inserção da produção industrial local, tanto no mercado doméstico, quanto no espaço internacionalizado” (FELDMAN E LEME)¹⁵

Já para Lencioni, a desconcentração industrial, porém, significou a saída do “chão de fábrica”, sendo que os escritórios e setores de gestão dessas empresas permaneceram concentrados na metrópole. Assim, entende-se que houve uma desconcentração do setor produtivo e uma centralização do capital na metrópole paulista.

Para essa pesquisadora, houve uma interiorização da estrutura física da indústria iniciada em fins da década de 70 mas o poder decisório dessas indústrias ficou em São Paulo. Para ela “São Paulo é o centro da gestão do capital enquanto o interior paulista se apresenta, cada vez mais, como o centro da produção industrial” (Lencioni, 2001:72)

O que proporcionou a descentralização da produção industrial na metrópole, e a suposta desconcentração industrial¹⁶, assim como a centralização dos centros de gestão e do capital, foi a difusão da informática e da eletrônica, que permitem um maior controle, à distância, dos processos produtivos.

Meyer coloca, em relação às transformações da metrópole do capital industrial para a metrópole do capital financeiro, que a ruptura do modelo industrial “acarretou um conjunto de profundas transformações no modo de produção e na organização do território, ambos os frutos da reestruturação global do capitalismo” (MEYER, 2004: 28).

Essa colocação de Meyer articula-se com as colocações anteriores sobre a reestruturação espacial e a efetiva inserção do Brasil na era da globalização, do meio técnico - científico-informacional e da sociedade em rede.

¹⁵ FELDMAN E LEME. Espaço e Debates: 41: 76, citados em MOREIRA, A.C.M.L.Territorialidades da Globalização.

¹⁶ Tinoco apresenta discussões sobre este tema (Revista Espaço e Debates, nº 41, 2001) e acredita que não há um entendimento unânime, entre os estudiosos do assunto, de que tenha ocorrido uma descentralização.

Essas mudanças na economia, na sociedade e no espaço metropolitano se aceleram a partir de 1990, com a afirmação do Brasil no processo de acumulação internacional, principalmente com a maior abertura comercial. E essas mudanças, conforme bem coloca Schiffer, definem o quadro econômico e social que seguiria nos próximos anos. Sobre isso a mesma autora nos coloca que:

“É a partir desse ponto que se aprofundam as transformações no setor produtivo, gerando importantes impactos urbanos e socioeconômicos na metrópole paulista, não só no que se refere ao mercado de trabalho, mas também ao uso do solo urbano, às demandas por serviços públicos e habitação, induzindo reestruturações de áreas específicas e deterioração de outras”. (SCHIFFER, 2004:13)

A autora coloca ainda três pontos como sendo as principais características do processo de internacionalização da economia: 1) reestruturação produtiva baseada em tecnologias avançadas e fragmentação do processo produtivo, 2) crescimento expressivo de transações financeiras entre países, 3) mudanças nos parâmetros relacionados à decisão locacional de novos investimentos, tanto diretos como especulativos. (SCHIFFER, 2004:171)

Assistimos então na década de 90, a reestruturação da metrópole se dando em função do novo padrão produtivo do capitalismo, que então passava a ser globalizado, e a intensificação dos impactos urbanos e socioeconômicos em todas as regiões do país, principalmente nos centros de economia mais desenvolvida como São Paulo.

A nova regra do mercado passara a ser a competitividade do produto no mercado mundial e para tanto o setor produtivo voltou-se para a inovação tecnológica e para a produção do espaço em função da presença dominante de interesses capitalistas globalizados.

A reestruturação do espaço em função dos interesses capitalistas se dá através de ações estratégicas do governo (de todas as esferas – inclusive a esfera municipal) que tem o poder de controlar e modificar o uso do solo e algumas das infra-estruturas urbanas. Muitas dessas modificações se dão através das “operações urbanas”¹⁷ que são ações capazes de modificar o uso e a estrutura de grandes áreas, assim são formadas as “novas centralidades” na cidade, ou seja, espaços produzidos para apoiar a reprodução capitalista.

¹⁷ Na literatura um pouco mais antiga fala-se de “renovação urbana”, que tem o mesmo sentido porém podendo determinar ações em áreas de menor escala.

Carlos também coloca que:

“o processo de reprodução do espaço da metrópole (...) revela uma nova relação Estado/ espaço – que aparece, por exemplo, através das políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a produção de infra-estruturas e ‘reparcelamento’ do solo urbano pela realização de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – através da realização de ‘parcerias’ entre a prefeitura e os setores privados que acabam influenciando e orientando essas políticas” (CARLOS, 2004:53).

A criação de centralidades viabiliza uma acumulação ainda maior do capital. Na obra de Fix encontramos um estudo mais aprofundado sobre a formação de centralidades. Em seu trabalho temos o exemplo da região da Av. Luis Carlos Berrini e Marginal Pinheiros, onde se concentram setores administrativos e financeiros de grandes empresas nacionais e multinacionais. Fix fala sobre a formação dessas centralidades, do capital especulativo, dos investimentos públicos na região e do mercado imobiliário como agente fundamental na criação dessas centralidades, todos esses fatores contribuindo para o aumento da exclusão social e da segregação urbana.

Sobre a estruturação dessas áreas em função do desenvolvimento econômico, Santos coloca que “nenhuma outra área, no terceiro mundo, foi assim aberta às mudanças, nenhuma foi tão capaz de, rapidamente, adaptar-se, em suas infra-estruturas e no seu comportamento econômico, às condições exigidas para o aumento da eficiência e da rentabilidade” (SANTOS, 1990: 14) . O mesmo autor, porém faz críticas a tais mudanças ao colocar que “afinal, os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa à lei do lucro”. “A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas” (SANTOS, 2000: 46)

Inserido em todo o processo de criação de centralidades e estruturação do espaço urbano está também o setor imobiliário, ator tão importante quanto o Estado na produção do espaço. As ações dos agentes¹⁸ do mercado imobiliário influenciam diretamente na

¹⁸ As ações do setor imobiliário não teriam sentido se já não houvesse na sociedade uma separação de classes. O espaço segregado é produzido pela sociedade como forma de dominação do capital e das elites.

valorização da terra, sendo, depois do Estado, o principal responsável pelo encarecimento do solo urbano, o que promove a “gentrificação” e exclusão da população mais pobre para outras áreas, manifestando assim no espaço urbano a segregação espacial. O encarecimento do solo urbano pode ser visto como um instrumento da segregação sócio-espacial.

Para Kowarick “O papel o Estado é fundamental (...) o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social” (KOWARICK, 2000: 23)

Tal forma de produção da cidade, baseada nos interesses do capital e aliada à precarização do trabalho, produz um desequilíbrio urbano ao qual Santos refere-se quando diz que “o crescimento econômico assim obtido, fundado em certos setores produtivos e baseado em certos lugares, veio agravar a concentração de riqueza e das injustiças” (SANTOS, 2000:14).

No caso da região metropolitana de São Paulo, o espaço urbano tornou-se um mosaico como coloca Eduardo Marques em seus estudos. O aumento da pobreza urbana disseminada por todo o tecido deixou mais evidente a segregação social, pois hoje, pobres e ricos muitas vezes encontram-se dividindo o mesmo espaço, porém com barreiras de separação, os condomínios fechados ou enclaves fortificados como Teresa Caldeira os prefere chamar.

A metrópole, tendo seu espaço modificado para reafirmar sua posição no processo de acumulação capitalista, passaria então a sentir os impactos dos processos globais, não só nas áreas centrais, mas também na chamada região metropolitana.

A partir dessa nova ordem, na estrutura da metrópole, são assistidas no espaço as alterações tanto na estrutura social quanto na organização do trabalho e no padrão de consumo, assim como a intensificação da concentração de renda. A partir dessas modificações na economia global, que colocam o Brasil em uma nova posição no mercado capitalista mundial, as grandes cidades passam a ter seus problemas sociais acentuados, principalmente os referentes à exclusão, criando-se assim novas formas de desigualdade social nas grandes cidades. Exemplo disso foi o aumento da segregação social, da favelização, da periferização, da precarização do trabalho entre outros fatores que serão tratados no decorrer da pesquisa.

A principal modificação na estrutura territorial para responder às demandas dos setores econômicos foi a implementação localizada¹⁹ de infra-estrutura de ponta²⁰ e atividades terciárias de todos os tipos, criando assim as vantagens comparativas, tão importantes nesse jogo capitalista de mercado. Hoje, o maior objetivo das ações governamentais para São Paulo é suprir as necessidades das empresas a fim de garantir a internalização dos investimentos externos e transformar a cidade em um setor financeiro e de negócios internacionais. Porém, destacamos que São Paulo é a cidade estruturante da região metropolitana onde muitos municípios vivem em função do que ocorre na metrópole. Assim, as ações político-econômicas realizadas no município de São Paulo refletem na dinâmica dos municípios da região metropolitana.

Sobre a desigualdade espacial e a necessidade empresarial acerca dos investimentos externos, Schiffer nos explica que “o substancial crescimento dos investimentos diretos externos, a partir dos anos 1980, tem acirrado a competição entre países para sediar novas plantas industriais e/ou capital estrangeiro, e para tal os governos nacionais necessitam gerar as precondições políticas e institucionais” (Schiffer, 2004: 172)

Uma explicação para a distribuição desigual da infra-estrutura também é dada por Jaramillo quando coloca a idéia que:

“os países em desenvolvimento têm que reunir esforços para conseguirem oferecer o aparato necessário para a instalação e reprodução do capital e por isso concentram investimentos públicos e privados em poucas partes do território, tendo dificuldades de estender os benefícios às demais áreas, principalmente as mais distantes” (JARAMILLO e CUERVO, 1990: 110).

Essa competição está presente também na escala nacional, se dando através da disputa entre cidades, hoje mais evidente através do planejamento estratégico.²¹

¹⁹ Nas áreas dinâmicas do capital financeiro, aqui os referimos à Avenida Paulista e mais precisamente Av. Eng. Luis Carlos Berrini.

²⁰ Por exemplo, os cabos de fibra ótica servindo os edifícios mais modernos, construídos já com uma concepção moderna, considerando a tecnologia existente.

²¹ “O Planejamento Estratégico se pauta pela visão de que a única maneira de se pensar o futuro das cidades é inseri-las numa rede de “cidades-globais”, na qual a problemática central deve ser a competitividade urbana” (VAINER, 2000 In: FERREIRA, 2000: 8; Revista SP Perspectiva, Vol.14, n°4, out/dez 2000.)

As cidades procuram oferecer economias de aglomeração e ambientes inovadores a fim de tornarem-se atrativas e receberem cada vez mais investimentos privados.

Porém com toda a atenção governamental direcionada para o planejamento urbano²² elitista da cidade, acentuamos um grande problema: a desigualdade sócio-espacial nas cidades da RMSP. Diversas prefeituras da RMSP enfrentam os problemas da pobreza urbana, porém enquanto umas têm êxitos em suas políticas públicas, outras não têm nem estrutura nem recursos para formularem e aplicarem políticas públicas eficientes. Nessas condições está o caso da cidade de Francisco Morato, onde a maioria das pessoas vive socialmente excluída e desamparada. Nessa cidade o desenvolvimento urbano é entravado, uma vez que esse espaço ainda não se tornou interessante aos investimentos capitalistas.

Nesse contexto, podemos utilizar as idéias de Schiffer para explicarmos essa dualidade na RMSP. A autora diz que:

“No nível da estrutura intra-urbana, a cidade de São Paulo tem-se tornado cada vez mais dual: os investimentos pontuais em infraestrutura urbana de ponta, como telecomunicações, têm alterado o mapa de valor dos diversos distritos, privilegiando aqueles nos quais se localizam as atividades inseridas nas transações internacionais, em detrimento das áreas periféricas essencialmente ocupadas por habitação de baixa renda.” (SCHIFFER, 2004: 191).

Além das preocupações do poder público local e estadual voltarem-se para o desenvolvimento dos setores economicamente interessantes da cidade e esquecer-se da periferia, os reflexos do aumento no preço da terra urbanizada são fortemente sentidos por toda a sociedade.

Um dos principais e piores reflexos da valorização do solo, em São Paulo e em outros municípios da RMSP, por conta do direcionamento das políticas públicas, é a expansão periférica da mancha urbana pois além do crescimento demográfico há a demanda popular por terras mais baratas para moradia. Há uma parcela mais pobre da população que migra para áreas mais distantes dos centros urbanos em busca de um menor custo de vida. Porém existem também aqueles mais pobres e com extrema dificuldade de acesso à terra e à habitação urbana

²² Whitaker Ferreira destaca em um de seus trabalhos que “no Brasil os instrumentos urbanísticos aparecem como uma tentativa de reação face a um modelo de sociedade e de cidade estruturalmente organizadas de forma propositalmente desigual, o que muda completamente seu potencial e seu possível alcance” (FERREIRA, 2005:17)

em regime de mercado e que ao não serem atendidos por programas públicos habitacionais vão habitar as favelas da cidade.

Milton Santos denuncia os movimentos de valorização e especulação do solo dizendo que o que mais se conseguiu com tal política, foi “consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade” (SANTOS, 2000: 45).

Carlos complementa colocando que:

“A centralidade liga-se hoje, à uma nova capacidade de concentração. No quadro produzido, o espaço se fragmenta, é raro em torno dos centros onde é literalmente pulverizado, vendido em lotes, podendo assumir a função de reserva de valor, meio de segregação, elemento de dispersão da sociedade nas periferias e subúrbios. Isto porque, a cidade explodiu e se concretiza a partir de novas formas, estruturas, funções, onde áreas imensas ganham novo valor de uso e, conseqüentemente, valor de troca, pois o espaço, mercantilizado, se insere no mundo da mercadoria.” (Carlos, 2003: 84).

No caso das centralidades de São Paulo, a valorização do solo devido aos investimentos públicos e privados, e a maior ocupação do solo pelas atividades terciárias, causaram mudanças também na ocupação populacional, ou seja, grande parte da população emigrou das áreas mais valorizadas para áreas do entorno e periféricas. Os bairros ao redor das centralidades altamente valorizados abrigam a classe alta e média alta enquanto que a classe média e a população menos favorecida se instalaram em setores mais baratos, como as áreas mais periféricas.

A mudança de parte da população para as cidades periféricas fez com que as taxas de crescimento da periferia fossem maior que a da metrópole. Enquanto que na década de 70 a população da cidade de São Paulo cresceu a 3,6% ao ano, a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90, essa taxa caiu para 1,1% e para 0,92% ao ano, respectivamente, aliada ainda ao fato que as pessoas estavam deixando São Paulo para abrigar-se nos setores mais distantes desse município e nas cidades vizinhas. Isso mostra que enquanto a taxa de crescimento da população paulistana diminuía, o cinturão de municípios ao entorno de São

Paulo crescia a taxas altíssimas, como de 3,15% ao ano entre 1980 e 1991 e 2,89% no período 1991/2000²³.

Sobre essa dinâmica de mudança do uso do solo e migração da população residente para setores mais distantes, Meyer diz ser um “paradoxo urbano e econômico” onde “áreas plenamente equipadas em infra-estrutura e transporte de massa encontram-se em processo de esvaziamento populacional, enquanto se abrem novos e distantes setores de expansão urbana.” (MEYER, 2004: 190).

Esses novos setores da mancha urbana vêm atender às necessidades habitacionais da população de alta e baixa renda. Temos vários municípios periféricos abrigando condomínios de alto padrão, mas temos muito mais municípios abrigando a grande massa trabalhadora, pobre e excluída. Aqui neste trabalho abordaremos apenas os setores destinados à população de baixa renda. Eles ainda estão concentrados nas zonas periféricas à metrópole, são maioria e quase sempre são carentes de infra-estrutura, equipamentos urbanos, assistência e serviços, uma vez que estes itens são insuficientes para suprir a demanda da população pobre, que aumenta a cada ano.

Nesse tipo de urbanização é muito comum a existência de loteamentos populares clandestinos e/ou ilegais que prejudicam, porém participam da estruturação da cidade. Hoje observamos que a realidade de nossas cidades, São Paulo e seus municípios satélites, caminha em direção oposta ao equilíbrio sócio-econômico e ambiental que a sociedade e os governos dizem querer e buscar. Trata-se do discurso da busca pela sustentabilidade, porém não há um real empenho no sentido da elaboração e principalmente execução de políticas públicas integradas e eficazes na busca da “sustentabilidade” no âmbito social e ambiental.

A questão social, no que diz respeito ao aumento, nas últimas décadas, de parcelas empobrecidas e excluídas está longe de ser equacionada; uma vez que o acesso à terra urbanizada e à moradia ainda está muito distante da população mais necessitada e que continua espoliada através das relações precarizadas de trabalho.

²³ Dados retirados de Bogus e Pasternak, A cidade dos extremos. Pg 2; sem data. O trabalho insere-se no conjunto de discussões desenvolvidas no âmbito do PRONEX (Programa de Grupos de Excelência), coordenado pelo Prof. Dr. Luiz César de Queiroz Ribeiro, do IPPUR-UFRJ.

Um dos efeitos da reestruturação produtiva foi a precarização do trabalho com diminuição nos postos de trabalho operacionais e nos valores dos salários da classe trabalhadora.

Essa combinação de alto custo da terra urbanizada e precarização do trabalho vem produzindo, de forma rápida e desastrosa, áreas periféricas empobrecidas e desassistidas de serviços e instrumentos urbanos. As carências das áreas periféricas hoje são diferentes daquelas da década de 70. Hoje a existência da infra-estrutura básica como iluminação, sargetas e pavimentação é mais comum, porém ainda faltam instrumentos de lazer, cultura e principalmente projetos de assistência e promoção social. Há ainda uma enorme carência nos serviços de saneamento básico e esse fato é muito preocupante pois é um dos principais fatores da degradação ambiental, mais especificamente dos recursos hídricos.

Essas demandas causam fortes impactos no meio social e ambiental e que inevitavelmente atingem toda a sociedade. No meio físico temos, de forma crescente, o desmatamento, ocupação e degradação das áreas de mananciais, a contaminação dos recursos hídricos pelo lançamento de esgotos sem tratamento etc.

Já os impactos no meio social são diversos e serão tratados de uma melhor forma no capítulo V (A pobreza urbana e a reprodução das relações sociais).

Capítulo II – A segregação sócio – espacial

2.1- O papel da reestruturação econômica e a precarização do trabalho na formação das periferias empobrecidas.

Tentaremos mostrar aqui a relação existente entre reestruturação econômica, valorização/ desvalorização de áreas e precarização do trabalho²⁴ no processo de criação das periferias empobrecidas. Em verdade, esses elementos formam um ciclo onde o jogo de mercado produz modificações no uso e no valor do solo urbano, nesse jogo, onde o objetivo é cortar custos e aumentar o lucro, produzem-se também modificações no mercado de trabalho, as quais vimos que o torna mais precarizado e informal.

O resultado desse ciclo é que os trabalhadores de baixa e média qualificação, excluídos ou rebaixados no mercado de trabalho, que são a maioria, não conseguem ter acesso à terra mais urbanizada e com ofertas de infra-estruturas e serviços devido à sua valorização. A esses trabalhadores resta então tentar construir suas vidas nas periferias, onde o custo de vida é mais baixo, porém é baixo também o índice de qualidade de vida, a segurança, a qualidade no atendimento à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, etc.

Outras vezes, os trabalhadores não têm a opção de construírem suas casas nem mesmo na periferia, pois não são capazes de arcar com o custo da auto-construção, e, além disso, nas periferias distantes existem menos oportunidades de renda. Há muitos trabalhadores que ganham a vida na metrópole, seja fazendo bicos, pedindo esmolas ou trabalhando no mercado informal e ilegal. Muitos desses trabalhadores preferem morar nas favelas próximas aos centros urbanos que nas periferias distantes, uma vez que nos centros urbanos é facilitado o acesso à postos de saúde, escolas, trabalho e transporte.

Entre os moradores de favela há ainda aqueles que ali habitam nos dias de semana para ficar mais perto de seus locais de trabalho pois não têm como arcar com os custos de deslocamento entre periferia e metrópole, que é muito elevado.

Enfim, os moradores de favelas ali estão porque a eles não há alternativas habitacionais. Os poucos programas habitacionais não abrangem a população de baixíssima

²⁴ “Flexibilização e precarização são conceitos contemporâneos que estão ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores, e que tendem a se consolidar na medida em que o trabalho perdeu força política ante o capital.” (PAIVA, 2000: 52)

renda. Além disso, o número de pobres e desempregados é crescente, existindo assim cada vez mais pretendentes para ocupar moradias em favelas.

Um estudo de Gomes e Amitrano mostra que os pobres moradores de favelas em áreas mais centrais têm maiores chances de estar empregado, também porque têm mais acesso à rede de oportunidades de emprego, que não existe nas periferias distantes e empobrecidas.

Sobre o aumento das favelas e áreas pobres, trata-se de uma maior precarização da qualidade de vida de grande parte dos habitantes da região metropolitana, e os fatores e reflexos dessa precarização serão estudados em seguida.

Discutimos até agora que neste novo contexto mundial de interação entre os mercados, as empresas de todo o mundo capitalista se adequaram ao modo de produção flexível para tornarem-se mais produtivas e competitivas, inserindo-se assim na rede de relações mercadológicas. Veremos também suas demandas e ações no interior do processo produtivo e então os reflexos disso no espaço urbano com o aumento da segregação social e espacial.

A reestruturação produtiva que buscava aumentar a lucratividade empresarial trouxe também mudanças não tão interessantes para a sociedade no que diz respeito às relações trabalhistas, que ficaram prejudicadas em favor da lucratividade empresarial.

A dinâmica capitalista exigiu uma adequação do espaço e das relações internas e externas das empresas capitalistas. Essas transformações se dão no comércio e na estrutura produtiva dessas empresas, sobre as quais Coutinho coloca que está havendo um enxugamento das estruturas administrativas, compactação dos processos produtivos, fechamento de linhas de produtos vulneráveis à competição e a terceirização de atividades. (COUTINHO, 1995)

As transformações tecnológicas possibilitaram a dinamização do tempo na esfera empresarial produtiva, Elias nos coloca que:

“O progresso técnico é o progresso científico encarnado nos fatos econômicos. Modifica as produções e os consumos tradicionais e em consequência disto, possibilita que se produza muito mais coisas em períodos menores de tempo. Por exemplo, um tempo específico de trabalho de um operário pode produzir muito mais coisas que produzia há cinquenta anos, abrindo inúmeras possibilidades novas ao capital” (ELIAS, 5: 1996).

Assim entendemos que a informatização do processo produtivo e a dinamização do tempo significaram o corte de milhões de postos de trabalho e uma maior necessidade de mão de obra especializada. Sendo assim houve um grande aumento do “exército de reserva” e uma desvalorização da mão de obra desqualificada e, além disso, o surgimento de uma nova forma de gestão causou ainda mais mudanças nas relações trabalhistas: a terceirização. Esta é uma política cada vez mais comum entre as empresas e demonstra a precarização das condições de trabalho, descon sideração para com as necessidades da classe trabalhadora e favorecimento da concentração de renda²⁵.

Como coloca Leme, assistimos à “expansão da industrialização flexível onde empresas externalizam, cada vez mais, algumas funções, em virtude da redução de custos com a força de trabalho (especialmente encargos sociais), sazonalidade no mercado consumidor, baixa rotação do capital em certas fases do processo de produção, etc”. (LEME, 2003:31). Fatores que possibilitam às empresas serem mais competitivas no mercado e aumentarem sua lucratividade.

Em relação à adesão empresarial à política de terceirização de vários serviços e da terciarização de áreas centrais Coutinho coloca que “a formação de redes integradas entre fornecedores e produtores implica o deslocamento de várias atividades e funções, antes realizadas dentro das empresas, para supridores externos participantes do sistema integrado em forma de rede”. (COUTINHO, 1995: 55)

Acreditamos que essas mudanças nas relações de trabalho contribuíram enormemente para o empobrecimento da classe trabalhadora. E sobre isso, Kowarick afirma que “a economia dos países latino-americanos tem alicerçado seu processo de acumulação no empobrecimento real da maioria dos assalariados, principalmente de mão de obra pouco ou não qualificada”. (KOWARICK, 2000: 61)

A perda de postos de trabalho para a classe desqualificada e o achatamento de seus salários levaram a um real empobrecimento dessa classe. A precarização do trabalho foi responsável, em grande parte pelo incremento do trabalho informal e ilegal.

O economista Arbache destaca que “hoje existe consenso de que houve aumento da taxa, informalidade e produtividade do trabalho, e que as mudanças nas séries temporais

²⁵ O trabalhador terceirizado não tem carteira assinada, pois trabalha como autônomo. Desta forma esse trabalhador não tem direito a férias, seguro saúde, 13º salário, seguro desemprego e pagamento se seu FGTS pela empresa.

dessas variáveis se deram logo após o início da abertura, sugerindo, pois, que a liberalização comercial teve efeitos não negligenciáveis sobre o mercado de trabalho” (ARBACHE, 2001: 6).

Algumas conseqüências mais visíveis foram o aumento dos trabalhadores sem registro em carteira, aumento do trabalho ilegal, da clandestinidade e da informalidade, ainda a queda nos salários de todos os setores, o aumento do desemprego, do trabalho temporário e terceirizado e o fim da “hora extra” trocado pelo “banco de horas” ou simplesmente o não pagamento das horas trabalhadas a mais.

Salientamos aqui, que um estudo feito por economistas do IPEA destaca que:

“a década de 90 não foi marcada apenas pela liberalização comercial e financeira. Várias mudanças importantes e com impactos potenciais sobre o mercado de trabalho ocorreram no período. Portanto, atribuir as mudanças observadas no mercado de trabalho à abertura comercial pode ser errôneo na medida em que elas podem ter sido causadas por outras fontes. ” (IPEA, 2001:11).

E, acerca desses outros fatores, destacam os reflexos da implantação da constituição de 1988 que ainda estavam sendo implementados, e dos planos de estabilização econômica: Plano Collor I, Collor II e Real.

Os efeitos da precarização do trabalho são muitos, desde aspectos físicos de organização do espaço, geração de espaços empobrecidos, até prejuízos psicológicos, principalmente na população mais atingida, como os desempregados, e salientamos aqui que esses prejuízos não se limitam apenas à família do cidadão desempregado, e que seus efeitos se estendem a toda a sociedade na forma de conflitos sociais e violência.

No espaço urbano os efeitos da precarização são o aumento de espaços empobrecidos, comprovadamente o aumento de favelas e cortiços, principalmente na década de 90. Esse aumento da população favelada pode ser observado nos dados do censo de 2000, os dados do censo de 90 dizem respeito à década de 80, caracterizada por forte recessão econômica e ampliação das desigualdades sociais.

O aumento de favelas e cortiços se deu principalmente nas áreas mais centrais²⁶ da metrópole, e de bairros precários com sérias defasagens de equipamentos sociais, porém

²⁶ Lembramos que denominamos de ‘áreas centrais’ aquelas com destacado dinamismo econômico.

relativamente próximos à meios de transporte para as áreas centrais. O aumento da população favelada se dá pela perda do emprego e pela impossibilidade de pagar aluguel em áreas urbanizadas²⁷.

Essa precariedade é realidade não só nas zonas periféricas de São Paulo e Grande São Paulo como também em outras cidades, principalmente as de médio e grande porte.

Porém existe o outro lado da precarização, o lado empresarial, da acumulação capitalista, que também trouxe inúmeros efeitos na produção do espaço, principalmente no que se refere à concentração de infra-estrutura nas áreas onde se instala o capital, aumentando a desigualdade espacial, valorizando certos setores e confinando os pobres nas áreas menos favorecidas em caráter urbanístico. É a sociedade segregada que se apresenta com maior força.

Francisco de Oliveira mostra um outro lado da acumulação capitalista, destacando sua dualidade, quando coloca que “as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam em excedente não-reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana.” (OLIVEIRA, 2003: 129). Assim, o “conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades” foram os fatores que construíram as cidades (OLIVEIRA, 2003: 130). Nessa mesma visão a dualidade é discutida por Jaramillo e Cuervo onde nos colocam que:

“o modelo de acumulação capitalista encontra uma tensão muito importante no que diz respeito às características internas dos centros urbanos que ele exige como suporte. De um lado é preciso com componentes urbanos sofisticados - centros bancários e de negócios, zonas comerciais e terciárias superiores, regiões de habitação para a força de trabalho qualificada, etc. – compatíveis aos oferecidos nos grandes núcleos urbanos dos países centrais; mas ao mesmo tempo, é preciso contar com uma grande massa trabalhadora de baixo poder aquisitivo cujos processos de reprodução da força de trabalho sejam muito baratos. A única maneira de conseguir simultaneamente esses elementos tão desiguais e que funcionem como uma única unidade espacial é por meio de uma segregação sócio- espacial muito acentuada” (JARAMILLO e CUERVO, 1990:110).

²⁷ Essa conclusão baseia-se em questionários do meu trabalho de graduação, aplicado a um bairro pobre e isolado na Serra da Cantareira, à conversas com moradores de Francisco Morato e das favelas de Osasco.

Acredito que essa dualidade, como forma de produção do espaço, acirra a segregação urbana e os conflitos sociais, assim como a pauperização e exclusão da classe trabalhadora de baixa renda. Podemos ver o sucesso dos condomínios fechados que garantem mais segurança, contra aqueles que são a ameaça, os marginais, os excluídos violentos. Podemos ver o aumento da frota de carros blindados e com escurecimento dos vidros, podemos ainda ver a nova onda de “arrastão” em bairros de alta renda, e também o aumento no número de seqüestros relâmpagos na grandes cidades brasileiras.

Neste contexto e seguindo a linha de pensamento de Jaramillo e Cuervo, Carlos vê o espaço como instrumento de dominação, que estrutura a reprodução das relações sociais de produção. É uma visão interessante, compatível com as idéias de Kowarick quando diz que:

“se o todo continha partes desiguais, essas desigualdades se combinavam mediante processos sociais e econômicos em que os elementos 'arcaicos', 'tradicionais' ou 'subdesenvolvidos' não eram pesos que entravavam a dinamização das engrenagens produtivas, mas ao contrário, davam suporte ao processo de criação de riquezas” (KOWARICK, 2002:13).

Sobre essa reestruturação econômica e a precarização do trabalho que refletem de forma direta na organização e na dinâmica da cidade, Horta nos coloca que as ações vão em direção a um “desequilíbrio social geral, se pensarmos nos altos índices de exclusão e aumento crescente da violência, da injustiça social e da desconstrução dos espaços de exercício da cidadania” (HORTA, 1999:9).

Trata-se de interessantes visões ideológicas sobre a segregação urbana e que se complementam no tempo. Porém, assim como Schiffer (2004), me pergunto se a manutenção dessa forma de produzir a sociedade e seu espaço, em longo prazo, não prejudicará o crescimento econômico de São Paulo²⁸ e do país. O Brasil já perde grandiosas oportunidades na área do turismo por causa da violência, e se a maioria da população empobrece, o que será do mercado consumidor interno?.

²⁸ Schiffer em sua obra “Globalização e Estrutura Urbana” se pergunta se essa realidade econômica e social não colocará em questão o status de metrópole mundial de São Paulo. (Grifo Nosso). SCHIFFER, 2004, pág. 191

Observamos que as ações no mercado se dão em função apenas dos interesses econômicos em busca da acumulação capitalista, se apropriando da cidade e ignorando os direitos e as necessidades da maioria de seus habitantes, principalmente daqueles que não fazem parte da elite dominante. Nesse contexto Schiffer coloca que “os efeitos no mercado de trabalho têm sido uma das conseqüências de maior impacto social, em função da retração das oportunidades para a mão de obra menos qualificada” (SCHIFFER, 2004:14).

A nova política empresarial para controle de gastos e aumento do lucro prejudica diretamente a quantidade e a qualidade do emprego, atingindo principalmente a mão de obra com pouco ou nenhuma qualificação.

Nos últimos anos vem ocorrendo um empobrecimento da classe trabalhadora, e também da classe média, devido à deterioração dos salários ao longo do tempo causando um decréscimo da renda familiar. Kowarick nos coloca que “essa redução de salários não se trata de uma oscilação ocasional, fruto de momentos recessivos, mas de características estruturais do capitalismo brasileiro destas últimas décadas”. (KOWARICK, 2000: 20)

Sobre essas ‘características estruturais’ colocadas por Kowarick, Antunes explica que “Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/ fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo” (ANTUNES, 2000: 42).

Através da reestruturação produtiva há o aumento do desemprego, da precarização do trabalho e do comércio informal, observado no aumento do número de camelôs nas ruas das cidades e de vendedores ambulantes ilegais como aqueles que ocupam os trens de passageiros da CPTM, e ainda o aumento da mendicância. Sem oportunidades de formação e inclusão no mercado de trabalho, a população pobre, e principalmente aquela moradora de áreas distantes dos centros geradores de emprego e renda, é obrigada a usar todo e qualquer recurso para criar postos de trabalho que lhe rendam pelo menos o dinheiro da comida para manter-se vivo nessa sociedade que lhes rejeita. Salientamos que muitos desses postos de trabalho são atividades informais de vendedor ambulante e essa atividade é funcional ao sistema econômico, uma vez que tem a função de circulação de mercadorias, beneficiando assim o capital. (OLIVEIRA, 2004)

No próximo capítulo veremos como parte da população de Francisco Morato tem feito para conseguir alguma renda. Descartada pelos investimentos capitalistas essa cidade

encontra-se num círculo vicioso, onde não se desenvolve porque não tem recursos nem investimentos e não recebe investimentos porque não apresenta um mínimo de desenvolvimento urbano ou social. Veremos esse exemplo de forma mais aprofundada no capítulo que segue.

2.2- A ação do mercado imobiliário, paralelo à precarização do trabalho, na intensificação da segregação espacial.

Em toda a discussão travada acima sobre a nova realidade no campo do trabalho nessa era pós - reestruturação produtiva tentamos deixar claro que há dois movimentos distintos e simultâneos, que se completam para atender às necessidades do capital em seu mecanismo de reprodução. Um dos mecanismos é a precarização do trabalho com o rebaixamento salarial, principalmente da classe trabalhadora desqualificada, e o outro diz respeito à valorização da terra urbana através de investimentos públicos e privados na formação de centralidades.

Por trás desse último mecanismo, operando a demanda da classe comerciante e empresarial está o setor imobiliário, agente atuante na formação de centralidades e na valorização e revalorização de áreas – localidades -, uma vez que agregam valor ao produto terra por força das transformações que incorporam a ela, .

Trata-se das demandas do setor produtivo em relação ao espaço citadino e como a concentração de investimentos em locais de interesse do capital age na valorização de áreas e torna inviável a manutenção da população pobre em tais áreas.

Para Ferreira,

“o aspecto mais importante a ser destacado é que essa lógica vem pressupondo uma forte participação do poder público em sua promoção, seja por estarem estes representando os interesses dominantes, seja por estarem certos que promovem de alguma maneira a ‘modernização’ da cidade. Compromete-se, em áreas privilegiadas, altos valores do orçamento na produção de infra-estrutura urbana, principalmente viária, compatível com as exigências das ‘ilhas de modernidade’, em detrimento dos investimentos maciços urgentemente necessários na cidade informal, o que ressalta o alto caráter de exclusão desse processo” (FERREIRA, 2000: 11)

A valorização e especulação de áreas com maior infra-estrutura aliado à deterioração dos salários dificultam que a classe trabalhadora participe dos espaços mais estruturados e integrados à cidade. Milton Santos sobre esse contexto, muito bem nos coloca que “a dinâmica da cidade se dá de forma a servir à economia e não à sociedade” (SANTOS, 2000:14).

Nessa visão econômica da vida, para a classe trabalhadora sobreviver só lhe resta buscar lugares longínquos e precários, sem equipamentos urbanos e com pouca infra-estrutura, onde seu custo de vida será menor, e daí o aumento dos loteamentos e ocupações clandestinas, assim como as favelas, destinados á população de baixa renda nas periferias das cidades e em áreas que além de precárias se tornam estigmatizadas e objetos de discriminação, medo e preconceito pela sociedade em geral.

Porém, as cidades ainda encontram um paradoxo na questão da urbanização e inserção de melhorias em áreas empobrecidas: a valorização. Esta é um ciclo que ainda não tem projetos para sua interrupção: o ciclo de valorização e expulsão da população mais pobre das áreas que recebem alguma infra-estrutura. Milton Santos já falava sobre esse ciclo e sobre seu prejuízo para a formação da cidade e dos cidadãos. Ele nos coloca que:

“qualquer investimento realizado implica maior valorização do espaço, em geral muito acima do que a parcela mais explorada da população pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas, as quais mais cedo ou mais tarde, também serão alcançadas pelas inversões capitalistas e daí nova expulsão... Assim, a cidade vai sempre expandindo, incorporando novas áreas e sempre segregando os seus moradores de acordo com a estratificação social” (SANTOS, 1990:31).

Essa expulsão da população antiga de um local que recebe melhoria é chamada por Kowarick de “preço do progresso”, porém esse preço tem ficado alto demais para toda a sociedade, que vive em um meio mais desigual e socialmente desequilibrado.

A cidade de São Paulo é vista como uma mercadoria em potencial que conseguirá atrair tanto mais investimentos quanto souber aproveitar as “possibilidades” econômicas do espaço urbano, através da coalizão entre as elites fundiárias, o poder público e os empreendedores imobiliários (FERREIRA, 2000: 1).

Mas enquanto a cidade estruturadora da Grande São Paulo cresce em concentração de renda, seu entorno e cidades vizinhas sofrem as conseqüências da valorização de suas áreas centrais. E hoje, além de termos as grandes periferias que abrigam cidades dormitórios formadas em sua grande maioria por loteamentos irregulares, favelas e ocupações

clandestinas, temos o aumento da concentração de população pobre também aos arredores dos bairros nobres de São Paulo.

Conforme dados do atlas ambiental da prefeitura de São Paulo²⁹, mostrados no projeto Aprenda 450 anos, “a favelização é um fenômeno crescente. Em 1973, 1% da população de São Paulo morava em favelas; em 1980 esse número salta para 4%, chegando a 8% (1,15 milhão) no início dos anos 1990. Em 2000, de acordo com um estudo feito pela Prefeitura e pelo Centro de Estudos da Metrópole, existiam 2.018 favelas, com 378.863 domicílios para 1,16 milhão de pessoas.

Para Rolnik "O aumento vertiginoso das favelas, dos condomínios fechados, shopping centers e centros empresariais ao longo das décadas de 80 e 90 revela essa fragmentação socioterritorial da cidade, que compartimentaliza os territórios, promovendo uma vida urbana confinada em circunscrições controladas, protegidas ou vulneráveis, de alta e baixa renda." (Rolnik Apud Aprenda 450 anos)

Em uma mesma cidade podem-se encontrar centralidades com alto dinamismo econômico e infra-estrutura de ponta de um lado e pobreza e exclusão de outro. Trata-se de uma realidade que se dissemina por diversas cidades, em maior ou menor escala. São as sociedades duais, que segundo Hampf,

“nelas convivem a cultura do consumo e do hedonismo com a cultura da sobrevivência ou das necessidades básicas; o primeiro e o terceiro mundo de um mesmo Estado. O resultado deste fenômeno, em termos urbanísticos, é a megacidade de crescimento disperso e fragmentado que criou arquipélagos monofuncionais e guetos residenciais. Em outras palavras, é uma cidade que gera divisões espaciais, temporais e sociais entre seus habitantes”. (HAMPF, M. T, 2004:1)³⁰

Sobre essa nova estruturação do espaço, os estudos de Eduardo Marques e Teresa Caldeira, colocam que apesar da grande distância social, há uma reaproximação territorial de grupos de diferentes classes sociais, que agora dividem o mesmo espaço, porém com barreiras

²⁹ www.atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br (2003.)

³⁰ HAMPF.M.T. A cidade dual: sua interpretação no sul. 2004. In: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq047/arq047_00.asp

físicas que delimitam muito bem onde é o espaço de cada classe. Caldeira chama esses espaços ricos com barreiras de “enclaves fortificados”.

Outros estudos latino americanos mostram que essa realidade não se limita apenas ao Brasil ou a São Paulo. Assim nos coloca Schapira ao dizer que:

“a fragmentação enfatiza a complexidade das transformações em curso na grande cidade latino americana, postulando que a posição social não mais determina a posição geográfica e que a ‘sociedade em arquipélago’ produz uma imbricação de diferentes espaços e confere maior visibilidade às diferenças. Assim, paralelamente aos processos de metropolização e de abertura ligados à globalização desenvolvem-se no interior da cidade lógicas de separação e novas fronteiras urbanas” (SCHAPIRA, 2000: 170).

Para Lago,

“Entende-se que o principal fator explicativo da reconfiguração sócio-espacial da RMSP – expansão e desconcentração das favelas e expansão das áreas de classe média na periferia – está na demanda, mais precisamente na redução de seu poder aquisitivo e na instabilidade do trabalho, para ambas as classes, média e popular. Nesse sentido, dois fenômenos devem ser destacados: (i) a perda da capacidade de endividamento, reduzindo o acesso à moradia pelo aluguel e pela compra com financiamento a longo prazo e (ii) o aumento do peso do transporte no orçamento familiar, impossibilitando, para determinados segmentos de trabalhadores, a moradia na periferia distante.” (LAGO, 2003:158).

A mesma autora acredita que “se reproduziu, no Brasil, ao longo dos anos 1980 e 1990 a mesma lógica segregadora do período desenvolvimentista” (LAGO, 2003:157).

Villaça nos explica que a diferenciação de valor dos variados lugares de dá pela chamada localização, sendo que a acessibilidade é o fator que mais agrega valor. A localização, segundo Lojkine, é a “propriedade que tem o próprio espaço de fazer com que se relacione entre si os diferentes elementos da cidade” (Apud VILLAÇA, 2001:74).

A terra quando deixou de ser bem natural para se tornar bem privado passou a ser determinante da segregação urbana, e o valor da terra é o instrumento que opera esta segregação urbana de classes. Assim se aglomeram os que podem pagar por uma terra mais cara e em outros lugares aqueles que não podem pagar. Para Villaça, é a segregação por classes sociais que “domina a estruturação das nossas metrópoles” (VILLAÇA, 2001: 142).

Esse mesmo autor destaca em sua obra que há uma segregação voluntária e uma segregação involuntária, onde a primeira “se produz, quando o indivíduo, por sua própria iniciativa, busca viver com outras pessoas de sua classe (...). A segregação involuntária ocorreria quando o indivíduo se vê obrigado, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001: 147).

Para Castells, segregação urbana é “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferenças como também de hierarquia” (Castells, 1983: 210)

Assim como Carlos³¹, Villaça acredita que:

“a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço (...) Entende-se por dominação por meio do espaço urbano o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001: 328).

Porém, em função da dominação, do poder e do dinheiro, estamos mais que nunca, afirmando uma sociedade fragmentada, socialmente desequilibrada, que anda na contramão da sustentabilidade social e da democracia.

Vejamos o caso de Francisco Morato, que inserido no contexto estudado até agora, em muito pode contribuir para o entendimento da dinâmica de desenvolvimento e subdesenvolvimento do local perante as ações do âmbito global.

³¹Carlos vê o espaço como instrumento de dominação, que estrutura a reprodução das relações sociais de produção (pg 31 deste trabalho)

Capítulo III - O Município de Francisco Morato

3.1- Breve caracterização da cidade

Francisco Morato é um município localizado na zona norte da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP- (mapa 1) e possui uma população de 161.870 mil habitantes³², migrantes em sua maioria, dividida em uma área de 45 km² de relevo com altas declividades, o que torna difícil a ocupação do terreno. O mapa 0 nos mostra a aptidão física de Francisco Morato ao assentamento urbano.

A origem dessa cidade está nos povoados dos acampamentos de operários da Fazenda Belém que trabalhavam na construção da ferrovia Santos-Jundiaí, pela Companhia São Paulo Railway. Quando a São Paulo Railway passou a pertencer ao governo brasileiro, a Fazenda Belém foi loteada e o antigo povoado tornou-se um distrito do município de Franco Rocha, em 24 de dezembro de 1948, recebendo o nome de Francisco Morato. O lugar receberia então, principalmente nas décadas de 70 e 80, grande contingente de novos moradores: trabalhadores que buscavam terrenos baratos para construir suas casas, vindas de outras regiões ou fugindo do aluguel de São Paulo.

O então distrito só foi elevado à condição de município autônomo em 28 de fevereiro de 1964, quando se desmembrou do município de Franco da Rocha.

Francisco Morato é um exemplo característico de periferização a partir da valorização de áreas mais próximas à São Paulo. Em geral, o município é formado por população de baixa renda que busca nessa cidade a oportunidade da fuga do aluguel e da conquista da casa própria; e para essa população, o sonho da casa própria se realiza, nessa cidade, através dos loteamentos populares e da auto-construção.

Na pesquisa de campo, constatamos que a cidade é formada em grande parte por migrantes de diversas partes do país, principalmente nordestinos, que se mudaram de sua terra natal para São Paulo tempos atrás em busca de melhores condições de vida, e então se mudaram novamente, desta vez em busca da casa própria em Francisco Morato, pois os preços dos terrenos próximos à metrópole eram incompatíveis com seu poder de compra.

O mapa 2 mostra o alto índice de domicílios próprios no município, porém isso não significa que são regulares em relação à propriedade da terra e aos aspectos urbanísticos.

³² Dados da Fundação SEADE para o ano de 2005

Mapa 0 – Aptidão física ao assentamento urbano

A cidade é praticamente construída através da auto-construção que em décadas passadas (principalmente na década de 70) se dava a partir da compra do terreno em diversas prestações.

Conforme dados da prefeitura, o município possui 110 loteamentos, sendo apenas 3 deles irregulares, porém todos possuem suas ‘áreas institucionais’ invadidas para fins de moradia. Um dado interessante é que o último loteamento aprovado na prefeitura de Francisco Morato data de 1979. Segundo os técnicos da prefeitura não houve abertura de novos loteamentos desde então, somente a venda de lotes remanescentes, adensamento dos lotes já existentes e ocupação de áreas públicas.

Em Francisco Morato a auto-construção persiste ainda hoje, apesar de ser bem menos intensa do que nas décadas de 50 a 80. Há ainda a venda de lotes a preços acessíveis à classe trabalhadora de baixa renda. Em pesquisa de campo observamos anúncios, em placas de imobiliárias, de terrenos de 2,5 e 5 mil reais. Além disso, observou-se em entrevista com moradores que, na maioria das vezes, quando os filhos se casam constroem suas moradias no mesmo terreno da casa da mãe, através da auto-construção.

O grande problema observado na cidade são as condições em que se dá a realização desse sonho popular da casa própria, e que transforma Francisco Morato em uma das cidades mais problemáticas da Grande São Paulo, com inúmeras irregularidades e problemas de ordem urbanística. A cidade está inserida em um ciclo de pobreza que barra o desenvolvimento da mesma, uma vez que a prefeitura não possui estrutura administrativa e financeira para lidar com o constante aumento dessa pobreza e para suprir as novas demandas da população.

Apesar das carências do município, em trabalho de campo recente (julho/02), pudemos perceber um alto grau de afetividade dos moradores pela cidade, que na fala deles ‘foi Francisco Morato que os permitiu ter a casa própria’. A casa própria parece ser o fator mais importante para o morador, a escassez de serviços e infra-estrutura é notada, porém isso não propicia, em muitos moradores, a vontade de mudar-se de Francisco Morato.

Mapa 1 – Região Metropolitana de São Paulo - Localização de Francisco Morato

Mapa 2 – Alto índice de domicílios próprios em Francisco Morato devido aos loteamentos populares e a auto-construção.

Fonte: Meyer, 2004

Para estudar a cidade de Francisco Morato escolhemos 4 bairros para serem visitados na pesquisa de campo, 3 deles na periferia e sendo o outro a área central da cidade. Falaremos das áreas visitadas no decorrer de todo o capítulo e não de forma segmentada. O mapa 3 localiza os bairros visitados³³ no município.

O primeiro bairro visitado foi o Parque São Joaquim, que se situa ao noroeste de Francisco Morato. Foi escolhido por se tratar de um bairro irregular, em relação à posse da terra, com formação recente e com muitas demandas de infra-estrutura e serviços.

O Parque São Joaquim é servido apenas por rede de água e energia elétrica, possui coleta de lixo 2 vezes por semana, e assim como os demais bairros da periferia não possui ruas pavimentadas, sarjetas e coleta de esgoto. Destaca-se que nos 3 bairros periféricos visitados o destino do esgoto é a fossa negra. A questão do esgoto, que não é tratado em toda a região da sub-bacia do Juquery – Cantareira, foi a mais relevante no que diz respeito à degradação ambiental em Francisco Morato, pois é a causa maior da contaminação e degradação dos recursos hídricos.

O Parque Morumbi, segundo bairro visitado, está a oeste da cidade e é intermediário, em relação aos outros bairros estudados, no que diz respeito ao índice de ocupação, tempo de existência e densidade populacional. Este bairro tem todos os atributos do Parque São Joaquim e é servido por uma linha de ônibus.

O Jardim Liliane, localizado a sudoeste de Francisco Morato, foi o terceiro bairro visitado, sendo este o mais antigo dos três bairros periféricos e, assim como os outros, não possui infra-estrutura e serviços além da rede de água e luz.

A área central foi escolhida por ser a mais importante, uma vez que é onde se concentra o comércio, a prefeitura, a estação de trem e o terminal de ônibus intermunicipais, principais meios de locomoção na cidade. O centro de Francisco Morato possui inúmeros problemas de infra-estrutura, o que mostra a precariedade e a incapacidade do poder local para se mobilizar e buscar alternativas aos problemas da cidade.

As fotos 1³⁴ e 2 mostram a precariedade da urbanização na própria área central da cidade. A rua sem calçada e o amontoado de entulho estão no quarteirão da prefeitura, em uma

³³ Fizemos apenas a análise qualitativa dos bairros, sem abordar aspectos quantitativos dos mesmos.

³⁴ Todas as fotos deste trabalho são de autoria de Moraes, Cassiele Arantes.

Foto1

Calçada sem pavimentação e lixo em frente à Prefeitura de Francisco Morato

Foto 2

Calçada sem pavimentação no centro da cidade.

Foto 3

Degradação dos recursos hídricos – Centro de Francisco Morato

das principais ruas da cidade de Francisco Morato. A foto 3 nos mostra a má conservação do rio que passa no centro da cidade, denunciando a precariedade no tratamento das questões ambientais e de saneamento.

Os serviços públicos deixam a desejar, em todo o município, quando falamos de saneamento básico³⁵ e conservação ambiental, principalmente no que se refere à coleta de esgotos que atende apenas 27% da população, enquanto que a média da RMSP é de 59,7 %³⁶.

No município de Francisco Morato também não há secretaria de meio ambiente assim como inexistem políticas de educação ambiental e programas de recuperação do meio ambiente urbano. Porém salientamos aqui que a má conservação dos recursos hídricos não é um caso específico de Francisco Morato, mas é algo presente na esmagadora maioria de nossas cidades.³⁷

Os problemas encontrados serão expostos e discutidos ao longo desse capítulo, assim como o que foi visto nos demais bairros visitados.

Em geral, Francisco Morato é um município pobre em equipamentos e infra-estrutura urbana. Há muitas ruas não pavimentadas, locais sem sarjetas, calçadas sem pavimentação etc. Enfim, como veremos adiante, os problemas da cidade em estudo não se limitam ao urbanismo, há muitos problemas sócio-econômicos, sobre os quais a prefeitura encontra grandes dificuldades de resolvê-los, uma vez que possui um orçamento parco (em torno de R\$ 80 milhões anuais) e não possui corpo técnico suficiente para elaboração e execução de propostas para o desenvolvimento municipal.

É nesse contexto de carências sócio-econômicas e de recursos técnicos e orçamentários que tentaremos mostrar a realidade de Francisco Morato. Queremos colocar seus problemas tendo como objetivo maior pensar a relação entre os aspectos da dinâmica econômica e social global agindo no local. Ou seja, como a dinâmica econômica global, sentida principalmente através da reestruturação produtiva e transformações nas necessidades das empresas e nas relações de trabalho, influencia a situação em Francisco Morato, e até que ponto contribui para a imobilidade sócio-econômica dessa cidade.

³⁵ (tabela 1 pág 70).

³⁶ Fonte: Emplasa - Sumário de Dados da Grande São Paulo, 2002

³⁷ vide discussões sobre degradação dos recursos hídricos nos centros urbanos. Ex: MARCONDES, M.J. A. Cidade e natureza – proteção dos mananciais e exclusão social. Fapesp/ Studio Nobel. 1999.

Mapa 3- Localização dos bairros estudados em Francisco Morato – SP

Queremos ainda ressaltar os efeitos dessas dinâmicas na formação social, ou seja, a partir do contexto do capitalismo global, e sua contribuição no aumento dos espaços de pobreza (principalmente nos países subdesenvolvidos), pensar: quê cidadão estamos formando? Como esse aumento da pobreza interfere na formação do indivíduo como ser social, como ser participante de uma sociedade mais ampla? Tentamos jogar luzes sobre a questão da reprodução dos espaços de pobreza, e entender se a partir da dinâmica capitalista excludente³⁸, aliada à ineficácia de políticas públicas de desenvolvimento social³⁹, estamos criando uma sociedade mais desequilibrada, ou seja, com maiores desigualdades e conflitos; mais violenta e mais subdesenvolvida.

Talvez o resultado dessa pesquisa possa ajudar na formulação de políticas públicas sociais mais eficazes no combate à pobreza e à exclusão da população do município de Francisco Morato e em outros locais com situação semelhante.

³⁸ O capitalismo do lucro, que provoca a exclusão sócio-espacial de grandes parcelas da população, no Brasil e no mundo. O capitalismo que constrói e aumenta a pobreza, e que vê o trabalhador pobre como objeto descartável e sem valor.

³⁹ Desenvolvimento social em seu sentido amplo, englobando a provisão de moradias dignas, acesso à educação de qualidade, serviços de saúde, lazer e oportunidades de geração de renda e consumo.

3.2 - A problemática dos loteamentos irregulares e de baixa renda

Na década de 70 Francisco Morato, assim como toda a periferia paulistana recebeu grande contingente populacional que buscava lotes baratos e com pagamento facilitado para então construírem suas moradias.

Francisco Morato não conseguiu impor diretrizes para a ocupação de seu território, e ainda sofre com o adensamento populacional e a ocupação irregular.

Os dados oficiais da Prefeitura colocam como sendo 110 o número de loteamentos no município e como sendo apenas 3 os loteamentos irregulares. Em conversa com o técnico do setor de engenharia da prefeitura, o mesmo colocou que não há loteamentos clandestinos, mas sim ocupações de áreas públicas.

Porém, conforme informação oficial, o último loteamento aprovado no município data do ano de 1979⁴⁰. Desta data até 2004, o crescimento da população de Francisco Morato foi de 127.597 mil⁴¹ pessoas, e desta forma é muito provável que todos os novos aglomerados formados não estejam devidamente considerados nos cadastros municipais e dentro das regras urbanísticas ou de propriedade.

Um pequeno passeio pela periferia do município denuncia a situação precária das ocupações populares o que é indício de inexistência de cadastro oficial de muitos desses loteamentos periféricos, indicando possíveis ocupações irregulares.

Outro dado oficial que denuncia o alto índice de irregularidade da cidade é a informação de que todas as áreas institucionais estão ocupadas, confirmando assim a existência de muitas ocupações irregulares em relação à posse da terra e aos aspectos urbanísticos.

É importante ressaltar que a ocupação das áreas institucionais é extremamente prejudicial ao desenvolvimento da cidade, uma vez que a falta de áreas disponíveis torna difícil a ação da prefeitura no que diz respeito à construção de equipamentos urbanos e obras de melhoria da qualidade de vida local, sem recorrer à desocupação e remoção de famílias. Sem áreas disponíveis, dificilmente o município será candidato a receber alguma infra-

⁴⁰ Conforme dados fornecidos pelo setor de engenharia da Prefeitura de Francisco Morato

⁴¹ Dados sobre população por município – Fundação Seade

estrutura de diversos projetos externos como o recebimento de uma unidade do Sesc, um hospital ou uma universidade federal ou estadual etc.

A questão se torna ainda mais complexa quando consideramos que o poder local não possui equipes técnicas para elaborar e promover, de forma eficiente, projetos de regularização fundiária, reurbanização ou qualquer outra atividade, voltada ao planejamento urbano, que não seja a construção civil.

Em Francisco Morato a falta de ordenamento, diretrizes, leis e fiscalização sobre o crescimento urbano tornaram-se prejudiciais à produção do espaço urbano do município, assim como ocorreu também em diversas outras cidades. E assim nos coloca Rolnik quando diz que:

“os loteamentos clandestinos causam grandes problemas aos seus moradores e provocam conseqüências irreversíveis nas condições gerais de urbanização da metrópole. Sendo esse processo agravado pelas más condições de remuneração da classe trabalhadora e à forma preponderante de atuação do Estado capitalista na cidade.” (ROLNIK, 1982:127).

Outra questão muito relevante sobre os loteamentos clandestinos é que estes não pagam impostos para a prefeitura, uma vez que não são reconhecidos por ela, fato que contribui para o não aumento do orçamento anual do município, ao contrário das demandas sociais que aumentam a cada ano.

Mostraremos a seguir as fotos dos 3 bairros estudados⁴² na periferia de Francisco Morato (Jd. Liliane, Pq. São Joaquim e Pq. Morumbi), todos com algum tipo de irregularidade, seja em relação à posse da terra seja em seus aspectos urbanísticos.

⁴² Vide mapa 3, página 63.

Foto 4

Vista geral do Jardim Liliane, localizado ao sul da cidade.

Dos bairros visitados o Jardim Liliane é o mais consolidado, apresentando maior densidade demográfica. A infra-estrutura no bairro é precária, em relação a serviços públicos encontramos apenas um orelhão.

Foto 5

Um orelhão no Jardim Liliane, um dos poucos serviços que existe por lá.

Foto 6

Vista parcial do bairro, onde as construções são mais antigas que os demais.

Foto 7

Assim como nos demais bairros, as ruas do Jardim Liliane são de terra e não possuem calçadas, sarjetas ou bueiros, e também não há coleta de esgoto nesse bairro.

Foto 8

Esgoto a céu aberto em todos os bairros visitados.

É comum as casas jogarem as águas servidas (banho e pia) na rua, enquanto que os esgotos domésticos (dejetos) são destinados a fossas negras, existentes em quase todas as residências.

Cabe destacar que esse tipo de prática foi um dos maiores danos ambientais que pudemos encontrar na cidade de Francisco Morato. O desmatamento é bem menor nessa cidade que nas periferias da cidade de São Paulo por exemplo. Porém tal fato se dá apenas devido a menor densidade populacional e foi constatado apenas após o trabalho de campo.

A questão do saneamento básico, principalmente no que diz respeito ao tratamento de esgotos, é insatisfatória em toda a RMSP, como mostra a tabela 1 a seguir.

Foto 9

No Parque Morumbi ônibus enfrenta rua de terra enquanto pedestre não tem calçada para caminhar. Nos dias chuvosos o transtorno para os moradores é grande.

A falta de calçamento nos bairros visitados é muito comum, assim como as ruas sem pavimentação. No bairro Parque Morumbi ainda existe uma linha de ônibus com maior frota nos horários de pico, uma vez que é grande o número de trabalhadores, usuários dessa linha de ônibus, que se deslocam para São Paulo diariamente.

Tabela 1– Condições de saneamento básico na RMSP, 2002

Município	domicílios ligados à rede de água (em %)	domicílios ligados à rede de esgoto (em %)	domicílios com coleta de lixo (em %)
Arujá	85,9	27,1	94,2
Barueri	97,6	79,7	99,3
Biritiba-Mirim	60,6	37,3	80
Caieiras	94,7	69,6	98,8
Cajamar	85,8	66,9	91,5
Carapicuíba	99	73,9	98,7
Cotia	84,8	50,4	98
Diadema	99,1	92,5	99,6
Embu	95,2	58,3	98,5
Embu-Guaçu	62,5	14	88,8
Ferraz de Vasconcelos	97	73,9	97,4
Francisco Morato	92,3	27	83,4
Franco da Rocha	93,9	63,4	94,8
Guararema	56,7	39,4	83,4
Guarulhos	94,5	76,2	98,2
Itapecerica da Serra	85	24,8	95,9
Itapevi	90,7	51,8	95,5
Itaquaquecetuba	94,3	67,9	95,9
Jandira	96,3	77,4	99,5
Juquitiba	47,6	10,8	70,3
Mairiporã	55	25,5	88,5
Mauá	98,2	75,6	99,6
Mogi das Cruzes	85,9	74,4	93,5
Osasco	98,6	71	98,8
Pirapora do Bom Jesus	82,3	62,7	90
Poá	98,8	87,3	99,5
Ribeirão Pires	91,7	81,6	98,5
Rio Grande da Serra	90,5	59,5	93,8
Salesópolis	58,4	45,4	78,2
Santa Isabel	67,1	57	83,3
Santana de Parnaíba	77,4	34	96,3
Santo André	97	90,5	99,8
São Bernardo do Campo	96,9	86,1	99,5
São Caetano do Sul	100	99,5	100
São Lourenço da Serra	48,2	14	85,2
São Paulo	98,6	87,4	99,2
Suzano	85,1	64,6	95,7
Taboão da Serra	98,4	85,2	99,4
Vargem Grande Paulista	81,9	46,6	98,3
Média RMSP	85,2	59,7	93,8
■ Municípios abaixo da média			

Fonte: Emplasa, Sumário de dados, 2002.

Foto 10

No Bairro Parque Morumbi novos lotes são postos a venda

As ocupações irregulares e clandestinas se proliferam pela cidade sem nenhuma intervenção pública. E a venda de novos lotes significa a vinda de novos moradores para a cidade e novas demandas serão apresentadas. Porém, a prefeitura de Francisco Morato já não sustenta as necessidades da cidade que se torna cada vez mais desestruturada economicamente, urbanisticamente e socialmente com cada vez menos possibilidades de se desenvolver sem intervenção externa.

Foto 11

Os bairros de Francisco Morato são quase todos formados por auto-construção de fim de semana.

Foto 12

Ocupação irregular e clandestina de lotes no Parque Morumbi

A ocupação dos lotes fora dos padrões urbanísticos e a auto-construção são característicos de Francisco Morato. E essas áreas mesmo desestruturadas são anexadas à cidade que em geral tem uma urbanização precária, ou seja, uma ocupação desregrada, que não segue plano ou diretrizes de ordenamento, o que as torna ambientalmente predatórias e carentes de infra-estruturas.

Foto 13

Entrada do bairro Parque São Joaquim, problemas de acessibilidade e transtornos para a população.

Foto 14

Moradias e acesso em situações precárias, problemas na questão habitacional e de saneamento básico.

Algumas comunidades ficam quase que isoladas da cidade, uma vez que o acesso a alguns bairros, como o São Joaquim, se dão por estradas de terra e não servidas por transporte público. A essas comunidades não há opções de lazer, e nem mesmo há possibilidades de consumo de atividades de lazer e culturais. O que está mais próximo e acessível é o bar e a cachaça para os adultos, as brincadeiras de rua para as crianças, a droga para os adolescentes. A cidade não oferece programas culturais destinados à população, principalmente para a população jovem. Desta forma, a população de Francisco Morato é privada do consumo de diversos bens e serviços, tais como aqueles relacionados ao lazer, à cultura e à informação, além dos problemas com a falta de serviços básicos como saúde e educação.

Foto 15

Padrão das construções e crianças no Parque São Joaquim

Foto 16- Lixo, cachorro e galinhas no Parque São Joaquim.

Nos bairros visitados é muito comum encontrar moradores proprietários de cavalos e galinhas. Os cavalos ajudam no transporte e as galinhas na alimentação.

Em visita de campo encontramos um morador desiludido com seu cavalo, que doente já estava condenado. O cavalo era seu meio de transporte, mas o morador nada podia fazer para salvá-lo, pois não tinha médico nem pra si e muito menos para seu animal.

O morador está na esfera daqueles que não podem ter necessidades, não podem ter vontades, pois se as têm, já não há como realizá-las, enquanto estiverem inseridos na sociedade desigual, na qual as oportunidades existem apenas para alguns.

Mesmo com uma urbanização precária e deficiência de equipamentos urbanos e de serviços públicos, a população de Francisco Morato continua crescendo, em ritmo mais acelerado que sua economia. A ação da prefeitura no ordenamento e desenvolvimento da cidade é precária e ineficiente.

A seguir veremos que esses fatos, interagindo entre si, produzem uma realidade complexa e precária para o Município, trazendo grandes desafios para a gestão pública local.

3.3 – O crescimento populacional e a estagnação econômica

Por ter acesso fácil por transporte coletivo via férrea e constituir-se num município pobre, Francisco Morato assistiu a um grande adensamento populacional em um período relativamente curto de tempo, o que prejudicou a organização e planejamento da cidade. Essa formação desorganizada é sentida pela população por muitas gerações, uma vez que a cidade construída é difícil de ser modificada e o problema se agrava quando a ilegalidade, urbanística e da propriedade, continua a crescer sem a intervenção do poder público local.

Veremos a seguir o crescimento demográfico nas áreas periféricas da Região Metropolitana de São Paulo destacando o município de Francisco Morato, caracterizando sua população e os problemas sociais por que é acometida.

O gráfico 1 nos mostra o crescimento populacional no município de Francisco Morato nas últimas décadas, enquanto que o gráfico 2 nos mostra a evolução da Taxa de Crescimento Anual (TGCA) do município. Já o gráfico 3, mostra que a TGCA de Francisco Morato ainda é superior á da RMSP e do Estado de São Paulo, conforme dados da Fundação Seade.

O adensamento populacional em toda a RMSP e principalmente nas periferias pode ser visto mais claramente nos mapas 4 e 5 que seguem.

Gráfico 1 – Crescimento populacional entre 1980 e 2005

Fonte: dados da Fundação SEADE

Mapa 4 – População residente na RMSP em 1950

Fonte: Meyer, 2004

Mapa 5 – População residente na RMSP em 2000

Fonte: Meyer, 2004

Gráfico 2- Evolução da Taxa de Crescimento Anual em Francisco Morato

Fonte: dados da Fundação SEADE

Gráfico 3 – Comparação da evolução da TGCA de Francisco Morato e Região Metropolitana

Percebemos no gráfico que o município ainda cresce mais que a média da RMSP, apesar de estar diminuindo sua taxa de crescimento populacional anualmente, conforme visto no gráfico 2 anteriormente.

Francisco Morato, desde os anos 70 - 80, sempre cresceu mais que a média da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e essa ocupação se deu de forma desordenada, ou seja, sem seguir um plano ou diretrizes pré-definidas. Além disso, desde seus primórdios a cidade foi atrativa para a população de baixa renda e hoje continua atraindo a população mais pobre,

devido aos baixos preços dos terrenos e facilidade de acesso à São Paulo pela via férrea. Isso faz com a cidade concentre também grandes problemas sociais e que aliados a algumas características da cidade como a topografia acidentada e a insuficiência de acessos via estradas, influencia o baixo desenvolvimento econômico do município, e este último fator, num ciclo vicioso, influencia o aumento da pobreza e da imobilidade social.

Sobre a população adulta do município de Francisco Morato, há um grande número trabalhando informalmente ou desempregada⁴³. O índice de analfabetismo é alto e são poucos os programas sociais com objetivo de reverter essa situação.

O índice de pessoas analfabetas aumenta nos setores periféricos e em Francisco Morato, como podemos ver nos mapas 6 e 7 abaixo.

Na prefeitura não soubemos de nenhum programa de alfabetização de adultos, mas encontramos no jardim Liliane, um dos bairros visitados, um desses programas, funcionando precariamente na garagem de uma casa (foto 17).

Foto 17

Programa de Alfabetização e Inclusão – Educar para mudar. Supletivo de 1º a 4º séries

O alto índice de analfabetismo e baixa qualificação profissional são fatores que atuam no aumento do desemprego e exclusão da população de Francisco Morato. A população encontra-se numa situação que favorece a imobilidade social. De um lado os trabalhadores são dependentes de um mercado de trabalho local insuficiente, de outro são recusados por um

⁴³ Conforme dados da Assistência Social da Prefeitura e Ong Pró- Morato

mercado de trabalho externo (São Paulo) que já está saturado para a mão de obra desqualificada. Situação esta que propicia o aumento da pobreza e da exclusão tornando-se assim fatores de imobilidade social.

Para a maioria dos moradores de Francisco Morato são poucas as oportunidades de rompimento com o ciclo de pobreza, de melhoria das condições de vida e ascensão de classe social. Nas assembleias públicas para participação popular no plano diretor do município, a maior demanda apresentada foi por oportunidades de emprego e renda, além de programas de qualificação profissional.

Atualmente são poucos os programas de profissionalização para a população moratense. A prefeitura possui algumas poucas vagas, e ONGs locais como a Pró-Morato⁴⁴ oferecem mais algumas, porém as vagas são insuficientes para atender as demandas da população jovem e adulta desempregada. Nesse contexto a população moratense vem empobrecendo nos últimos anos, e veremos um pouco mais à frente a interdependência do fator social e econômico na cidade, a falta de emprego para a população e a falta de atrativos para a instalação de empregos via indústrias, gerando assim um ciclo que impossibilita o desenvolvimento da cidade.

A renda per capita de Francisco Morato é uma das mais baixas da RMSP, como se pode ver na tabela 2. Já no gráfico 4 podemos observar a distribuição de renda no município, onde é alto o índice de chefes de família vivendo com até 1 salário mínimo, o que representa 10% das famílias, e chega a 20% o número de chefes de família sem rendimento.

⁴⁴ Pró- Morato. Rua Progresso nº 486, Centro – Francisco Morato/ SP

Mapa 6 – RMSP: percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas - 1991

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Mapa 7 – RMSP: percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas - 2000

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

A média de rendimentos da população em julho de 2000, conforme dados do censo 2000, foi de apenas 175, 94 reais – a mais baixa da Região Metropolitana de São Paulo.. Os mapas 8 e 9 nos mostram que a pobreza, apesar de disseminada por todo o tecido urbano, ainda se concentra nos setores periféricos, que ainda são os setores fornecedores de mão de obra, as cidades – dormitório, que se contrapõem aos espaços de riqueza e às centralidades paulistanas, mais importantes ao capital.

Gráfico 4 - Evolução dos rendimentos dos chefes de família em Francisco Morato entre 1991 e 2000

Fonte: dados da Fundação SEADE

Tabela 2 – RMSP: Renda per capita – 2000 (em reais)

Município	Renda per capita - 2000
Francisco Morato	175,94
Itaquaquecetuba	193,01
Rio Grande da Serra	196,26
Itapevi	207,18
Juquitiba	210,65
Ferraz de Vasconcelos	221,24
Pirapora do Bom Jesus	237,8
São Lourenço da Serra	239,13
Biritiba-Mirim	240,11
Embu	244,2
Franco da Rocha	245,63
Salesópolis	255,11
Santa Isabel	273,19
Mauá	274,82
Carapicuíba	275,56
Itapeceira da Serra	277,24
Suzano	290,18
Jandira	290,48
Diadema	292,4
Embu-Guaçu	296,67
Vargem Grande Paulista	297,01
Cajamar	297,67
Poá	302,49
Caieiras	320,93
Arujá	337,55
Guarulhos	343,91
Guararema	352,2
Taboão da Serra	357
Ribeirão Pires	362,72
Mogi das Cruzes	386,11
Osasco	390,45
Mairiporã	427,35
Cotia	431,58
Barueri	494,29
São Bernardo do Campo	505,45
Santo André	512,87
São Paulo	610,04
Santana de Parnaíba	762,05
São Caetano do Sul	834
MÉDIA	340,06

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Mapa 8 - RMSP: percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 - 1991

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Mapa 9 - RMSP: percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 - 2000

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

O gráfico 5 abaixo nos mostra como a renda do município é o fator que piora os índices de desenvolvimento social. Porém, os valores positivos de educação e longevidade não são méritos do município. Estes dois últimos índices melhoraram em todo o país nas últimas décadas.

Gráfico 5– Consideração da renda para o IDH de Francisco Morato

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Os empregos gerados na cidade são poucos e desta forma a população encontra outros meios de sobrevivência, como veremos no próximo tópico.

O grande mercado de trabalho para a população de Francisco Morato ainda é São Paulo que absorve os trabalhadores no setor formal e no informal também.

O fluxo diário de passageiros com destino São Paulo através de trens é muito grande⁴⁵. Para a locomoção os trabalhadores utilizam-se dos trens da linha A da CPTM (Francisco Morato - Luz) e da linha de ônibus intermunicipal (Francisco Morato – Barra Funda).

As viagens de ônibus levam em média 1 hora e 40 minutos por viagem no trajeto Barra Funda – Centro de Francisco Morato, e muitos dos trabalhadores usuários dos transportes intermunicipais, utilizam ainda mais um ônibus municipal para chegarem até suas moradias. Em geral, um morador de Francisco Morato que trabalha em São Paulo gasta cerca de 4 horas diárias em sua locomoção.

Uma característica muito importante da cidade em estudo é que apesar de inserida no contexto da produção capitalista do espaço, Francisco Morato contribui com a economia predominantemente com o fornecimento de mão de obra barata, através de um enorme

⁴⁵ Até o momento a CPTM diz não ter os números referentes apenas às viagens com destino São Paulo a partir de Francisco Morato, o dado fornecido (28.401) refere-se aos passageiros embarcados sentido Luz e sentido Jundiaí.

exército de reserva, atuando em parte também na distribuição de mercadorias como vendedores ambulantes. Assim explica Chico de Oliveira ao colocar que “o informal não custa nada e realiza funções basicamente da circulação da mercadoria. A produção é pelos meios do capital e da reprodução do capital, mas a circulação é vastamente irrigada por esse enorme exército informal” (OLIVEIRA, 2004: 4)

Problemática como esta existe porque Francisco Morato é uma cidade que integra a periferia de São Paulo e além disso, como todas as cidades, sofre os reflexos das ações capitalistas na economia global, que, muitas vezes, indiretamente afetam a estrutura e dinâmica sócio-econômica do local. Um grande exemplo disso foi visto na discussão do capítulo 2, sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho através da reestruturação produtiva; o desemprego e a precarização do trabalho aumentando a pobreza e repercutindo no espaço, assim como é visto em Francisco Morato.

A cidade de Francisco Morato por si só não possui condições de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, uma vez que se encontra numa situação circular, ou seja, não tem recursos porque não tem investimentos, e não tem investimentos porque não tem recursos para promover a infra-estrutura básica ou o suporte para o início de um processo de desenvolvimento.

Além disso, não há na administração local, nem estrutura de secretarias nem recursos humanos adequados às necessidades do município. Desta forma, a cidade apresenta uma situação econômica e social extremamente desfavorável ao seu desenvolvimento, e que não lhe permite romper com o ciclo de pobreza e subdesenvolvimento no qual está inserida.

A tabela 3 nos mostra que Francisco Morato, em relação à arrecadação total de capital e o número de habitantes, é uma das cidades com pior performance. Perceba que apesar da arrecadação ter sido maior em 2000, nos anos anteriores o resultado era um dos piores da região metropolitana de São Paulo.

Dentro do município a maior arrecadação se dá através do IPTU, de residências em sua maioria, uma vez que Francisco Morato além de ter alto índice de informalidade, é uma cidade dormitório com baixa atividade industrial, e assim não gera divisas de origem desse tipo de atividade.

A atividade de maior força dentro do município é o comércio popular, responsável pela maior parte das vagas de empregos formais.

Tabela 3- Evolução da receita orçamentária arrecadada por habitante, segundo os municípios e sub-regiões no período de 1995 a 2000 - em reais

Evolução da Receita Orçamentária Arrecadada por Habitante, segundo os Municípios e Sub-Regiões: 1995/2000 - em reais						
Municípios e Sub-Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Centro	972	892	898	953	737	759
São Paulo	972	892	898	953	737	759
Oeste	552	609	531	585	715	571
Carapicuíba	202	222	195	262	197	164
Barueri	1.261	1.262	1.295	1.379	1.410	1.565
Osasco	548	727	542	544	892	493
Santana de Parnaíba	589	725	667	873	897	896
Pirapora do Bom Jesus	658	748	559	615	715	489
Cotia	540	544	587	631	617	640
Vargem Grande Paulista	720	765	612	663	699	638
Itapevi	283	314	308	361	377	381
Jandira	320	298	286	452	471	356
Sudoeste	408	432	409	457	454	477
Taboão da Serra	542	567	512	553	574	607
Itapecerica da Serra	304	336	350	436	389	419
São Lourenço da Serra	429	435	409	577	575	647
Embu	357	390	370	394	388	404
Embu-Guaçu	323	312	301	337	323	349
Juquitiba	395	410	420	526	601	549
Sudeste	818	834	826	802	767	786
Santo André	575	558	517	550	576	595
São Bernardo do Campo	1.233	1.145	1.263	1.155	1.100	1.158
São Caetano do Sul	1.245	1.607	1.557	1.546	1.457	1.451
Mauá	565	621	522	545	464	450
Diadema	710	730	685	680	631	609
Ribeirão Pires	478	722	582	501	477	530
Rio Grande da Serra	258	254	270	241	256	311
Leste	410	426	428	476	433	429
Mogi das Cruzes	476	530	545	660	553	521
Suzano	599	559	580	553	508	517
Poá	354	380	379	415	364	443
Itaquaquecetuba	242	242	236	259	287	283
Ferraz de Vasconcelos	247	265	234	294	287	217
Guararema	672	624	719	853	897	1.171
Salesópolis	414	448	434	522	486	566
Biritiba Mirim	304	517	396	432	365	404
Nordeste	608	713	862	610	536	663
Guarulhos	624	738	910	613	540	680
Arujá	519	527	618	668	559	548
Santa Isabel	344	354	360	451	405	389
Norte	399	412	412	419	390	457
Cajamar	898	915	996	1.012	905	1.140
Franco da Rocha	269	267	312	276	253	304
Mairiporã	542	599	569	593	594	577
Caeiras	524	473	487	452	422	405
Francisco Morato	197	230	164	210	199	294
Grande São Paulo	828	795	797	819	689	700

Fonte: Emplasa, Sumário de dados 2002.

Municípios destacados estão na metade da média da RMSP (R\$ 294,00) ou abaixo dela

Totais arrecadados incluem: IPTU, ISS, ITBI, taxas, contribuições, transferências federais e estaduais e outras

A insuficiência e precariedade de acesso via estradas entre Francisco Morato e São Paulo, e também para a região norte é um forte fator na manutenção do subdesenvolvimento econômico e social da cidade, uma vez que o acesso é fator fundamental para instalação de empresas e demais negócios.

A cidade de Francisco Morato está situada no extremo norte da RMSP e seu principal meio de conexão rodoviário com São Paulo se dá pela Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves que liga a cidade de Jundiaí à São Paulo. Essa rodovia é conhecida como “Estrada Velha de Campinas”, e passa pelas cidades de Francisco Morato, Franco da Rocha e Caieiras, dando acesso a noroeste de São Paulo próximo ao Rodoanel. O mapa 10 nos mostra mais claramente essas vias de acesso.

Mapa 10 – Vias de acesso para Francisco Morato

Francisco Morato mantém relações diretas com o município de São Paulo - que serve como pólo concentrador de comércio, lazer, serviços e postos de trabalho para a população das cidades periféricas - e com as cidades vizinhas como Franco da Rocha, Caieiras e Campo Limpo Paulista. A precariedade e insuficiência de acesso via estradas entre Francisco Morato e essas cidades prejudica o desenvolvimento econômico deste município. Já é sabido que lugares sem acesso por estradas e rodovias não são atraentes para investimentos empresariais, uma vez que há grande dificuldade de escoamento e circulação da produção.

O setor imobiliário, mesmo buscando áreas nas periferias para investimentos em condomínios horizontais, também não se interessa por áreas com insuficiência ou precariedade de acesso rodoviário.

A principal rodovia de acesso não condiz com as necessidades da região - que busca maior integração e desenvolvimento econômico - e não atrai interesses empresariais, uma vez que se trata de uma rodovia sem acostamento, de mão dupla e com apenas uma faixa para cada sentido, o que a torna perigosa e saturada nos horários de maior movimento. Vimos com Villaça (1998), que o acesso é um grande fator na valorização da localização, e fator fundamental na escolha para instalação empresarial. Assim, a precariedade de acesso deve ser um fator considerado na discussão sobre a desvalorização do espaço em Francisco Morato.

Villaça coloca que:

“A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra” (...) “A terra urbana só interessa enquanto ‘terra-localização’, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade. A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha em maior ou menor grau” (VILLAÇA, 1998:72, 74).

Sobre o uso do solo e a atividade industrial em Francisco Morato as observações da tabela 4⁴⁶ (página 92) e do mapa 11 na página 88, nos mostram que há muito pouca atividade industrial. Assim também ocorre com os equipamentos urbanos como hospitais, centros culturais, centros esportivos, etc.. Já o contrário acontece com os loteamentos em processo de ocupação, muito provavelmente destinados à população de baixa renda.

⁴⁶ Tabela 4 da página 92 – Dinâmica de empregos na Região Metropolitana de São Paulo “Indústria e comércio na RMSP”

O processo de ocupação do território e crescimento populacional é contínuo, porém as atividades econômicas e fatores que apóiem o desenvolvimento social são escassos ou estagnados⁴⁷; isso aliado à má localização e falta de infra-estrutura faz com que o preço da terra na cidade seja baixo, fato que transformam Francisco Morato em um local atrativo para a concentração de pobreza, como já acontece.

⁴⁷ Vide dados sobre a atividade econômica do município – tabelas X e Y, além do discorrido no texto sobre a falta de programas de desenvolvimento local.

Fonte: Emplasa - Uso do Solo da RMSP, 2005

Org.: Chakarian, L.

Percebemos que Francisco Morato é uma cidade que cresce populacionalmente, porém de forma desordenada, ou seja, sem qualquer planejamento urbano, ambiental ou territorial, causando prejuízos à cidade, como a ocupação de áreas impróprias e a fragmentação do tecido urbano. Isso cria barreiras ao desenvolvimento da cidade, pois se o município não possui um mínimo de regras urbanísticas e organização do espaço, sua tendência é tornar-se um lugar desvalorizado, atraindo apenas população de baixa renda.

A precariedade nas condições da estrutura urbana e o baixo índice de desenvolvimento social são fatores que, em conjunto com outros determinantes econômicos externos, fazem de Francisco Morato uma cidade economicamente estagnada.

Dizemos que a economia de Francisco Morato é subdesenvolvida, pois ela não atinge patamares mínimos para promover o desenvolvimento da cidade. O número de indústrias e postos de trabalho na cidade é pequeno. Em 2002 tínhamos apenas 4.970 postos de trabalho⁴⁸ formais nesse município, o que significa apenas 3.6 % da população total do município naquele ano.

A tabela 4 nos mostra com mais detalhes a estrutura e distribuição dos postos de trabalho na cidade.

Em pesquisa de campo observamos que a população cria postos de trabalho e maneiras de conseguir renda, uma vez que as oportunidades de trabalho formal na cidade são poucas, como podemos ver na tabela 4 que segue. O mapa anterior sobre uso do solo nos mostrou poucos pontos de uso industrial na cidade, dados que se analisados juntamente com a tabela 4, nos mostra o baixo desempenho econômico da cidade, assim como a insuficiência de vagas de trabalho em relação ao número de habitantes da cidade.

As fotos a seguir nos mostram alguns exemplos de atividades desenvolvidas pela população, práticas muito comuns no município.

⁴⁸ Informação da Fundação SEADE para 2001, considerando empregos no setor industrial, comercial, de serviços e funcionalismo público.

Tabela 4 – Dinâmica de empregos na região metropolitana de São Paulo

Município	nº de indústrias	nº de empregos industriais	nº de comércio	nº de empregos comerciais	nº de estabelecimentos de serviços	nº de empregos em serviços
Arujá	132	4142	272	1040	176	2224
Barueri	781	29327	1387	14896	2192	82192
Biritiba-Mirim	14	156	75	212	38	120
Caieiras	148	5109	199	1305	162	2953
Cajamar	175	8118	190	1105	230	28546
Carapicuíba	297	4744	716	3699	520	7627
Cotia	423	12095	847	7261	918	11626
Diadema	1369	46806	1388	9144	1005	10600
Embu	294	8308	497	2658	698	39426
Embu-Guaçu	90	2542	143	1363	115	1541
Ferraz de Vasconcelos	177	7142	275	1436	163	1715
Francisco Morato	31	254	206	1251	105	996
Franco da Rocha	93	2496	287	1876	145	1140
Guararema	66	1118	129	367	110	647
Guarulhos	2212	87710	4217	28601	3668	68758
Itapeerica da Serra	115	4372	346	2485	312	4185
Itapevi	124	4472	341	2397	244	4678
Itaquaquecetuba	406	12706	537	3256	239	3945
Jandira	174	5061	259	1203	204	2039
Juquitiba	38	809	105	812	132	6510
Mairiporã	130	2538	268	1385	274	2940
Mauá	460	14574	1070	5911	659	6172
Moji das Cruzes	466	15891	1743	8937	1491	16295
Osasco	846	24210	2802	21801	2348	41506
Pirapora do Bom Jesus	28	772	25	79	35	399
Poá	224	7580	407	2499	794	25668
Ribeirão Pires	231	6227	446	2107	378	3399
Rio Grande da Serra	29	783	80	244	49	467
Salesópolis	20	146	75	178	47	618
Santa Isabel	78	3128	173	731	144	1551
Santana de Parnaíba	281	7534	338	2173	1057	16939
Santo André	1176	28118	4030	24490	4250	53117
São Bernardo do Campo	1478	93878	3615	22037	4277	61923
São Caetano do Sul	657	17433	1455	10236	2042	61464
São Lourenço da Serra	25	324	68	945	141	4820
São Paulo	32457	651387	74488	500390	93116	1233645
Suzano	367	16245	933	4780	664	4672
Taboão da Serra	446	12703	700	3755	543	10153
Vargem Grande Paulista	84	2516	164	1027	180	5008
Média da RMSP (sem São Paulo)	373	13213	811	5255	809	15752
■ município excluído da média						

Fonte: Emplasa - Sumário de dados, 2002.

Foto 18

No barraco um senhor vende frutas e conserta panelas de pressão.

Foto 19

Morador vende sorvetes e “gelinho” em sua casa

Foto 20

Dona Cida e seu Marido, que vieram do Nordeste, vendem doces, lanches e bebida no bar que montaram no bairro Parque Morumbi, onde moram.

Foto 21

Cursos de cabeleireiro são um dos mais acessíveis para se ter o próprio negócio.
Este salão foi fotografado no Parque Morumbi.

Foto 22

Uma mesa de sinuca e bebida garante o ganho do fim de semana.
O bar foi fotografado no Parque São Joaquim, o mais pobre dos bairros visitados.

Foto 23

Morador abriu uma sapataria em sua casa no parque São Joaquim.

As fotos apresentadas acima foram tiradas nos bairros em estudo e no trajeto entre um e outro. As que serão apresentadas abaixo retratam o cotidiano da área central da cidade, onde

se concentram os vendedores de rua, vindos de diversas partes da cidade para garantir o sustento de suas famílias.

Nota-se que as mercadorias vendidas no comércio ilegal de Francisco Morato não englobam os eletro-eletrônicos que estamos acostumados a ver no comércio clandestino em São Paulo, as demandas dos moradores da cidade são primárias, ou seja, principalmente alimentação.

Foto 24

Dona Maria, que ficou tímida para a foto, vende temperos na calçada.

Foto 25

Pedestres, barraca de frutas e cds piratas nas calçadas do centro.

Foto 26

Aglomeramção de vendedores na calçada onde sobra pouco espaço para o pedestre. Aqui encontramos os temperos da Dona Maria, vendedores de bolsas, frutas, cheiro verde e outros.

Foto 27

Cada guarda-sol significa o comércio de algum produto, a maioria são produtos alimentícios como doces caseiros e tapiocas.

Foto 28

No centro de Francisco Morato encontramos pedestres, lixo e barracas de frutas ou outros produtos ocupando as calçadas.

As fotos que apresentamos nesse capítulo são apenas algumas amostras da realidade e do dia a dia de Francisco Morato.

A falta de emprego na cidade é grande e a industrialização é muito pequena. Sem infraestrutura a cidade não consegue oferecer vantagens para atrair as empresas ou qualquer outro tipo de investimento capitalista privado.

Com uma população pobre e uma arrecadação orçamentária baixa, as demandas sociais são grandes e o poder de ação da prefeitura de Francisco Morato é pequeno, o que resulta na insuficiência de recursos destinados para obras de melhorias e projetos sociais. Tal fato faz da cidade um lugar, social e economicamente, subdesenvolvido, com muitas carências e com poucas possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico. A realidade é de difícil solução pois, pois, o município, não tem nenhuma política estratégica para o rompimento desse ciclo de pobreza e estagnação econômica que assola a cidade de Francisco Morato. Infelizmente isso acontece também em outras cidades periféricas com realidades parecidas.

Francisco Morato terá agora seu plano diretor, onde estarão indicadas diretrizes que se seguidas poderão resultar em projetos para o desenvolvimento local. Porém, o plano de Francisco Morato corre o risco de não ser aplicado por falta de equipe profissional, que não é contratada devido a falta de recursos do município.

3.4 – A população jovem na cidade excluída

Um fato preocupante e que incentivou o desenvolvimento dessa pesquisa, é que uma das características demográficas das periferias é a concentração de jovens e crianças. Em Francisco Morato, conforme o último censo, 23% da população são crianças entre 0 e 9 anos e 21% da população são jovens entre 10 e 19 anos, o gráfico 6 mostra o aumento de população nessa faixa etária nos últimos anos, porém, como vimos nas páginas anteriores, não há o crescimento de projetos diversos voltados a esse público.

A meu ver, a população jovem e infantil trata-se do grupo que deveria ser o de maior preocupação no que diz respeito à criação de políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social, uma vez que se queremos melhorar a sociedade como um todo é necessário que se invista na formação social de crianças e jovens, para que esses possam romper com o ciclo de pobreza e exclusão ao qual suas famílias estavam inseridas.

Gráfico 6 – Crescimento da população jovem em Francisco Morato 1980- 2000

Fonte: Fundação SEADE

A tabela 5 nos mostra que Francisco Morato ocupa a segunda posição no que diz respeito ao número de crianças em domicílios de baixa renda⁴⁹, e os mapas 12 e 13 mostram que esse dado se concentra nos municípios da periferia da RMSP. Percebemos que apesar de ser possível notar uma melhora geral de 1991 para 2000, no número de crianças em domicílios

⁴⁹ É tido como baixa renda famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo. Os dados da tabela são referentes ao ano de 2000, quando o salário mínimo era de R\$ 151,00.

de baixa renda na RMSP, no município de Francisco Morato houve uma piora nesse quesito que se mantém muito acima da média da RMSP.

Tabela 5 - Percentual de crianças (de 0 a 9 anos) em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50 na RMSP em 2000

Município	Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50 2000
São Lourenço da Serra	44,13
Francisco Morato	40,24
Juquitiba	39,56
Biritiba-Mirim	37,66
Salesópolis	36,45
Itapevi	35,81
Itaquaquecetuba	35,77
Pirapora do Bom Jesus	33,79
Ferraz de Vasconcelos	31,96
Suzano	31,23
Guararema	31,2
Rio Grande da Serra	31,06
Santa Isabel	30,97
Itapeçerica da Serra	29,86
Cajamar	29,17
Santana de Parnaíba	28,97
Franco da Rocha	28,63
Embu-Guaçu	28,55
Moji das Cruzes	28,19
Embu	27,95
Arujá	26,66
Mairiporã	26,29
Mauá	25,74
Poá	25,11
Guarulhos	24,58
Barueri	24,56
Jandira	24,52
Carapicuíba	24,4
Diadema	23,61
Cotia	23,26
Caieiras	22,95
Ribeirão Pires	22,55
Vargem Grande Paulista	22,06
Taboão da Serra	21,09
São Paulo	19,92
Osasco	19,6
São Bernardo do Campo	19,22
Santo André	18,39
São Caetano do Sul	5,46
MÉDIA DA RMSP	27,72

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Mapa 12 – RMSP: Percentual de crianças em domicílios de baixa renda - 1991

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Mapa 13 – RMSP: Percentual de crianças em domicílios de baixa renda - 2000

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Os jovens de Francisco Morato vivem em uma periferia empobrecida e são desassistidos em relação ao apóio a seu crescimento saudável, em grande parte pela família e em outra parte pelos governos, principalmente no que diz respeito à sua formação profissional e a formação de sua estrutura psíquica. Muitos desses jovens estão expostos a diversos tipos de violência, discriminação⁵⁰ e drogas⁵¹, fatores que diminuem as possibilidades de ascensão social desses jovens e aumentam suas possibilidades de entrarem para o mundo do crime. Infelizmente essa exposição dos jovens não parece ser algo isolado, mas é uma realidade entre os jovens de comunidades pobres.⁵²

Aqui é um momento importante, no qual podemos fazer uma conexão entre o que já foi estudado nos capítulos anteriores, sobre a relação de efeito do global no local, com o que é visto em Francisco Morato, pensando essa cidade como espaço de pobreza criado pelas dinâmicas capitalistas, e com a questão da criação do indivíduo periférico, o qual se torna potencial reprodutor das relações em que está inserido.

Essa questão, aliada ao crescimento da violência urbana, será tratada de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, onde desenvolvemos o tópico “Violência urbana e reprodução das relações sociais”.

Acreditamos ser fundamental que a preocupação com a construção do indivíduo e formação do cidadão esteja inserida nas políticas públicas de desenvolvimento social e urbano. Porém são nas periferias empobrecidas, como em Francisco Morato, que faltam os equipamentos⁵³, e principalmente os projetos, de lazer, e cultura, fundamentais para formação de jovens de psique saudável.

Além da falta de equipamentos de lazer e cultura, Francisco Morato não possui instituições de ensino superior ou técnico, o que torna ainda mais difícil para seus jovens, na maioria pobres, ter uma qualificação profissional e aumentar suas possibilidades de sair do ciclo de pobreza que está inserido.

⁵⁰ A violência mais comum enfrentada pelos jovens da periferia é a violência verbal, que influi diretamente na sua auto-estima. A discriminação pode acontecer quando estes jovens buscam atividades fora de sua comunidade.

⁵¹ Conforme conversas com moradores de Francisco Morato, ONG's e com o departamento de assistência social, do município, o número de jovens envolvidos com drogas parece ser alto, apesar de não se ter esses dados quantificados.

⁵² Os estudos de Soares e Bill, mostrados no livro “cabeça de porco” mostram que são parecidas a realidade, ascarências e os problemas que atingem os jovens das periferias empobrecidas.

⁵³ Na obra São Paulo Metrópole, de Meyer, Grostein e Biderman, é mostrado o mapeamento dos equipamentos de lazer na RMSP, pgs 53 e 171

O município é um dos mais atrasados da RMSP em relação a domicílios com telefone e computador (ver tabela 6 e 7), o que mostra mais uma vez a exclusão dessa comunidade no consumo de bens e serviços. Dessa forma a exclusão se dá também em relação ao acesso e conhecimento de novas tecnologias, o que conta negativamente na busca por um emprego hoje.

Perceba que, no exposto até agora, o jovem que nasce e cresce em uma comunidade excluída como Francisco Morato encontra diversas dificuldades para conseguir sair desse meio de exclusão.

No capítulo a seguir trataremos esse assunto do jovem excluído, e como essa realidade está diretamente ligada com o aumento da violência urbana hoje.

Tabela 6 - Municípios da Região RMSP - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador, 2000.

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador, 2000
Francisco Morato	4,46
Itaquaquecetuba	5,12
Juquitiba	5,22
Salesópolis	6,45
Itapevi	6,9
Ferraz de Vasconcelos	6,96
Rio Grande da Serra	7,18
Pirapora do Bom Jesus	7,31
Santa Isabel	7,62
Biritiba-Mirim	7,95
Cajamar	8,01
Franco da Rocha	8,3
Embu	8,58
Itapeceira da Serra	8,94
Embu-Guaçu	9,13
São Lourenço da Serra	9,47
Suzano	10,96
Jandira	11,03
Poá	11,2
Mauá	11,39
Carapicuíba	11,54
Arujá	12,3
Vargem Grande Paulista	12,38
Diadema	12,4
Caieiras	13,48
Guararema	13,73
Mairiporã	14,12
Guarulhos	14,89
Barueri	15,24
Taboão da Serra	15,97
Ribeirão Pires	16,84
Cotia	17,09
Mogi das Cruzes	17,26
Osasco	20,22
Santana de Parnaíba	25,54
São Paulo	25,7
São Bernardo do Campo	25,97
Santo André	27,27
São Caetano do Sul	41,41
MÉDIA	13,22

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Tabela 7 – Pessoas em domicílios com telefone

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone, 2000
Salesópolis	16,25
Francisco Morato	20,46
Santa Isabel	21,58
Embu	29,32
Rio Grande da Serra	31,21
Itapevi	31,24
Arujá	31,30
Cajamar	31,36
São Lourenço da Serra	34,77
Juquitiba	34,82
Ferraz de Vasconcelos	35,01
Caieiras	35,26
Poá	37,90
Itapeçerica da Serra	38,58
Pirapora do Bom Jesus	38,70
Itaquaquecetuba	42,06
Jandira	42,65
Guararema	43,37
Vargem Grande Paulista	43,98
Suzano	45,01
Barueri	45,31
Mairiporã	46,10
Embu-Guaçu	48,14
Guarulhos	48,98
Franco da Rocha	49,18
Cotia	49,19
Biritiba-Mirim	49,77
Taboão da Serra	51,66
Carapicuíba	52,85
Santana de Parnaíba	57,51
Diadema	60,44
Osasco	61,60
Mauá	64,47
São Paulo	66,29
Mogi das Cruzes	68,50
Ribeirão Pires	75,98
São Bernardo do Campo	76,07
Santo André	84,43
São Caetano do Sul	91,39
MÉDIA	46,99

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

3.4 - A estrutura administrativa municipal como barreira ao desenvolvimento.

Foi visto que apesar do intenso crescimento populacional e expansão territorial da mancha urbana em Francisco Morato, a cidade não possui políticas de ordenação e planejamento do território, e assim como outros municípios periféricos, somente agora está confeccionando seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Apenas a partir da lei 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade, que obriga os municípios com mais de vinte mil habitantes e/ou integrantes de regiões metropolitanas a terem planos diretores, é que Francisco Morato passará a ter o seu. Porém, mesmo com o plano entregue à prefeitura, outros fatores impeditivos do desenvolvimento local foram detectados: a estrutura administrativa e departamental do município é inadequada à gestão eficiente da cidade. Além disso, o quadro de funcionários das secretarias que já existem, são insuficientes e em partes inadequados.

Porém, o município de Francisco Morato foi inserido recentemente em um programa Federal, cujo nome é Governança Eletrônica⁵⁴, que tem como parte do projeto fazer um estudo sobre a estrutura administrativa da cidade, caracterizar a estrutura atual, indicar seus problemas e propor um modelo adequado à realidade municipal.

Assim, os quadros apresentados no anexo 1 mostram a estrutura atual do setor responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade e a proposta para uma reformulação de hierarquia e competências do setor.

Perceba que no modelo atual, quadro 1, a prefeitura não possui uma secretaria específica responsável pelo planejamento urbano da cidade nem um departamento destinado a cuidar das questões de meio ambiente. Desta forma, mesmo que o Plano Diretor esteja sendo elaborado, não existe meio para que as diretrizes estabelecidas no plano sejam colocadas em prática, o que com certeza não é interessante para a população.

Já o quadro 2 que apresenta uma proposta de mudança na estrutura, aponta para a criação de um departamento de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, o que permitiria que o município trabalhasse melhor as questões do desenvolvimento urbano e ambiental. Ainda assim, o município teria que destinar parte do seu parco orçamento para a contratação e

⁵⁴ Desenvolvido pela Fundunesp - Fundação Para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista

pagamento de equipes de profissionais qualificados para desempenharem as tarefas do novo departamento, caso as contratações não aconteçam, o Plano Diretor ficará engavetado e a realidade do município será cada vez pior.

Uma solução para a captação de recursos para adequação da estrutura administrativa e no quadro de funcionários para alavancar o desenvolvimento urbano seria a busca por recursos externos, em órgão federais, ou até mesmo recursos internacionais. Porém, a prefeitura não tem quem saiba onde buscar tais recursos, e também diz não poder contratar, uma vez que não há verba para novas contratações. Desta forma, o ciclo continua como o princípio da causação circular e acumulativa.

Nesse ciclo de pobreza e subdesenvolvimento crescem as cidades insustentáveis⁵⁵, no qual Francisco Morato é apenas um exemplo.

Em muitas cidades, ou regiões, concentram-se a pobreza, a violência, a degradação ambiental e humana. E, inseridos em um meio com esta realidade, cresce rapidamente o número de indivíduos que no futuro próximo reproduzirão as relações que perpetuam o ciclo de pobreza e estagnação⁵⁶. Há muito são feitos estudos que alertam para a necessidade imediata de aplicação de um programa mais intenso no combate à pobreza e exclusão, pois são as áreas e os indivíduos das periferias empobrecidas que mais crescem, desestruturados e desqualificados⁵⁷, formando o povo brasileiro, este, responsável por buscar o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, onde muitas vezes e em diversos lugares o sentido da vida se limita à busca de alimento para manter-se vivo, cresce a descrença social, sentimento pessimista e alienado sobre a política e sua capacidade de transformação, que impulsiona uma comunidade para o sentido oposto do desenvolvimento local. O sentimento de descrença é um mal que se

⁵⁵ Tomamos como conceito de insustentabilidade a idéia de Almeida, que diz que “a noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países” (ALMEIDA, 1997:21). ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. (org.). Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Universidade de Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.238p.

⁵⁶ Constatação baseada nas obras de diversos autores, que constam na bibliografia deste trabalho, como Córdia, Azevedo, Soares, Kowarick e Endo.

⁵⁷ Veja discussões dos autores como Maricato, Meyer, Pasternak, Witakher Ferreira, Kowarick, Marques, etc. Que tratam sobre as condições que vivem as pessoas das periferias pobres, o problema da habitação precária e irregular, a falta de equipamentos sociais políticas públicas voltadas para a diminuição da exclusão, segregação sócio-territorial, etc.

alastra principalmente entre as comunidades pobres que não acreditam em seus políticos e na melhoria de suas próprias vidas através de ações do poder público para o bem comum. Descrentes e acostumados a não participarem das decisões do poder público, são incapazes de se articularem e se organizarem para então reivindicar por seus direitos e buscarem o caminho da transformação e do desenvolvimento. Aliás, a grande maioria da população atingida pela pobreza, é incapaz até mesmo de acreditar que há caminhos para o desenvolvimento local e da nação.

Percebemos que até agora houve um certo continuísmo em relação ao enfrentamento dos problemas sociais e urbanos do país. Apesar de termos conhecimento de inúmeros problemas que poderiam e deveriam ser resolvidos ou minimizados, não há um empenho político na busca dessas soluções, mesmo quando as diretrizes são mostradas através das inúmeras pesquisas de inúmeros assuntos. Assim é o caso da pobreza urbana, da sociedade na qual cresce a exclusão e os conflitos sociais, mas pelo visto, a melhor solução adotada para tal problema se deu através da tecnologia: as cercas eletrificadas de proteção.

Mas, felizmente, parece estar surgindo uma nova fase na elaboração e aplicação das políticas públicas. O governo Lula lança a campanha do Plano Diretor Participativo, através do então criado Ministério das Cidades, numa tentativa de rebuscar a participação popular, de incentivar a organização e manifestação da população sobre suas demandas e necessidades. Esse, no meu ponto de vista, é um fato importante, pois acredito que apenas através do controle social sobre as ações do poder público, haverá a possibilidade real de mudança da realidade sócio-econômica das populações e de desenvolvimento urbano, econômico e social das diferentes partes do país.

Capítulo IV – A pobreza urbana e a reprodução das relações sociais

4.1 - Pobreza urbana e formação do indivíduo

Desde o início da formação da sociedade brasileira a diferenciação de classe e a segregação estão presentes na dinâmica social. A escravidão de negros trouxe uma problemática social que até hoje não foi totalmente resolvida. A exclusão dos negros pobres, livres, analfabetos e sem oportunidades de ascensão social.

O processo de urbanização no Brasil produziu ainda mais espaços segregados e população excluída, em suas inúmeras periferias pauperizadas.

Após fins da década de 80, o mercado de trabalho começa a sofrer intensas transformações, que afetaram de forma negativa, a classe trabalhadora de baixa renda, fato que trouxe uma realidade de pobreza e exclusão mais acirrada, com efeitos antes pouco conhecidos, como a violência urbana, o subdesenvolvimento local, a degradação do indivíduo e do meio ambiente, a fragmentação do espaço, etc.

Muitos estudos tratam sobre as modificações na dinâmica econômica mundial e seus efeitos, principalmente no mercado de trabalho, nos países do mundo capitalista, principalmente nos países em desenvolvimento.⁵⁸

No Brasil, como vem sendo tratado neste trabalho, desde o milagre econômico, na década de 70, houve muitas mudanças com efeitos na sociedade e no espaço geográfico. Enquanto que até meados de 70 tivemos um crescimento rápido, a década seguinte e início dos anos 90 foram marcados pela estagnação econômica. Os anos 90 marcam uma nova realidade econômica no Brasil, a partir do neoliberalismo e intensificação do processo de globalização, trazendo mudanças principalmente no âmbito empresarial e das relações trabalhistas. Trata-se da discussão que já foi apresentada no capítulo 2 deste trabalho e que se torna importante no entendimento deste capítulo, uma vez que trabalharemos aqui as consequências sociais, no âmbito local, dessas transformações.

As discussões dos capítulos anteriores mostraram também que a desigualdade sócio-espacial vem aumentando ao longo dos anos no Brasil e também na Região Metropolitana de

⁵⁸ Sueli Shiffer, Ricardo Antunes, Márcio Pochmman, Maria Cristina Cacciamali e outros.

São Paulo (RMSP). Com a desigualdade, há também um aumento dos espaços de pobreza espalhados pelo tecido urbano⁵⁹.

O Atlas da exclusão social no Brasil⁶⁰ mostra que dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 200 apresentam padrão de vida adequado. “Com base nos dados coletados, o Atlas aponta que 42% dos municípios brasileiros (o equivalente a 21% da população brasileira) estão em situação de exclusão social” (UNIVERSIA, 2003)⁶¹

A pesquisa mostra ainda os novos fatores da exclusão que se apresenta hoje, colocando que:

“após um período recente de melhora (1960 a 1980), a taxa de exclusão social no Brasil voltou a crescer entre 1980 e 2000. E, aliada à ‘velha’ exclusão, decorrente basicamente da falta de escolaridade e analfabetismo, que não foi sanada, pioraram os indicadores que leva à ‘nova’ exclusão⁶², em especial o desemprego e a violência” (Pochmann, para O Estado de São Paulo, 20 de maio de 2003).

Salientamos que entendemos o conceito de exclusão como Rolnik o coloca, atrelando o conceito de exclusão territorial ao de exclusão social. Para ela,

“este conceito – que relaciona a acumulação de deficiências de várias ordens à vulnerabilidade – tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais”. (ROLNIK, 1999: 101)

A exclusão social está presente quando “indivíduos e grupos não conseguem ter acesso ou beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias” (...) “A noção de exclusão considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto, não só a falta de acesso a bens e serviços – que significam a satisfação de necessidades básicas

⁵⁹ Discussões sobre este assunto encontram-se em diversas bibliografias, entre elas MARQUES, E. e LOPES, M. S.

⁶⁰ POCHMANN, M. AMORIM, R. (org.) Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo, Cortez Editora. 2003, 224p.

⁶¹ Matéria publicada no site universia em 05/02/2003. www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=1201

⁶² Pochmann coloca que a chamada velha exclusão está associada à baixas renda e escolaridade, famílias migrantes e numerosas, e são basicamente mulheres e negros; já a nova exclusão se refere aos nascidos nos grandes centros, em famílias menores, com maior grau de escolaridade, desempregados e brancos. Informações do Atlas da Exclusão Social no Brasil – volume 2, apresentadas em O Estado de São Paulo de 20 de maio de 2003.

-, mas também a ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política” (ROLNIK, 1999: 101).

Exclusão e pobreza caminham juntas, e hoje se verifica que há o empobrecimento de grande parte da população brasileira. Há uma clara tendência, observada em diversas pesquisas recentes, de retração das camadas de renda médias da população e o aumento dos chamados ‘novos pobres’⁶³.

As tabelas 8 e 9 abaixo apresentam, respectivamente, o aumento da proporção de domicílio com baixa renda na Região Metropolitana de São Paulo e a evolução do número de população favelada no Estado de São Paulo e também na Região Metropolitana.

Tabela 8 – Proporção de domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo nas regiões metropolitanas entre 1995 e 2004.

REGIÕES METROPOLITANAS	1995	2003	2004
Belém	19,6	29,2	26,5
Fortaleza	33,0	33,9	34,0
Recife	30,5	32,4	33,2
Salvador	27,2	30,2	27,1
Belo Horizonte	15,3	16,5	14,7
Rio de Janeiro	10,9	10,4	10,1
São Paulo	6,0	11,2	11,2
Curitiba	9,2	11,1	9,3
Porto Alegre	9,9	10,1	9,3
Brasília	11,7	15,9	15,4
Total	12,6	15,5	15,0

Fonte: PNADs 1995, 2003 e 2004.

Nota: Os dados foram ajustados conforme o valor do salário mínimo de 2003, a partir do IPCA/Brasil, IBGE.

Fonte: TORRES, H. 2006.

⁶³ PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. Pp. 49-64. In: Gentili, P. e Frigotto, G. (orgs) A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo, Cortez, [Buenos Aires, Argentina] : CLACSO. 2000. 279p. LUTTWAK, Eduward. O capitalismo turbinado e suas conseqüências” In: Novos Estudos CEBRAP, n° 45, São Paulo, 1996. e outros.

Tabela 9 – Tipos de moradia, Estado, interior e Grande São Paulo.

Tipo de Edificação da Moradia	Estado de São Paulo		RMSP		Interior	
	1994	1998	1994	1998	1994	1998
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Barraco Isolado e Favela	5,2	6,9	6,2	9,1	3,1	3,5
Cortiço	3,5	4,2	4,6	5,0	1,2	3,1
Casa de Alvenaria Isolada	48,4	44,1	40,6	32,0	64,5	63,0
Casa de Alvenaria Frente-Fundos	30,5	29,9	36,0	36,0	19,1	20,3
Apartamento	12,4	14,9	12,6	17,9	12,1	10,1

Fonte: SEADE, 1998

Perceba na tabela 8 o aumento do número de domicílios pobres e na tabela 9 o percentual de casas de alvenaria isolada que diminuiu, enquanto que favelas e cortiços aumentou. Tais fatos podem ser um indício que houve uma piora nas condições de vida da população no que se refere à renda e moradia.

A partir da obra de Maricato podemos mostrar o processo de empobrecimento da população no Brasil e no município de São Paulo, dados que muito nos interessa, uma vez que as dinâmicas do município de São Paulo interferem diretamente em sua Região Metropolitana, onde se localiza nosso estudo de caso, o município de Francisco Morato.

No Brasil, entre 1981 e 1995, houve uma piora na distribuição de renda, e que juntamente com os efeitos da produção flexível⁶⁴ promoveu um aumento da pobreza e da exclusão social já existente.

A tabela abaixo nos mostra os dados extraídos da obra de Maricato:

⁶⁴ O modo de produção flexível significou a modernização e informatização das empresas, além de modificações na estrutura administrativa diminuindo o quadro de funcionários e aumentando o número de empresas terceirizadas. Esse modo de produção excluiu de seus benefícios uma grande parcela dos trabalhadores, promovendo assim o aumento da exclusão para uns e da concentração de renda para outros.

Tabela 10 - Distribuição de renda no Brasil no período de 1981 a 1995.

1981	1995
50% mais pobres - 14,5% da renda	50% mais pobres - 13,3% da renda
10% mais ricos - 44,9% da renda	10% mais ricos - 47,1 % da renda
1% mais rico - 13,4% da renda	1% mais ricos - 14,4% da renda

Fonte: MARICATO, E. 2001

Observa-se que a porcentagem da renda do país dividida entre os 50% mais pobres diminuiu em mais que 1% em 14 anos, enquanto que a renda dividida entre os 11% mais ricos aumentou em 3%. Essa desigualdade na distribuição de renda é responsável pela grande desigualdade social que assola o país, e que pode ser vista claramente aqui na Região Metropolitana de São Paulo.

A desigualdade social aumenta os índices de segregação e de exclusão territorial e social de grandes parcelas da população brasileira. Para Rolnik, a característica das cidades brasileiras é a “desigualdade de oportunidades urbanas” (ROLNIK, 1999: 100).

Em São Paulo O aumento da desigualdade e empobrecimento da população pode ser visto a partir do aumento da população favelada nessa cidade, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 11 - População favelada no município de São Paulo, 1980 – 2000.

1980	1991	1996	2000
335.334	711.032	747.322	909.628

Fonte: MARICATO, E. 2001

O empobrecimento pode ser notado também por outro dado interessante mostrado por Maricato quando diz que nas construções na cidade de São Paulo, o número de telhados com telhas de barro diminuiu de 58% em 1980 para 29,7% em 1991, enquanto que os telhados de ‘telhas brásilit’ aumentaram de 7,7 em 1980 para 15,5 em 1991. (MARICATO, 2001: 29). Isso pode ser visto como uma forma de diminuir os custos na construção da moradia.

Para essa autora, “o impacto do declínio econômico nas décadas de 1980 e 1990 sobre uma sociedade já desigual aprofundou a exclusão social”. (MARICATO, 2001: 29)

Essa desigualdade e exclusão continuam em ascensão, pois mesmo com a retomada das atividades econômicas instalaram-se novas formas de produção que determinaram relações trabalhistas que não beneficiaram a classe trabalhadora de baixa renda. São os efeitos da reestruturação produtiva onde,

“desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, ‘empresa enxuta’, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo ‘mundo empresarial’, são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital” (ANTUNES, 2000: 44).

Assim, para Ayres, “A recessão dos anos 80 e os efeitos do ajuste estrutural sobre os pobres urbanos levaram a uma severa diminuição dos salários reais e das oportunidades de emprego a grandes segmentos da força de trabalho” (AYRES, 1998 Apud ROLNIK, 1999: 107).

O empobrecimento da classe trabalhadora, principalmente pelo aumento da massa desempregada e das relações trabalhistas precarizadas, vem se tornando mais evidente, uma vez que esta realidade se territorializa e a pobreza aparece em diversos pontos do tecido urbano da cidade de São Paulo e nas cidades de sua região metropolitana.

Para Antunes, “paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*”⁶⁵ (ANTUNES, 2000:36).

Cardia coloca que:

“no passado, de algum modo, ainda que o setor público não conseguisse satisfazer a demanda por moradia, a população conseguia ‘se virar’, em parte devido à existência de um mercado de trabalho formal, que para esta população se traduzia em previsibilidade em termos de rendimento e múltiplas alternativas de captação de recursos: venda de férias, bônus de férias, 13º salário, fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS). O crescimento dos chefes de família sem renda é resultado não só do desemprego, mas

⁶⁵ grifo original

também do crescimento do trabalho informal, irregular e não previsível.” (CARDIA, 2004: 333).

Todos estes dados são mostrados para afirmar que houve um empobrecimento da população em geral, e que isso pode ser visto em diversas partes do espaço urbano, traduzindo – se em problemas sócio-econômicos e ambientais. Para Maricato, o processo de urbanização nesse âmbito, “se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 2001:39).

Em São Paulo, há um aumento das favelas e crescimento dos bairros periféricos, e na RMSP alguns municípios concentram a população pobre e trabalhadora. Pasternak⁶⁶ coloca que todo o acréscimo populacional aloca-se na periferia. Entre 1996 e 2000, os três anéis centrais perderam quase 46 mil pessoas e os anéis exterior e periférico ganharam mais de 600 mil habitantes (PASTERNAK, 2003: 86). Esse crescimento demográfico ultrapassou as fronteiras do município de São Paulo e provocou o crescimento populacional também nos municípios da Região Metropolitana, onde muitos deles são cidades-dormitório, com grande concentração de população pobre e baixo dinamismo econômico.

Esse é o caso de Francisco Morato onde se encontra inserido um enorme número de indivíduos pauperizados, espoliados e possíveis perpetuadores da situação de pobreza e exclusão em que se encontram. Como coloca Torres (2005), “famílias de menor renda são, em geral, aquelas cujos pais têm menor escolaridade; pais com menor escolaridade têm filhos com menor escolaridade que, assim, vão ser mais pobres no futuro, produzindo uma dinâmica de ‘transmissão intergeracional’ da pobreza e da baixa escolaridade” (TORRES, 2005: 126).

Neste âmbito, temos como objetivo deste capítulo salientar as consequências sociais e psicológicas da “economização da vida”⁶⁷ e da exclusão social.

Francisco Morato é um município tem uma particularidade frente aos outros: a baixa desigualdade entre seus moradores e a concentração de pobreza.

Francisco Morato possui um cotidiano precário, diferente dos municípios do seu entorno. Rolnik fez uma pesquisa com base em questionários enviados a diversos municípios

⁶⁶ PASTERNAK, S. Um olhar sobre a habitação em São Paulo. Pp. 81-117, Cadernos Metrôpole, nº9, 1º sem. 2003.

⁶⁷ Termo utilizado pelo geógrafo Milton Santos para caracterizar uma prevalência dos interesses econômicos capitalistas sobre os interesses da vida humana. SANTOS, M. O espaço do cidadão.

na qual pudemos ver que enquanto Cajamar tem um índice de adequação urbanística⁶⁸ de 30,12% e Franco da Rocha de 28,89%, Francisco Morato tem um dos três piores índices, com apenas 7,46% de adequação urbanística segundo os dados de Rolnik.⁶⁹ A autora coloca que “as situações mais agudas de exclusão territorial encontram-se na fronteira da periferia da Região Metropolitana de São Paulo” A conclusão da autora se baseia em um estudo que envolveu 117 municípios do Estado e que analisou os índices de adequação urbanística desses municípios⁷⁰. Entre os 117 municípios analisados 18 estão na RMSP. Os melhores índices de adequação estão em cidades do interior que variam de 74% de adequação urbanística a 50%. Outros 9 municípios ficam na faixa de 49% a 42%. Na faixa de 39 a 30% estão outros 16 municípios, sendo 8 da RMSP. O último grupo varia de 28,89% de adequação com Franco da Rocha, 25,92% em Santana de Parnaíba, 23% em Embu, 20,64 em Cotia. Depois estão as cidades com piores índices de adequação urbanística do Estado, que são Francisco Morato com 7,46%, Arujá, com 6,26 e Embu-Guaçu, com apenas 1,35% de adequação urbanística.

Para Rolnik, autora do estudo, a RMSP

“delimita, do ponto de vista urbanístico, o raio de um padrão de desenvolvimento urbano baseado em grandes zonas industriais, em sistemas de transporte sobre pneus e na expansão de assentamentos populares precários, espraiando exclusão territorial em suas fronteiras (...) trata-se de um padrão de desenvolvimento econômico com altos níveis de concentração de renda e fortes desigualdades regionais, produzindo uma máquina voraz de exclusão territorial” (ROLNIK, 1999: 102)

Endo destaca que:

“a cidade de São Paulo, em nove anos (1991-2000), conseguiu ampliar em 1,1 milhão o número de pessoas que vivem em área de exclusão social. Em contrapartida, a população incluída socialmente teve um decréscimo de 346.761 pessoas, de modo que, atualmente, 85,9 % da população paulistana vive em situação de exclusão social”

⁶⁸ “O indicador mede a porcentagem de domicílios em determinado município excluídos de condições urbanas mínimas”

⁶⁹ ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. In: São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE. Out. / Dez; vol. 13, nº4. 1999. Pp. 100 – 111.

*(Folha de São Paulo, 22 de setembro de 2002 – Caderno Cotidiano
Apud ENDO, 2005: 24)*

Nos trabalhos de Rolnik observamos que a autora destaca que, “a exclusão territorial produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais, que estão concentradas em enclaves pequenos e protegidos dentro das cidades” (ROLNIK, 1999: 107).

A insegurança faz parte do cotidiano dos moradores das periferias empobrecidas, algumas dominadas pelo tráfico de drogas, outras esquecidas pelos instrumentos da segurança pública, como por exemplo o policiamento nas ruas. Além disso, ser pobre e negro morador de favelas ou periferias já é um risco⁷¹.

Sobre o bloqueio ao acesso de oportunidades de trabalho, estudos e consumo; é neste ponto que este capítulo procura entrar. A exclusão territorial e social como um fator determinante do ciclo de pobreza das famílias e indivíduos moradores de Francisco Morato. Torres (2005) nos mostra que o local de moradia é um fator de peso na conquista, ou não, de um emprego. A exclusão territorial é um bloqueio porque determina uma certa imobilidade social, ou seja, os moradores de áreas excluídas, na maioria das vezes, não têm condições financeiras para se deslocarem para outras áreas da cidade que possam lhe oferecer emprego, estudo, lazer etc. Torres (2005) explica que a rede de relações sociais dos moradores de locais excluídos é muito pequena e que essa rede é determinante nas chances de um indivíduo ter acesso às informações sobre emprego e na conquista de um emprego. A verdade é que um pobre desempregado que vive em um lugar onde o índice de pobreza e desemprego é alto, tende a manter a situação em que está.

Isso faz parte da realidade de Francisco Morato e que se repete em outros municípios da RMSP. Assim, o objetivo deste capítulo é tratar sobre a reprodução da pobreza, ou seja, como as relações sociais dessa comunidade excluída agem perpetuando a condição de pobreza de seus moradores, tornando-os não – cidadãos.⁷²

⁷¹ A obra de Soares, L.E; Bill, M.V; e Athayde, C. (2005) Mostra os conflitos entre polícia, traficantes e moradores de diversas favelas no Brasil. Na obra de Endo, P. (2005) o autor fala sobre o preconceito da polícia em relação aos negros pobres e sua truculência no trato com os mais pobres, principalmente homens.

⁷² Termo utilizado por Milton Santos para designar o indivíduo excluído de seus próprios direitos como cidadão. Aqueles que inseridos em comunidades segregadas e deficientes em todos os tipos de serviços sobrevivem, ainda que com poucas esperanças de ter sua realidade modificada. SANTOS, M. O espaço do cidadão.

4.2- A criação do indivíduo em um meio de exclusão social e territorial.

Pretende-se discutir um pouco sobre os efeitos da exclusão na vida dos indivíduos de uma comunidade e para o desenvolvimento local. Como a falta de acesso a serviços e oportunidades pode determinar a imobilidade social do indivíduo, ou seja, pode mantê-lo preso à pobreza sem que existam possibilidades de rompimento dessa situação, fato que muitas vezes leva o indivíduo a envolver-se com o crime.

Para muitos estudiosos⁷³ o cenário econômico e social encontrado hoje possibilita o avanço da violência, uma vez que a falta de oportunidades e aumento da exclusão, aliados às demandas de consumo e necessidades básicas da população pauperizada pode transformar-se em atos violentos ou criminosos.

Cardia vê o cenário econômico e social da seguinte maneira:

“um mercado de trabalho que passou por profundas mudanças, resultando em desemprego prolongado e na eliminação de postos menos qualificados, mudanças nos contratos de trabalho, inexistência de uma rede de proteção social, frustração das expectativas em relação à melhoria na escolaridade média e forte concentração de adultos e jovens desempregados.” (CARDIA, 2004: 336).

O impacto desses novos fatores, como o desemprego principalmente, na esfera familiar e individual é muito grande e age no psiquismo humano, o que pode desencadear diversas reações como frustração, angústia, depressão, revolta, violência, alcoolismo, etc, que aliados aos problemas de carência de amparo público à saúde e à educação podem transformar-se em motores da degradação do indivíduo e da comunidade. E em locais com altos índices de exclusão temos então o comprometimento do desenvolvimento local, que é o caso de Francisco Morato.

Esses problemas como degradação do psiquismo, vulnerabilidade da estrutura familiar e aumento da violência são resultantes da exclusão social e da deficiência na assistência social por parte do poder público, piorados com a precarização do trabalho. São problemas novos, porém cultivados há muitas décadas, e que hoje trazem transtornos e desafios à sociedade e ao poder público das três esferas.

⁷³ Cardia, Adorno, Endo, etc. NEV – USP (Núcleo de Estudos da Violência), Instituto de Psicologia – USP.

Em alguns lugares, esses problemas são mais intensos. Trata-se daqueles lugares sem investimento capitalista e com maiores defasagens no que diz respeito aos investimentos públicos em equipamentos urbanos e projetos de desenvolvimento social como Francisco Morato, município segregado da dinâmica econômica metropolitana, onde seus moradores são vítimas de um crescente ciclo de pobreza e exclusão social e territorial. Ao reunir população de baixa renda e desorganização da gestão pública municipal, Francisco Morato se distancia das possibilidades de desenvolvimento local e transformação da realidade em que se encontra.

Em entrevista a moradores da cidade percebemos que há uma grande preocupação com os jovens na cidade, pois como o município não oferece empregos e jovens desempregados têm baixa mobilidade, não existem muitas oportunidades de conquistarem um trabalho remunerado que não seja o ilegal.

A única ONG atuante no município é a “Pró – Morato”, que oferece orientação, lazer e profissionalização para jovens de 14 a 17 anos, mas a maioria deles tem que procurar emprego fora da cidade.

A inexistência de programas municipais de combate à pobreza e exclusão aprofunda ainda mais a precariedade e subdesenvolvimento do município.

A preocupação maior com a situação de exclusão em que se encontra a maior parte da população de Francisco Morato pode ser retratada com uma colocação de Cardia: “a perda dos empregos não só empobrece as famílias, mas pode afetar a estrutura delas”. (CARDIA, 2004: 339). Esta questão da desestruturação da família é um problema que percebemos e que é um fator novo, atuante e preocupante dos dias atuais.

Os jovens são os mais vulneráveis pois além da fragilidade emocional da família pobre as oportunidades dadas aos jovens para modificação da sua realidade são poucas.

É preocupante o fato das crianças e jovens das periferias empobrecidas conviverem com a degradação da psique dos indivíduos excluídos, o crescimento da pobreza, do tráfico de drogas e da violência urbana. Estes são elementos da nova realidade social das comunidades pobres dos grandes centros urbanos no Brasil, bem como em Francisco Morato.

A pobreza urbana que sempre existiu aumentou e tornou-se um grande problema social que vem se materializando no espaço geográfico, modificando as relações interpessoais e o próprio espaço.⁷⁴

Para Endo,

“As sucessivas políticas públicas em prol das elites minoritárias, têm se mostrado eficazes e catastróficas, ao longo da história da cidade, na desconstrução sucessiva de espaços em que a cidadania possa se exercitar e na dificuldade crescente que um habitante destas zonas tem para constituir-se como cidadão” (ENDO, 2005: 24)

Para Cardia, “a falta de acesso a direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais” desempenha um importante papel no “processo de crescimento contínuo da violência”. A autora manifesta sua preocupação sobre o

“impacto das transformações econômicas sobre o espaço urbano, em particular sobre a desigualdade de acesso a direitos”, e busca investigar “as relações entre a violência e o acesso profundamente desigual a direitos, em especial ao acesso a trabalho e renda, e seu impacto sobre a coesão social, em particular sobre o capital social”. (CARDIA, 2004: 325)

Em seus trabalhos Cardia mostra ainda que:

“as taxas de homicídio crescem à medida que piora o acesso a empregos, que aumenta o número de chefes de famílias com baixa escolaridade (menos de quatro anos de escolaridade), que a moradia apresenta condições mais precárias (com congestionamento domiciliar e pouco acesso à rede de esgotos) e que pioram as taxas de mortalidade infantil e de acesso a leitos hospitalares.” (CARDIA, 2004: 326)

Para os jovens, principalmente aos adolescentes, inseridos nessas circunstâncias de carência e exclusão, a realidade pode tornar-se perigosa, uma vez que muitos, ao se sentirem

⁷⁴ Muitos estudos sobre condomínios fechados e shopping centers vêm tratando dessa discussão das mudanças no espaço público, sobre a questão do público e do privado, e ainda sobre as mudanças no comportamento social. Ex. Frúguli Júnior,

desamparados e sem expectativas de mudança de vida, tornam-se vulneráveis às drogas e ao crime.

Uma grande preocupação é que as condições mais adversas estão nas áreas empobrecidas das cidades, justamente onde há maior concentração de jovens. Assim, como coloca Cardia, “não só há um grande contingente de jovens passíveis de risco de violência hoje, como a super- representação desta população continuará, nesses distritos, no futuro próximo a garantir a continuidade das altas taxas de risco de violência.” (CARDIA, 2004: 326)

Sobre os jovens das favelas e periferias pelo Brasil, envolvidos com o tráfico de drogas, os autores de “cabeça de porco” colocam que: “o que os jovens das comunidades mais querem é ser iguais aos que vivem fora dela” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005:40) “Muitas vezes, os moleques que se tornam traficantes conquistam o que jamais tiveram na vida: auto-estima.” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005:46) No trabalho desses autores, muitos dos jovens entrevistados dizem ‘querer ser gente também’, esse fato nos deixa claro que muitos pobres e excluídos não se sentem gente, não se sentem cidadãos. Estaremos diante de espaços sem cidadãos?

O trecho mostrado abaixo pode nos propor uma resposta. Trata-se de uma parte de entrevista, mostrada na obra do pesquisador Paulo Endo, feita com uma ex-moradora da favela que ocupava a área da operação urbana Água Espraiada.

“Tem a Nestlé, tem aquele hotel cinco estrelas, que é aquele novo, né [Hotel Meliá]. O hotel novo abriu a placa dele dizendo assim: ‘cinco estrelas’. Ela ficou de frente, lá na minha porta, no meu barraco. Aí eu falava assim: ‘aí que vergonha, a gente morar numa favela dessas, no meio de uma boniteza dessa’. Aí, saiu no jornal, aí no jornal tava escrito: ‘O lixo encostado no luxo’. Aí que vergonha! Eu saí em novembro... foi em setembro, outubro, que saiu no jornal tudinho. Ah, minha filha. Eu tinha até vergonha, sabe. O povo falava: ‘Ah que vergonha, o luxo encostado no lixo...’ mas era mesmo, isso aí eu não vou tirar a razão de ninguém. Não. Ali tava precisando tirar mesmo. Tá certo que foi pouquinho dinheiro que eles deram, mas eu adorei (...) Achei que foi bom tirar a favela, muita gente achou ruim, mas eu gostei, de uma parte eu gostei, por causa que acabou a malandragem. Agora está bonita, plantaram umas plantas de flor, quando a gente passa lá, vê uma coisa linda daquelas. Aí quando a gente passa lá e fala assim: ‘olha, tá vendo, não era verdade que o lixo tava encostado no luxo?’ (ri). Tá bonito. Se você passa lá, você vai ver que coisa mais

linda que ta lá, limpinho. Plantinha tudo vermelhinha, plantadinha, aquela pracinha linda, aquele sinal pro carro parar. Ah, que coisa mais linda, ta lindo, gostei, adorei.” (Apud: ENDO, 2005: 72).

Na entrevista acima podemos notar que a situação de exclusão faz com que o pobre não tenha cidadania; o pobre que sente vergonha de si, que se sente lixo, que não se considera mais gente, quanto menos cidadão.

Concordamos com Endo quando este coloca que “as violências cometidas na cidade, em hipóteses alguma podem ser desatreladas da violência que a cidade, por meio de seus dispositivos públicos, pratica contra seus cidadãos e dos mecanismos que a alicerçam” (ENDO, 2005:53). O autor salienta que a violência urbana está diretamente ligada à violência (indireta) aos pobres por meio das ações dos dispositivos públicos. Essas violências são muitas e as vezes tornadas banais. À sociedade e principalmente aos pobres são oferecidos transportes caros e de má qualidade, atendimento precário à saúde, ensino de baixa qualidade, bairros sem equipamentos públicos, moradias de projetos baratos. Assim, os pobres, principalmente, são submetidos a situações onde o nível de stresse e desrespeito ao cidadão é muito grande, o que se caracteriza numa violência psíquica e moral. Ainda explicando o ponto de vista do autor, a questão do desemprego e do trabalho informal, os transportes escassos, caros e de má qualidade, as moradias precárias de milhões de cidadãos; tudo isso se caracteriza em violências que se efetuam nas cidades e que existem a partir de dispositivos públicos falidos, ou que não realizam suas obrigações para com a sociedade.

Muitos são os estudos sobre violência, e em geral a relacionam com a desigualdade e com a exclusão social, exclusão esta que torna muitos indivíduos invisíveis para a sociedade incluída na dinâmica do consumo.

Soares discute o perigo dessa invisibilidade na adolescência, onde o jovem torna-se vulnerável à violência. Muitas vezes, para esses jovens pobres, a arma se torna o passaporte para a visibilidade. “A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo e indiferença, culminando na estigmatização.”(SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005: 208)

A questão da invisibilidade que culmina em violência pode ser claramente vista em uma entrevista com um dos maiores líderes do crime organizado, tido como responsável por

diversos atentados na cidade de São Paulo e interior do Estado, Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como “Marcola”.

Nas palavras do traficante está muito do que se quer mostrar neste trabalho, como se cultivou um grande problema social. Através da segregação e da exclusão produzimos uma sociedade tão desigual que quem está no pólo negativo dessa desigualdade, por si só encontra poucas chances de chegar ao outro pólo, a não ser através de meios ilícitos. Isso é o que está acontecendo com um enorme número de jovens no Brasil, nas diversas favelas e periferias, como Francisco Morato e muitos outros lugares. Vejamos o que diz em sua entrevista:

(...) “eu sou um sinal de novos tempos. Eu era pobre e invisível... vocês nunca me olharam durante décadas... E antigamente era mole resolver o problema da miséria... O diagnóstico era óbvio: migração rural, desnível de renda, poucas favelas, ralas periferias... A solução é que nunca vinha... Que fizeram? Nada. O governo federal alguma vez alocou uma verba para nós? Nós só aparecíamos nos desabamentos no morro ou nas músicas românticas sobre a ‘beleza dos morros ao amanhecer’, essas coisas... Agora, estamos ricos com a multinacional do pó”. (...) “Eu sou inteligente. Eu leio, li 3.000 livros e leio Dante... mas meus soldados todos são estranhas anomalias do desenvolvimento torto desse país. Não há mais proletários, ou infelizes ou explorados. Há uma terceira coisa crescendo aí fora, cultivado na lama, se educando no absoluto analfabetismo, se diplomando nas cadeias, como um monstro Alien escondido nas brechas da cidade. Já surgiu uma nova linguagem. Vocês não ouvem as gravações feitas ‘com autorização da Justiça’? Pois é. É outra língua. Estamos diante de uma espécie de pós-miséria. Isso. A pós-miséria gera uma nova cultura assassina, ajudada pela tecnologia, satélites, celulares, internet, armas modernas.” (Marcola para O Globo, 23 de maio de 2006 – Segundo Caderno)

Esta entrevista mostra muito bem a nova situação social que está despertando e que é pouco contemplada nas práticas do planejamento urbano e das políticas públicas de desenvolvimento local.

Os jovens já não encontram seu espaço, na família desestruturada, no mercado sem oportunidades, na escola sem atrativos. Fatores que despertam a baixa auto-estima, ou o ódio.

Para Soares, muitos jovens vivem em um ‘submundo’, de drogas, pobreza e degradação humana. Em sua pesquisa com entrevistas a jovens uma das falas dos

entrevistados, que pode representar a realidade de uma grande parcela da população jovem pobre, mostra que na vida dos jovens do submundo “não há espaço para ternura, acabou o afeto. Só restou o ódio” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005:37)

Há uma clara evidência da necessidade e importância de programas sociais voltados aos adolescentes. Para Soares,

“a adolescência é mesmo uma época especialmente difícil da vida. Isso se aplica a todos. Mas é claro que tudo se complica e fica muito mais difícil quando às vicissitudes da idade somam-se problemas como a rejeição em casa, vivida à sombra do desemprego, do alcoolismo e da violência doméstica” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005: 208)

A falta de afeto, componente fundamental para o desenvolvimento saudável do psiquismo humano, está ligada a desestruturação das famílias pauperizadas, imersas em carências de todos os tipos e na degradação psíquica. A frustração e miséria dos pais afetam seu comportamento para com os filhos, que deixa de ter na família o apoio e a orientação para seu crescimento saudável.

Para os autores, o ódio que cresce e se espalha tem suas bases também na “invisibilidade social e na sociedade perdida em seu psiquismo degradado” (110) Jovens privados da cidadania e rejeitados em diversas situações na vida, muitas vezes refugiam-se no crime. (123). Há uma grande parte da sociedade excluída das interações sociais, são, como os autores dizem, apenas voyers, invisíveis, mas que vêem e sentem a exclusão. E “o sentimento de não pertencer, de estar fora, costuma ser doloroso” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005: 167).

Em sua pesquisa, os autores dizem sobre a realidade estudada que parece haver algo fora da ordem, mas se perguntam se essa realidade não é simplesmente algo inerente à nova ordem mundial, referindo-se à globalização e ao neoliberalismo. (109) Para os autores, muitos dos problemas sociais não são resolvidos porque o mais importante é a celebração do mercado, do capital e do lucro.⁷⁵

⁷⁵ Nesse âmbito podemos somar as obras de Francisco de Oliveira e outros autores que mostram a necessidade da existência de uma massa de excluídos para manutenção e sustento do sistema capitalista.

Compartilho com os autores uma grande preocupação: o receio de que em um futuro em médio prazo a situação do país seja muito mais precária, uma vez que “os jovens são empurrados para o mundo do subemprego e da barbárie”. (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005: 178)

4.3 – A reprodução da pobreza e da exclusão social.

“Lindolfo nasceu na Bahia em 1928, depois de várias moradas e serviços vende a casa e chega em São Paulo com 42 anos. Trabalhou na construção civil durante um certo período e como pintor em oficina de automóveis... ‘Depois fiquei doente e não consegui mais serviço estável’. Passa a lavar carros e finalmente se emprega como faxineiro num prédio, ganhando o salário mínimo... Tem nove filhos, as duas mais velhas casadas. Moram todos na favela e se ajudam. Três dos filhos de 12, 10 e 8 anos lavam e vigiam carros.” (KOWARICK, 1979: 126)

O quadro acima, apesar de antigo, mostra claramente o princípio da causação circular e acumulativa, onde os filhos reproduzem a situação de pobreza dos pais. Trata-se do ciclo de pobreza, que tende a permanecer, principalmente nas áreas já concentradoras de pobreza urbana e deficiente de políticas públicas de inclusão e promoção social, como Francisco Morato.

Tentaremos mostrar evidências que tragam a discussão da reprodução da realidade em que um indivíduo se desenvolve.

Uma pesquisa de Haroldo Torres tenta mostrar as influências do meio social no desempenho escolar de jovens e na conclusão do ensino médio. O resultado “é que a conclusão do ensino médio seria explicável não apenas pelas condições particulares de um dado indivíduo (renda, escolaridade dos pais, etc.), mas também por características da vizinhança ao seu local de residência” (TORRES, 2005: 129)

O mesmo autor chama a atenção para o fato que “um local de moradia com alta concentração de pessoas de baixo nível socioeconômico tende a ser muito relacionado a escolas com alta concentração de pobres e de pessoas com baixo desempenho escolar”. (TORRES, 2005: 137). “Morar em áreas segregadas implica acesso a escolas que têm alta concentração de negros e pobres, o que, por sua vez, implica pior desempenho escolar” (TORRES, 2005: 138). A má formação escolar limita o conhecimento e desenvolvimento intelectual do indivíduo, que aliado ao fato deste indivíduo sofrer as influências do meio pobre em que vive, traduz-se numa provável tendência deste indivíduo pobre, que tem péssimas condições de educação e de profissionalização, continuar sendo pobre.

Percebe-se a “existência de um processo de causação circular: famílias de menor renda são em geral, aquelas cujos pais têm menor escolaridade; pais com menor escolaridade têm filhos com menor escolaridade que, assim, vão ser mais pobres no futuro, produzindo uma dinâmica de ‘transmissão intergeracional’ da pobreza e da baixa escolaridade” (TORRES, 2005: 126).

Isso acontece porque pais com baixa escolaridade e com baixa renda são, muitas vezes, dependentes da renda proveniente dos filhos quando estes trabalham, ou fazem bicos, ou pedem esmolas, e os filhos além de não verem a escola como algo fundamental se desprendem dela para dedicarem-se à uma fonte de renda qualquer. Isso é visto claramente na obra de Soares (2005) ao tratar dos meninos das favelas brasileiras que se envolvem com o tráfico para ganhar dinheiro, muitas vezes para ajudar na sobrevivência da família.

A questão também pode ser notada no exemplo acima; da família de Lindolfo; exemplo que se repete em diversas outras famílias das periferias empobrecidas em diversas partes do Brasil. Francisco Morato, é apenas uma pequena amostra de uma realidade que se intensifica.

Torres destaca que “o argumento mais geral que se tenta formular (...) é que o espaço é importante do ponto de vista das políticas sociais. Nesse caso, a residência na periferia, independentemente da raça, renda, sexo, etc; reduz as chances de um indivíduo concluir o ensino médio” (TORRES, 2005: 125) Outros estudos mostram também que morar nas periferias empobrecidas minimizam as oportunidades de se conquistar um emprego, uma vez que entre muitos desempregados é difícil se ter informações que ajudem a encontrar oportunidades de trabalho. Existe ainda a imobilidade espacial, imposta pelos altos custos de transporte, municipal e intermunicipal; fato que dificulta ainda mais a busca por uma recolocação no mercado de trabalho.

Em nossa pesquisa de campo, o que percebemos, conversando com os moradores de Francisco Morato, foi que a imobilidade espacial, determinada pelos custos de transporte, faz com que os indivíduos procurem oportunidades apenas em sua comunidade. Como os empregos formais são escassos o que resta é o trabalho informal e de baixa remuneração. É comum em Francisco Morato as pessoas venderem artigos como ambulante, trabalharem na entrega de panfletos de propaganda, e em ‘bicos’ de diversos tipos.

É preciso reforçar a idéia que, sem a ação de agentes com políticas externas à comunidade, não é possível seguir na direção de um rompimento com a pobreza, nem mesmo na busca de melhores condições de vida. Assim, “com o passar do tempo, em vez de se progredir na universalização do acesso aos direitos - educação, saúde, moradia, trabalho - ampliam-se as desigualdades” (CARDIA, 2004: 332)

Nessas condições, o jovem com baixa escolaridade terá ainda menores oportunidades de trabalho e ascensão social. Em geral, as condições de vida fazem com que os indivíduos jovens permaneçam na comunidade em que estão, onde naturalmente formam suas próprias famílias.

Sobre isso, a pesquisadora Nancy Cardia coloca que “novas famílias vão se formando precariamente porque há falta de emprego, e é difícil para o jovem assumir a responsabilidade por uma família sem ter capacidade financeira para prover seu sustento. Isto favorece o desenvolvimento de uniões mais instáveis.” (CARDIA, 2004: 332). Tal fato é preocupante pois a desestruturação da família poderá afetar os filhos, dando continuidade ao ciclo de pobreza e exclusão, criando-se a vulnerabilidade à violência e ao crime.

Essa realidade da fragilidade e a importância da estrutura familiar é que ainda não recebe a devida atenção das políticas públicas de desenvolvimento social.

Os autores de “cabeça de porco” colocam alguns fatores reais no cotidiano de pobreza, que acreditam ter relações entre si:

“a) pobreza; b) menor escolaridade; c) menor acesso a oportunidades de trabalho; d) maior chance de sofrer o desemprego e o desamparo econômico e social; e) angústia e insegurança; f) depressão da auto-estima; g) alcoolismo, h) violência doméstica; i) geração de ambiente propício ao absenteísmo, à desatenção e à rejeição aos filhos; j) vivência da rejeição na infância, o que fragiliza o desenvolvimento psicológico, emocional e cognitivo, rebaixa a auto-estima, estilhaça as imagens familiares que serviriam de referência positiva na construção da identidade e na absorção de valores positivos da sociedade; l) crianças e adolescentes com esse histórico tendem a apresentar maior propensão a experimentar deficiências de aprendizado (...); m) dificuldades na família, na escola, e pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho (...) tendem a precipitar o abandono da escola; n) a saída da escola reduz as chances de acesso a empregos e amplia a probabilidade de que o círculo da pobreza se reproduza por mais uma geração; o) configurando-se este quadro, aumentam as probabilidades de que o

adolescente experimente a degradação da auto-estima, especialmente se considerarmos o contexto social e cultural em que prosperam os preconceitos (...) e as artimanhas da invisibilização.” (SOARES, BILL, ATHAYDE, 2005: 209)

O resultado da mistura desses fatores vem sendo catastrófico em muitas comunidades e portanto, na sociedade brasileira em geral.

Endo acredita que “a desigualdade social, que faz par com a violência na cidade, é, ela mesma, multideterminada por diversos fatores que a mantêm, reproduzindo-se mutuamente e gerando ainda muitos intercruzamentos” (ENDO, 2005: 25)

Muitos dos fatores mais subjetivos na questão da existência da violência e da reprodução dela e da pobreza são os colocados por Soares. Mas esses fatores subjetivos estão ligados a uma realidade produzida por outros fatores, ligados por sua vez a interesses políticos e à dinâmica econômica mundial imposta à sociedade.

O município, no âmbito do desenvolvimento local, tem suas limitações, mas o que foi visto, na pesquisas de campo realizadas para este trabalho e nas pesquisas do IBGE⁷⁶ é que a grande maioria dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo tem uma administração mal estruturada, ou seja, sem departamentos ou secretarias específicas de planejamento urbano ou meio ambiente, e sem um órgão articulador de políticas integradas, como conselhos e comitês, etc. Tal fato proporciona ineficiência na avaliação e gestão dos problemas locais.

Para a formulação de políticas públicas locais mais eficazes é necessário que os problemas sócio-econômicos e ambientais sejam pensados de forma complexa e conjunta, e que a criação e execução de projetos de desenvolvimento (social, econômico, urbano e ambiental) sejam feitas de maneira que exista a participação de diferentes secretarias. Isso porém, considerando a realidade observada nos municípios hoje, deixa a problemática ainda maior, uma vez que, a máquina pública local é lenta e fragmentada no município de Francisco Morato. Refiro-me à dificuldade ou inexistência de ações conjuntas entre diferentes secretarias para a realização das coisas de interesse social. Tal fato não ajuda a solução dos problemas da cidade de forma eficiente. Durante essa pesquisa foi claramente observado que as propostas de solução por parte do governo local estão sempre atrasadas em relação à dinâmica das questões sócio-econômicas e espaciais.

⁷⁶ Perfil dos municípios brasileiros, IBGE, 2005

É preciso que pelo menos na esfera municipal se busque a agilidade e comunicação intersecretarial⁷⁷, para que o solucionamento dos diversos problemas apresentados tenha alguma chance de acontecer.

⁷⁷ Ações para o desenvolvimento local – Curso de Gestão e Desenvolvimento Local, Fundação CEDDET, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudado é nítido que há um processo de surgimento de cada vez mais espaços de exclusão, originados por fatores econômicos e sociais mas principalmente pela forma de gestão das cidades. A estrutura político-administrativa tem se mostrado em muitas cidades e principalmente em Francisco Morato como um entrave ao desenvolvimento local. A falta de departamentos competentes para criação e execução de projetos sociais, econômicos e ambientais parece ser o principal fator para o entreve do desenvolvimento da cidade.

Trata-se de um ciclo que pode ser explicado a partir do Princípio da Causação Circular e Acumulativa, apresentado pelo economista Gunnar Myrdal, onde uma situação tende a continuar como está até que haja a intervenção de um fator externo. Esse é o caso de Francisco Morato, uma cidade que não atrai investimentos porque não possui infra-estrutura e outros aspectos básicos para se tornar um lugar economicamente interessante, e não investe em infra-estrutura e promoção social porque não possui recursos próprios e nem de investimentos externos.

A precariedade na estrutura administrativa e nos recursos humanos da prefeitura de Francisco Morato é sentida também em outras cidades e por isso acredito que a estrutura político-administrativa é o fator limitante para a aplicação de ações mais concretas e eficazes para o desenvolvimento local, englobado a promoção e inclusão social, crescimento econômico, preservação e recuperação ambiental.

O que vimos é na verdade uma realidade que contrapõe-se ao discurso da busca pela paz e pela sustentabilidade, seja ela econômica, social ou ambiental, pois não é possível atingir esses elementos quando se há somente políticas paliativas, ou seja, que tentam combater apenas os efeitos da pobreza urbana e não suas causas. Destaco porém que o estudo das causas em questão vão muito além dos alcances de uma pesquisa individual como esta.

Nas políticas de combate à pobreza e exclusão o que veja é na verdade uma incompatibilidade do que se propõe como solução com aquilo que se aplica nas políticas públicas e na gestão da cidade. As pesquisas propondo caminhos e soluções são muitas porém são poucos os seus usos reais.

Essa pesquisa traz como conclusão que o tratamento das questões locais deve se dar de forma multidisciplinar e intersecretarial como forma de se conseguir trabalhar a complexidade das questões sociais e econômicas. E mostra principalmente que o investimento na “estruturação” do indivíduo é o primeiro passo para se buscar a eficácia das políticas sociais de desenvolvimento local.

Quanto às mudanças no espaço urbano da RMSP nas últimas décadas, como foi estudado, parece que a globalização da economia dos anos 90 desencadeou o surgimento de novas territorialidades na periferia, sendo essas territorialidades os espaços dos trabalhadores da produção flexível, os espaços dos trabalhadores da produção fordista, os espaços dos excluídos de ambos os processos produtivos e apenas partícipes do processo distributivo de mercadorias, como é o caso da cidade de Francisco Morato.

O crescimento da dualidade e fragmentação do espaço só poderá ser efetivamente tratado quando houver a possibilidade real de tratamento da questão da pobreza e exclusão, o que parece estar longe de ocorrer através da gestão pública.

Há o surgimento de novos movimentos em busca da aplicação de soluções, como é o caso do terceiro setor, que age localmente através de programas sociais principalmente, e das OSCIP's – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, mas os limites de alcance das ações desses movimentos na modificação da realidade social ainda são pequenos. Porém, no caso de Francisco Morato qualquer ação no sentido de buscar e apoiar o desenvolvimento social já é um avanço e mais que isso, uma necessidade do local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, °1, maio, 1999, pp. 79-90.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In Revista Sociologias, ano 4, n°8, jul/ dez, 2002. Pp. 85- 134.

ALMEIDA, E. P. a metropolização – periferização brasileira no período técnico- científico informacional. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH- USP, 2000. 188p.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER,D.(org.). Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Universidade de Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238p.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Pp. 35 – 48. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). A cidadania negada. São Paulo, Ed. Cortez, 2002. 261p.

ARANTES, O. VAINER, C. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000

BEZERRA, M. L. Desenvolvimento Urbano Sustentável: realidade ou utopia? In: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/140.html>

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo, Estação Liberdade. 1998.

BORTOLOZZI,A. e FILHO, A.P. Crise ambiental da modernidade e a produção do espaço-lugar do não cidadão. In: Boletim Paulista de Geografia n° 76. São Paulo, dez/99. Pag.7-20.

CACCIAMALI, M.C. O mercado de trabalho Na Região Metropolitana de São Paulo no fim do século XX. Pp. 220 -241. In: SCHIFFER, S. Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p

CACCIAMALI, M.C. O mercado de trabalho sob a globalização. Pp 103 – 114. In: SCHIFFER, S. (org.) Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34/ Edusp, 2000. 400p.

CARDIA, N. Violação de direitos e violência: relações entre qualidade de vida urbana, exposição à violência e capital social. Pp. 325 – 356. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.) Metrôpoles-

entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo/ FASE, 2004.431p.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. Pp. 191 – 197. In: SANTOS, M. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec. 1996.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: dinâmica urbana e metropolização. Revista Território, Rio de Janeiro, ano VII, nº 11, 12, e 13, set/out, 2003, pp. 76-90.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, A.F.A e OLIVEIRA, A.U. Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo, Contexto, 2004, vol.2, pp. 51-83.

CASTELLS, M. Capítulo II – A ideologia urbana e Capítulo III – A estrutura urbana. In: A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro Comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430p.

CORDEIRO, H. K. A segregação urbana em São Paulo. In: Revista Geográfica nº 110. Instituto Panamericano de Geografia e História, 1989.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 2, março, 2000, pp. 55-71

COSTA, L. C. Aspectos do processo de produção das periferias da Grande São Paulo. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1984. 143p.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). O novo Brasil Urbano: impasses, dilemas e perspectivas. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1995. 360p.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. Pp. 161 – 171. In: CARLOS, A.F.A. Caminhos as Geografia. São Paulo, Contexto, 1999.

DEÁK, C. O mercado e o estado na organização espacial da produção capitalista. In: DEÁK, C. e SCHIFFER, S. (ORG.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, Fupam/ Edusp, 1999. 346p.

DEÁK, C. Transformações recentes na região metropolitana de São Paulo e perspectivas de mundialização. In: SCHIFFER, S. Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.

DEÁK, C. e SCHIFFER, S. R. - O processo de urbanização no Brasil - São Paulo: FUPAM EDUSP, 1999. - 346 páginas.

ELIAS, D.S. Meio técnico- científico- informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto. São Paulo, 1996. 289p. Tese de doutorado em Geografia – FFLCH- USP.

EMPLASA. Mapeamento do uso do solo da Região Metropolitana de São Paulo, 2005.

EMPLASA. Sumário de dados da Grande São Paulo, 2002.

ENDO, P. C. A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo, Editora Escuta/ Fapesp, 2005. 320p.

FERREIRA, J. S W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, realizado em Bauru pela UNESP e SESC Bauru em 21 a 26 de Agosto de 2005.

FERREIRA, J. S. W. Globalização e Urbanização Subdesenvolvida. São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade, vol. 14, nº 4, out/dez, 2000, pp. 10 – 20.

FERREIRA, João S. W. São Paulo: o Mito da Cidade Global. Tese de Doutorado, São Paulo: FAUUSP, 2003.

FERREIRA, Leila da Costa - A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. - São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FERREIRA, A.J.A. O Estado enquanto agente social do urbano. Pp. 27 – 37. In: GEOUSP – Revista da Pós-Graduação em Geografia. nº 4. 2002.

FIX, M. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo, Ed. Boitempo, 2001. 256p.

FUNDAÇÃO SEADE. Histórico do município. (www.seade.gov.br)

GORENDER, J. Globalização e trabalho. Pp 49 – 59. In: SCHIFFER, S. (org.) Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 2 edição. 310p.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Cidades Sustentáveis – Memória do encontro Preparatório, Setembro, 1997.

GROSTEIN, M. D. A cidade clandestina: os ritos e os mitos – o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo, 1900 – 1987. Tese de Doutorado, FAU – USP, 1987. 614p.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana – a persistência de processos “insustentáveis”. São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade. Vol. 15, nº 1, jan/mar. 2001, pp. 13-19.

GUIMARÃES, R.P. Agenda 21 e desenvolvimento sustentável: o desafio político da sustentabilidade. In: Revista Debates Sócio-Ambientais, ano IV, nº11, nov/fev. São Paulo, CEDEC. 1998. Pg 1-3.

HAMPF, M. T. A cidade dual: sua interpretação no sul. 2004. In: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq047/arq047_00.asp

HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (org.). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas: UNICAMP, 1995. 234 p.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2004. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 2005. 133p.

IPEA. ARBACHE, J.S; SOARES, S; SERVO, L. M. S. O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. IPEA – texto para discussão. Rio de Janeiro, novembro, 2001. In: www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0843.pdf

JARAMILLO, S. e CUERVO, L.M. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países latino- americanos. Pp. 103 – 119. In: PRETECEILLE, E. & VALLADARES, L. (coord.) Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo, Nobel, 1990. 227p.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Pp. 171- 188. In: Revista da Cepal, nº 75, dezembro, 2001.

KOWARICK, L. (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, presente e futuro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2º ed., 1994.

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, L. Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Pp. 9 – 30. In: novos Estudos Cebrap, nº 63, julho, 2002.

KOWARICK, L. Escritos Urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000. 144p.

KOWARICK, L. São paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: novos estudos cebrap, n.13, p.66-73, 1985.

LAGO, L. C. A lógica da segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. Pp. 155-176. In: Cadernos IPPUR: Planejamento e território – ensaios sobre a desigualdade.

- LAGO, L. Desigualdades e segregação na metrópole do Rio de Janeiro. Revan, 2000.
- LEME, M.C.S. O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida. Revista Eure, vol. XXIX, n° 87, pp. 23 – 36. Santiago de Chile, 2003.
- LENCIONI, S. O processo de metropolização do espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. Pp 153 – 165. In: SCHIFFER, S. (org.) Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.
- LENCIONI, S. Produção no interior, gestão na capital. Pp. 72 – 74. In: Revista Fapesp n° 61. São Paulo, 2001.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. São Paulo, 1991, 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculd. Filosofia, Letras e Ciências Hum., Universidade de São Paulo.
- MACHADO, L. Violência e sociedade: tendências na atual conjuntura urbana no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.426p.
- MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Pp. 24 – 33. In: Revista Espaço e Debates vol. 24, n° 45 - Segregações Urbanas – São Paulo, 2004. 136p.
- MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado – metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade, vol. 14, n° 4, out/dez, 2000, pp. 21- 33.
- MARQUES, E. e BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infra- estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. 34p. In: Revista São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade. Vol. 15, n° 01, 2001.
- MARQUES, E. e TORRES, H. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2005. 329p.
- MARTINS, J.S. Em fuga ou em busca? Notas sobre a segregação no modo de vida da metrópole. In: http://www.ifhc.org.br/pdf/josemartins_151004.pdf
- MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. Pp 245-259. In: DEÀK, C. e SCHIFFER, S. (ORG.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, Fupam/ Edusp, 1999. 346p.
- MEYER, M.R.P; GROSTEIN, M.D; e BIDERMAN, C. São Paulo Metrópole. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2004. 291 p.

MIRANDA, M. Pobreza urbana. In: Municípios- Revista de Administração Municipal. IBAM, ano 48, nº 241, mai/jun. Rio de Janeiro. Pg.5-13.

MOREIRA, A.C.M.L. Territorialidades do Comércio em São Paulo. LabPlan – USP.

MOREIRA, A.C.M.L. Territorialidades da Indústria de Transformação em São Paulo. LabPlan – USP. S/D.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga, 1965. 240p.

NEUHOLD, R. R. O conceito de exclusão e seus dilemas. In: Urutágua – Revista Acadêmica Interdisciplinar. Dez/mar, nº 5. Maringá. 2001.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. Pp 49 – 64. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (orgs). A cidadania negada. São Paulo, Ed. Cortez, 2002. 261p.

PASTERNAK, S. e BÓGUS, L. A cidade dos extremos. Trabalho apresentado no encontro RIDEAL, em Santiago - Chile, em novembro de 2003, e inscrito no seminário Adequate & Affordable Housing for all. Research, Policy, Practice, encontro bi-naul do RC 43 Housing and the Built Environment, do ISA, na Universidade de Toronto, em junho de 2004.

PASTERNAK, S. e BÓGUS, L. São Paulo: unindo fragmento de uma cidade segregada. In Cadernos Metrópole / Grupo de Pesquisa PRONEX - número 1. São Paulo: EDUC, 1999, páginas 43 a 98.

PAVIANI, A. Periferização Urbana. In: PAVIANI, A. (org.). Urbanização e Metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília. Brasília, Ed. Da Universidade de Brasília, 1987. 256p.

PEREIRA, P.C.X. Dinâmica sócio-espacial e metamorfoses da periferia na transformação de São Paulo. Texto de disciplina, FAUUSP, 2003. 11p.

PRETECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Pp. 11 – 23. In: Revista Espaço e Debates vol. 24, nº 45 - Segregações Urbanas – São Paulo, 2004. 136p.

PRETECEILLE, E. Cidades globais e segmentação social. Pp. 65 – 92. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. 426p.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. Pp. 157 – 189. In: BECKER, D. (org.). Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Universidade de Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

REIS, N.G. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, Vias das Artes, 2006. 201p.

REVISTA ESPAÇO E DEBATES. Segregações Urbanas. São Paulo, vol. 24, nº 45, jan/ jul 2004. 136p.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Especial São Paulo – 450 anos, Ed. 96. 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). Metrópoles – Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 432p.

RIBEIRO, L.C.Q. e JUNIOR, O.A.S. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. In: Revista EURE, vol XXIX, nº 88, dez. 2003. Chile. Pp. 79- 95.

RIBEIRO, L.C.Q. e LAGO, L. C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras – o modelo centro-periferia em questão. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. 18p.

RIBEIRO, L.C.Q. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras – o modelo centro/periferia em questão. XV Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

ROCHA, J. C. S. Função Ambiental da Cidade – direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999. 72 p.

ROLNIK, R. e BONDUKI, N. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa Omega, 1992. 166p.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência Pp. 100 – 111. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 13, nº 4, Out/Dez. 1999.

ROLNIK, R. KOWARICK, L. e SOMEKH, N. São Paulo: Crise e Mudança. Ed. Brasiliense, 1990, 215p.

SABOIA, J. Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. Pp. 93 – 120. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.426p.

SANTOS, A.C. Os locais de cultura, esporte e lazer destinados à juventude e a violência da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, Núcleo de Estudos sobre a Violência, 2002. 53p.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 2005. 176p.

SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo, Ed. Nobel : Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 117p.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo, Studio Nobel, 2000. 142p.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SASSEN, S. A globalização da Economia e as Cidades. Pp 42 - 48 In: SCHIFFER, S. (org.) Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.

SCHIFFER, S. A dinâmica urbana e sócio-econômica da Região Metropolitana de São Paulo: 1975 – 1995. Pp. 166-196. In: SCHIFFER, S. Globalização e estrutura urbana. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2004. 305p.

SOARES, L. E. Cabeça de porco. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2005. 282p.

SOUZA, M. L. O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 366 p.

SPOSATI, A. TORRES, H. PASTERNAK, S. VILLAÇA, F. KOWARICK, L. SCHOR, S. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. Pp. 87 – 109. In: Revista Espaço e Debates vol. 24, nº 45 - Segregações Urbanas – São Paulo, 2004. 136p.

TINOCO, A. C. Integração ou fragmentação? O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração. In: Espaço e Debates, nº 41, ano XVIII – 2001. Pp. 46 – 65.

TORRES, H. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. Novos Estudos Cebrap nº 74, 2006. Pp. 17-22.

TORRES, H.G. e MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 4, 2001.

VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (coord.) Reestruturação Urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990, páginas 183 a 191.

VELHO, G. (org.) Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª edição. 1997. 144p.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel; FAPESP; Lincon institute, 1998.

VILLAÇA, F. E feitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. Pp. 221 – 236. In: SOUZA, M.A.(org.) Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo, Ed, Cedesp, 1999. 254p.

ZALUAR, A. Violência extra e intramuros. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, ano 45. São Paulo, 2001.

ANEXOS

Superintendência de Obras, Planejamento e Transporte - Real

Superintendência de Obras, Planejamento Urbano e Meio Ambiente - Proposta